

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 61 - Série VII - N.º 901
28 de Março de 1991
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Comunicado da Comissão Política do CC **É necessária uma nova política para a juventude**

- A situação da juventude portuguesa
- Intensificar a luta contra o pacote laboral
- A demagogia eleitoralista do Governo
- O projecto Ford/Volkswagen
- A proposta de Lei Quadro das Regiões Administrativas
- As lutas em curso

Pág. 9/Semana



No sábado passado, o secretário-geral-adjunto do PCP visitou os concelhos de Alcácer do Sal e de Grândola, em iniciativas integradas nas comemorações do 70.º aniversário do PCP

Carlos Carvalho em Alcácer e Grândola

Pág. 8/Semana

Assinado o acordo CDU

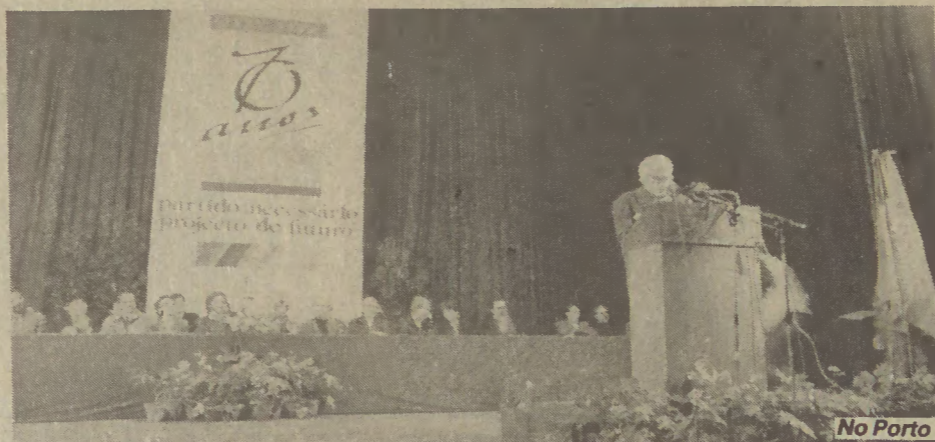
Juntos por um Portugal melhor!



O Acordo de formação da CDU para concorrer às eleições legislativas deste ano, foi assinado na passada sexta-feira por representantes de cada uma das formações políticas que constituem a Coligação Democrática Unitária — PCP, «Verdes», e «ID». O acto decorreu em cerimónia pública num hotel lisboeta, na presença de muitas personalidades da vida política, cultural, sindical e autárquica do nosso país

Págs. 1, 2 e 3/Semana

Álvaro Cunhal no comício do Porto e em visita a Viana do Castelo



No Porto



No Soajo



Em Arcozelo



Convívio em Viana

«A história do nosso Partido é tanto a história da luta no tempo do fascismo como da luta na Revolução de Abril e após a Revolução de Abril»

Págs. 5, 6 e 7/Semana

Um «Avante!» novo em Abril Pág. 1/Em Foco

REMODELAÇÃO

É já na próxima semana que o «Avante!» vai sair remodelado. Novidades no conteúdo, novo aspecto. E novo preço — 100 escudos. Um jornal para ir mais longe e chegar a mais leitores. Um jornal novo, o mesmo combate.

CDU nas legislativas

Juntos por um Portugal melhor!

Juntos por um Portugal Melhor! era o lema inscrito no cenário que dominava a sala de um hotel lisboeta onde se procedeu à assinatura do acordo que constitui a CDU-Coligação Democrática Unitária, ilustrando ao mesmo tempo a razão de ser desta formação política que concorrerá às eleições legislativas deste ano. Juntos estão o PCP, o Partido Ecologista «os Verdes» e a Intervenção Democrática mas também muitas e muitas personalidades que a título individual aderem desde já à CDU. Numa sala pequena para albergar tantas pessoas que não quiseram deixar de estar presentes ao acto, Avelãs Nunes, professor associado da Faculdade de Direito de Coimbra, presidiu à sessão começando por citar Ricardo Reis: *A realidade/Sempre é mais ou menos/Do que nós queremos./Só nós somos sempre/Iguals a nós próprios.* E explicou: «estamos abertos ao mundo, sempre dispostos a admitir e a corrigir os nossos erros, mas sempre dispostos também a defender as ideias que consideramos correctas e justas».

Para além de Avelãs Nunes, usaram da palavra em intervenções que parcialmente divulgamos nas páginas seguintes, Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português; Amélia Pardal, membro da direcção nacional do JCP; André Martins, membro da comissão executiva e do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes»; António Galhordas, independente e presidente da Assembleia Municipal de Portel; e Blasco Hugo Fernandes, presidente da direcção da associação política Intervenção Democrática.

Na mesa que presidiu a este acto público estiveram ainda Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, José Casanova, membro da comissão política do mesmo partido, Lindim Ramos, vice-presidente da ID, e Manuela Cunha, membro da comissão executiva e do Conselho Nacional de «Os Verdes», que se encarregaria da leitura do acordo, assinado pelos representantes dos parceiros de coligação, texto que igualmente publicamos na íntegra.

Avelãs Nunes, na interven-

«num quadro definido pelo desenvolvimento económico autónomo e equilibrado, pela salvaguarda dos valores ecológicos, pela defesa da independência nacional, pela nossa presença na comunidade das nações com espírito de amizade, de cooperação e de paz.

Transformar o «não» em «sim»

Fazendo uma nova citação, desta vez de José Saramago, o orador prosseguiu nesta apresentação do novo acordo que suporta a Coligação Democrática Unitária, dizendo que «o reino da terra é dos que têm talento de pôr o não ao serviço do sim» para dizer que «nós dizemos não ao cavaquismo. Dizemos não à governamentalização do Estado. Dizemos não ao controlo da informação e a todas as formas de autoritarismo. Dizemos não ao crescimento selvagem, que esquece os homens e agride a natureza. Dizemos não ao obscurantismo. Dizemos não à política de direita, sejam quais forem os seus protagonistas». Quanto ao sim, a CDU diz sim a uma alternativa democrática

ção inicial, lembrou que a CDU tem sido «um espaço aberto ao diálogo entre democratas de vários credos» e «uma força mobilizadora do esforço e boa vontade de muitos» que «partilham o lema da nossa acção *Trabalho, Honestidade e Competência*».

Sendo um projecto de intervenção política voltado para a defesa da Constituição e do regime democrático saído da Revolução de Abril, a CDU procura o bem-estar e a qualidade de vida dos portugueses



ao cavaquismo; à democratização do Estado e à transparência da administração; a um projecto económico e social «que valorize a inteligência e a criatividade dos portugueses»; a melhores condições de vida e de trabalho; à natureza e a uma política democrática «digna do Portugal de Abril».

«Nós, os da CDU, acreditamos nos portugueses» foi outra das afirmações de Avelãs Nunes que se manifestou confiante no reforço eleitoral da coligação para abrir caminho, como se diz no preâmbulo da Constituição, «para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno».

Muita gente com a CDU

Dirigentes sindicais como Manuel Carvalho da Silva,

José Ernesto Cartaxo, Florival Lança, José Luís Judas, Álvaro Rana ou Manuel Lopes estiveram presentes nesta cerimónia. Também outras personalidades: pudemos ver na sala o almirante Rosa Coutinho, o escritor Modesto Navarro, o professor Borges Coelho, o autarca Pedro Canário e ainda o engenheiro Cunha Serra, Piteira Santos, Manuel da Fonseca, Moradas Ferreira, general Vasco Gonçalves, Vasco Granja, comissário Santinhos, José Barata Moura, o editor Francisco Melo, os actores Morais e Castro e Linda Silva, etc., etc.

Também presentes estiveram Domingos Abrantes, Francisco Lopes, Octávio Teixeira, Dias Lourenço e António Abreu, do PCP; Paula Coelho, António Filipe (deputados) e Nuno Ramos de Almeida, da JCP; o deputado Corregedor da Fonseca e Raul Castro, da ID, e Luís Cardoso, de «Os Verdes», e ainda os deputados

do PCP João Amaral e Ilda Figueiredo.

Entre a muita gente que superlotou o local, ainda pudemos constatar a presença de o Dr. Levy Baptista, Dr. Leonora Leitão, Prof. Eduardo Chittas, Luís Catarino, Luís de Azevedo, Dr. Salvado Sampaio, Dr. Dulce Rebelo, Dr. Alcina Bastos, Carlos Consiglieri, Helena Medina, Arq. Justino Morais, Vítor Sá e Eduardo Correia.

De registar que durante o acontecimento foi recebido um telegrama assinado por catorze democratas do Porto, sem filiação partidária, onde os signatários se congratulam pela constituição da CDU.

No final, um cálice de Porto distribuído entre os presentes serviu para a realização de um brinde à celebração do acordo que permitirá à CDU-Coligação Democrática Unitária concorrer às próximas eleições legislativas.



Seminário do PCP sobre
QUESTÕES DA EMIGRAÇÃO, HOJE

Edição CPTEE do PCP



Nota\$

Se há coisa que toda a gente sabe, desde o início da semana, é que os professores dos ensinos básico e secundário estão em greve. Pela muito simples razão de que cá pela nossa terrinha a grande maioria das famílias ainda tem filhos. Modernices como as de alguns países onde lobrigar um jovem já quase dá direito a ganhar prémios ainda não chegaram a estas bandas, embora verdade seja dita que os casais cada vez *cortam* mais na sua descendência e qualquer casalinho de rebentos lhes chega para animar a existência.

Acresce, por outro lado, que modernices dessas de ser o Estado a custear de facto a educação dos ditos rebentos também ainda não se usam, pelo que os pais continuam a ser os altruístas que não se poupam a esforços para pôr os filhos a estudar.

Posto isto, não é de estranhar que milhares de pais em todo o país esperem com legítima ansiedade as avaliações dos filhos, quanto mais não seja para saberem se lhes hão-de dar umas amêndoas pela Páscoa ou uma Páscoa pelas amêndoas.

Natural também é que os pais esperem ser informados do desenrolar dos acontecimentos e do diferendo que opõe professores ao Ministério da Educação.

E quem com menos cerimónia lhes entra pela casa dentro do que a televisão? Há pois que aguardar por essa informação e esclarecimento.

Na passada segunda-feira, dia do início da greve dos professores, tal espera foi em vão.

No Telejornal, o jornalista de serviço informou os estimados telespectadores do desacordo em Bruxelas sobre os preços agrícolas; conversou de seguida com um comentarista a propósito da entrevista de um comissário europeu que garante a continuada subida da nossa economia; levou-nos de seguida até à China para falar de Macau; mostrou-nos imagens dos múltiplos problemas do Mali; apresentou-nos desertores iraquianos felizes por se entregarem às forças norte-americanas que continuam no Iraque; falou das iniciativas diplomáticas sobre a questão de Timor-Leste.

Já o noticiário ia no fim, cumprido há muito o intervalo para a publicidade, quando chegou enfim a breve síntese dos temas de somenos importância. Veio então o anúncio da conferência de imprensa do PCP e, relacionada com ela, a greve dos professores.

Assim como quem não quer a coisa, percebem? PCP, greve, professores, enfim... para bom entendedor meia palavra basta.

Ficou-se então a saber o que já se sabia: que o Ministério não vê razão para esta greve e que até está decidido a permitir a afixação de pautas só com as notas dos professores que não aderiram à greve. Razões da dita? Pfff. Pormenores que não cabem em sínteses.

Para completar a *informação*, mas desta vez já em tempo de publicidade, uma nota do Ministério da Educação dizia de sua justiça. Logo amenizada pelo anúncio daquela menina que descobriu o segredo do champô, da lexívia que lava mais branco, do óleo que frita mais amarelo, do carro que faz o maior sucesso. Numa palavra, as alegrias da vida.

Bem vistas as coisas, até que chega. Se a avó acredita na lexívia porque é que os professores não acreditam no ministro? O homem já prometeu que lá para Julho tudo estará resolvido; não será por os professores universitários estarem de promessas por cumprir desde o ano passado que haverá razões para desconfiar.

E depois, sabe-se que esperar é uma virtude. De preferência sentado, claro, não vá o diabo tecê-las. Ainda por cima os professores levam desta vez o maior aumento de sempre. Ou hão-de levar, o que é praticamente o mesmo. Meio ano a mais ou a menos, que diferença é que faz?

Os pais, claro, perceberam tudo. Entre notas para dar e nota\$ para receber, os professores são os maus da fita.

■ AF

Nacional



Álvaro Cunhal: «Para uma alternativa democrática à política de direita»

1. A Coligação Democrática Unitária (CDU) que acaba de ser constituída propõe-se concorrer às próximas eleições para a Assembleia da República e com os votos do eleitorado levar à Assembleia deputados competentes, coerentes e dedicados, firmemente empenhados na defesa dos interesses do povo e do país e convictos de que confirmarão a confiança neles depositada.

2. Segundo a lei, só partidos políticos podem constituir coligações. A CDU - Coligação Democrática Unitária, é formalmente constituída pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Ecologista «Os Verdes». Também por virtude da lei a sigla será constituída pela sigla dos dois partidos (PCP/PEV) e o símbolo pelo símbolo dos dois partidos (a foice e o martelo e o girassol). Mas a CDU não se limita ao PCP e ao PEV. Integram a coligação a Intervenção Democrática (ID) e numerosos democratas independentes. E o seu âmbito não se encerra neste quadro actual. É oportuno declarar nesta ocasião que a CDU está aberta à participação e integração de democratas dos mais diversos quadrantes, incluindo de outros partidos que se sintam identificados neste projecto unitário que tem como objectivo central o combate à política de direita, a defesa dos interesses do povo e do país e a concretização de uma alternativa com um Governo democrático e uma política democrática.

Com esse objectivo continuaremos nos tempos próximos o diálogo com outras forças políticas e democratas independentes e esperamos que por esse facto a CDU venha a apresentar-se às eleições com o seu âmbito actual consideravelmente alargado.

3. Aqueles que constituímos a CDU temos consciência da urgente necessidade de assegurar a derrota do PSD nas próximas eleições. É um objectivo inteiramente ao alcance das forças democráticas. Mas exige um trabalho sério a desenvolver desde já. Exige por um lado determinação firme e sem equívocos de pôr fim ao Governo de direita e à política de direita, e exige por outro lado a convergência da CDU e das outras forças democráticas, designadamente o PS.

Estas duas condições para uma alternativa não resultam de uma apreciação subjectivista da situação antes assentam na incontestável realidade política portuguesa.

Crentes de que este é o único caminho que pode assegurar a vitória democrática nas próximas eleições o PCP pela sua parte e a CDU no seu conjunto estão prontos ao diálogo com vistas a um entendimento, à aprovação de uma plataforma e à convergência dos partidos democráticos.

4. Na altura própria serão aprovados e divulgados os programas eleitorais. Formalizaremos um acordo de acção parlamentar. Também na altura própria serão anunciadas as listas, para cuja elaboração se está já desenvolvendo um intenso trabalho. Apresentaremos candidatos que estreitamente ligados ao povo confirmarão aquelas características que deram e dão alto prestígio e autoridade à CDU e aos seus eleitos tanto nas autarquias como na Assembleia da República e no Parlamento Europeu: trabalho, honestidade e competência.

Estamos solidamente unidos com um projecto político que, conforme consta no Acordo da formação da CDU que acaba de ser assinado, tem como grandes linhas a defesa da Constituição e a consolidação do regime democrático, o combate ao autoritarismo e à governamentalização do Estado e das instituições, a defesa das liberdades e direitos dos trabalhadores e de todos os cidadãos, o desenvolvimento autónomo do país no quadro da integração na CEE, o melhoramento das condições e da qualidade de vida material e cultural do povo português, a preservação do ambiente e recuperação dos equilíbrios ecológicos, a defesa da independência nacional, a cooperação e amizade com todos os povos e a acção a favor da paz mundial.

5. Ao apresentar-se ao eleitorado com um projecto político claro nos objectivos e actuação a CDU tem consciência da grande responsabilidade que assume no quadro político partidário nacional. É inteiramente certo que a formação de uma maioria democrática que substitua a actual maioria PSD e o entendimento de

todos os democratas serão tanto mais possíveis e concretizáveis quanto mais forte for o PCP e as outras forças coligadas na CDU e quanto mais forte for a representação parlamentar que venham a alcançar nas próximas eleições para a Assembleia da República. O quadro político partidário existente e as posições dos vários partidos indicam que, nas próximas eleições legislativas, o verdadeiro voto útil na democracia, o voto útil na mudança, o voto útil para uma alternativa democrática à política da direita será o voto na CDU, Coligação Democrática Unitária.

Continuando aberta ao alargamento do seu próprio âmbito e ao diálogo e entendimentos com todos os outros partidos e forças democráticas, a CDU empreende desde agora com vigor e confiança a preparação para as eleições legislativas.

Pela sua parte, o Partido Comunista Português empenhará as suas forças, capacidades e energias na dinâmica acção política que a CDU desde agora desenvolverá para uma grande vitória eleitoral da CDU, factor fundamental para pôr termo à política e ao governo de direita e para a formação de uma maioria democrática e de um governo democrático.

«Ter a audácia»

— Amélia Pardal, JCP

(...)

Aproxima-se agora um importante momento na vida política portuguesa, a realização de eleições legislativas.

Os próximos meses serão, com especial incidência para os jovens, espaço para mais promessas que continuarão por cumprir. Assistindo-se, no entanto, já nos últimos meses a uma intensa campanha demagógica por parte do Governo PSD. Tendo consciência que os principais problemas dos jovens continuam por resolver, o Governo lança com grande pompa e circunstância medidas de fachada que visam iludir a resolução dos problemas. Exemplo disto são as recentes medidas tomadas relativamente ao SMO e as conse-

cutivas medidas legislativas relativas à habitação e ao crédito jovem que nada resolveram, pois os jovens continuam sem ter condições económicas de acesso à habitação. (...)

Os grandes problemas não se resolvem, as aspirações não se satisfazem.

O desemprego juvenil continua, atingindo camadas muito diversas da juventude, a precariedade no trabalho é cada vez mais e mais diversificada, a Reforma do Sistema Educativo não passa de um «bluff» que nada de fundo alterou, o acesso à criação e fruição culturais é cada vez mais escassa, a realização pessoal e profissional são cada vez mais difíceis.

Para esta situação nós temos resposta, temos soluções. Temos agora que ter a audácia e a capacidade de canalizar o descontentamento e insatisfação, que os jovens têm mostrado, para o apoio às nossas propostas e a adesão à CDU.

Neste sentido, torna-se particularmente importante a dinamização da juventude CDU, como um espaço aberto à nossa participação criativa, onde todos possamos contribuir para a construção de uma política diferente capaz de resolver os problemas e responder ao nosso desejo de mudança. (...)



Amélia Pardal

Nacional

O acordo CDU

O acordo de formação da CDU para concorrer às eleições à Assembleia da República de 1991, que aqui publicamos na íntegra, foi assinado por um representante de cada uma das formações políticas que constituem esta coligação, no caso José Casanova, por parte do PCP, André Martins, do Partido Ecologista «Os Verdes», e Lindim Ramos, da Intervenção Democrática.

1. O Partido Comunista Português (PCP), o Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) e a associação política Intervenção Democrática (ID), após um processo de conversações que decorreu nas últimas semanas, acordaram reconstituir a Coligação Democrática Unitária (CDU) para concorrerem em conjunto às próximas eleições para a Assembleia da República. Acordaram também (na linha das suas anteriores coligações) conferir um papel destacado à participação de democratas independentes, tanto na actividade geral da CDU, como nas listas a submeter ao sufrágio.

2. No plano jurídico e nos termos das exigências da lei que só aos partidos reconhece capacidade para constituir coligações, a CDU reveste a forma de uma Coligação entre o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) e será oportunamente registada no Tribunal Constitucional. Nos termos das exigências le-

gais, a coligação adoptará como denominação, «CDU — Coligação Democrática Unitária», usará a sigla «PCP/PEV» e o símbolo será constituído pelos símbolos dos dois Partidos: a foice e o martelo do PCP e o girassol do PEV.

3. No plano político, a CDU constitui um projecto de intervenção eleitoral unitário e aberto que procura mobilizar na acção contra a política de direita e em defesa dos interesses do povo e do país, não só activistas e simpatizantes das forças que constituem oficialmente a coligação mas também democratas de outras tendências e independentes que se proponham lutar com coerência por aqueles objectivos. Projecto unitário por excelência a CDU não tem a pretensão de esgotar a unidade nas suas fileiras, antes pretende ser um factor catalisador do diálogo, de aproximação, do entendimento e da convergência com outras forças democráticas, designadamente com o Partido Socialista, no

caminho de uma alternativa democrática, condição essencial para assegurar a substituição do governo do PSD por um governo democrático que realize uma política democrática, uma vez derrotada a direita nas próximas eleições.

4. A CDU agora constituída dá continuidade nas eleições para a Assembleia da República à coligação permanente existente entre as três forças aliadas — PCP, PEV e ID — para a intervenção nas eleições para as autarquias locais e para as diferentes áreas de acção e de gestão no poder local. Dá continuidade a anteriores projectos unitários em que participou o PCP, de que retoma os grandes princípios: «Trabalho, Honestidade e Competência».

5. Ao decidirem reconstituir a CDU com a finalidade de concorrer às próximas eleições legislativas, as forças integrantes da Coligação, acordaram as seguintes disposições concretas:

a) **Constituição das listas** — As listas serão constituídas de forma a garantir a eleição de dois deputados do PEV e um deputado da ID, tendo em consideração os últimos resultados eleitorais e a redução do número de deputados da Assembleia da República. Além disto, um candidato da ID será incluído na zona de cresci-



mento, de uma lista a considerar, para eventual eleição. No cômputo geral das listas serão reservados 10% dos lugares para preenchimento de candidatos do PEV e 5% para o preenchimento de candidatos da ID.

b) **Funcionamento da Coligação** — Tendo em vista a dinamização e a coordenação da Coligação será constituída uma Comissão Coordenadora Nacional que incluirá representantes do PCP, do PEV e da ID, e democratas independentes, em número a determinar.

Considera-se do maior interesse, como forma de aprofundar o quadro de colaboração política que a CDU constitui, a realização de Encontros Nacionais de activistas das forças da Coligação e democratas independentes que trabalhem nas suas estruturas ou lhe dêem apoio político. Fica igualmente prevista a existência de estruturas e encontros regionais onde as forças da

coligação ou a Coordenadora Nacional entenderem conveniente.

c) **Intervenção própria de cada força** — Além das actividades que as forças integrantes na CDU decidam realizar conjuntamente no quadro da Coligação, cada força poderá realizar as iniciativas políticas próprias que entender, incluindo as que tenham por objectivo promover o apoio à Coligação ou aos seus candidatos.

6. Nos termos da lei eleitoral, a CDU constituída para as eleições para a Assembleia da República dissolver-se-á após o acto eleitoral dando origem a dois grupos parlamentares: o Grupo Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do PEV.

Tendo em vista a cooperação futura entre os deputados eleitos pelas três forças políticas — PCP, PEV e ID — foi aprovado entre elas formali-

zarem um **acordo de acção parlamentar** a ser discutido e tomado público ainda antes da campanha eleitoral. Este acordo terá como objectivo principal a viabilização de uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita e terá como grandes linhas: a defesa da Constituição e a consolidação do regime democrático; o combate ao autoritarismo e à governamentalização do Estado e das instituições; a defesa das liberdades, dos direitos dos trabalhadores e de todos os cidadãos; o desenvolvimento autónomo do país no quadro da integração na CEE; o melhoramento das condições e da qualidade de vida material e cultural do povo português; a preservação do ambiente e recuperação dos equilíbrios ecológicos; a defesa da independência nacional, a cooperação e amizade com todos os países e povos e a acção a favor da paz mundial.

Lisboa, 22 de Março de 1991

«Um espaço de diálogo»

— **Blasco Hugo Fernandes, ID**

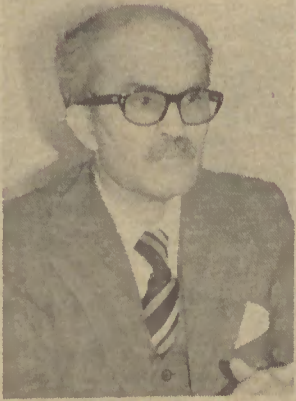
A ID define-se como um espaço extra-partidário, congregando pessoas de diferentes inspirações culturais, entre as quais procura encontrar posições comuns sobre temas e solicitações significativas na sociedade portuguesa e internacional. Dentro destes parâmetros, a ID participa na vida cultural, social e política, com a finalidade de caracterizar e superar os aspectos negativos da sociedade capitalista, assim como os respectivos suportes ideológicos e político-culturais; de conseguir, pelo diálogo com personalidades e formações políticas democráticas, propostas transformadoras da sociedade, no sentido de um desenvolvimento qualificado relativamente às legítimas necessidades e aspirações humanas; e de afirmar os verdadeiros valores democráticos e socialistas, de progresso e de cooperação entre países e povos, no respeito pelas tradições e valores nacionais e pela liberdade individual e colectiva.

A vocação unitária da ID impõe naturalmente a inserir-se em espaços mais latos, com individualidades e formações políticas diferentes mas próximas, com as quais, sem prejuízo da respectiva autonomia, se reconheçam opções comuns no esforço de modelar o futuro visando uma qualidade superior de vida para todos os portugueses e para o país.

O projecto de Abril está longe de ser concluso. Em aspectos fundamentais, ele encontra-se até desvirtuado, deixando o país confrontado com problemas graves e sulcado por profundas diferenciações geradoras de grande instabilidade social. O elemento deci-

sivo para o indispensável avanço e renovação da sociedade portuguesa é um forte, original e amplo desenvolvimento do horizonte de uma possível convergência transformadora, protagonizada pelas forças democráticas e progressistas.

Representando um espaço de diálogo, com capacidade de mobilizar energias criadoras no tecido pluralístico da nossa sociedade, a CDU oferece condições para dar um decisivo contributo no alargamento qualitativamente novo de participação democrática. A ID dispõe já de uma experiência acumulada ao longo de vários anos a comprovar este facto. No parlamento e, particularmente, nos órgãos de poder local, a convergência entre as formações que jurídica e/ou politicamente integram a CDU é uma realidade. Convergência essa que se tem revelado não só eficaz como importante no aprofundamento participado dos problemas em defesa da democracia e de uma sociedade mais justa assim como na elevação da consciência social das populações. (...)



Blasco Hugo Fernandes

«Viver um futuro melhor!»

— **André Martins, «Verdes»**

O Partido Ecologista «Os Verdes» recusa actuar numa perspectiva isolacionista e eleitoralista, limitada e simpatizantemente ineficaz. Temos assumido com frontalidade uma posição activa para a concretização de soluções de convergência alargada entre várias forças políticas, sociais, culturais e ecologistas. (...)

Se poderemos considerar que este não é um acordo novo e atendendo às forças que hoje o subscrevem, dado que o PCP, Os Verdes, a ID e muitos independentes já anteriormente concorreram a actos eleitorais coligados na CDU com resultados muito positivos para a democracia e para o País, não podemos deixar de afirmar que se trata de um acordo renovado que estabelece e reconhece novas formas de cooperação e acção, dentro e fora da CDU, beneficiando de experiências com provas dadas tanto no plano institucional como no plano de acção política mais geral.

A CDU é uma força sempre disponível para a cooperação e a convergência com todos aqueles que estão empenha-

dos em protagonizar um real movimento de mudança, que viabilize uma nova política e o reforço das múltiplas formas de democracia participativa.

Na tradição e no espírito de outras experiências em que cada uma das forças que a constituem têm participado — designadamente no plano autárquico em que as coligações

se mantêm para além do acto eleitoral — a CDU é uma referência obrigatória reconhecida pelo trabalho, pela honestidade e competência dos seus eleitos.

A CDU é um espaço plural de diálogo, aberto à participação de democratas de outras tendências e ao entendimento e convergência com outras for-

ças democráticas.

A CDU é um projecto de intervenção eleitoral unitário, indispensável para derrotar a actual maioria laranja e para criar uma alternativa política e democrática.

Hoje, com a CDU, estamos a dar um passo decisivo para Portugal viver um futuro melhor!

«Por um espírito novo»

— **António Galhordas, independente**

A minha presença, e a honra que me é dada de o afirmar, neste acto público da constituição da CDU para as próximas eleições legislativas, significa naturalmente o meu apoio à Coligação formada pelo PCP, Partido «Os Verdes» e Intervenção Democrática, no próximo acto eleitoral.

Solicitado para um testemunho desta opção, e não escondendo o receio de uma despropositada ênfase, basta-me dizer que a minha atitude decorre de uma coerência que tem

por base o entendimento que desde sempre fiz do papel do PCP, a força mais importante da Coligação, na vida política e social portuguesa.

Acima e fora de um compromisso ideológico, aprendi desde muito jovem a sentir e a verificar o papel activo e nuclear desempenhado pelo PCP nas fases decisivas das cinco ou seis últimas décadas da nossa história recente. (...)

Em resultado de mil experiências acumuladas, o povo português tem feito a sua marcha na constituição da democracia renovada com o 25 de Abril, após quase cinco décadas de alienação e menoridade.

É destas potencialidades acumuladas e libertadas de que hoje aqui falamos.

No auge da luta política e ideológica a que o mundo assistiu por todo este século XX, e que entre nós teve o ponto alto no processo revolucionário do 25 de Abril, houve momentos em que o figurino paternalista e de condução hegemónica, com subordinação

mais do que com convicção se instalou no seio das forças de esquerda, na aceleração do imediato e na subestimação da força e do papel das bases sociais, na orientação dos aparelhos partidários.

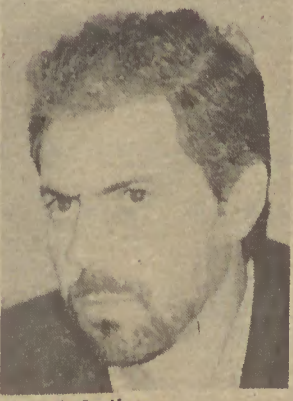
Com quase 17 anos decorridos desde o 25 de Abril, é já possível uma necessária e aprofundada reflexão da experiência vivida.

Não se pode deixar de referir a desconfiança e o desencanto que o povo hoje manifesta em relação ao profissionalismo político.

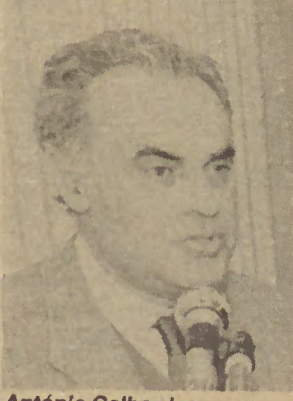
Não se nega, obviamente, a necessidade de existirem os profissionais da política, como superestrutura do poder, a funcionarem em exclusividade e em plenitude para a profissão que escolheram.

Mas os seus poderes, as suas decisões, os seus actos, têm de ser caldeados com as opiniões, os direitos e os interesses reais daqueles a quem se destinam. (...)

É por um espírito novo que aqui participo neste acto de constituição da Coligação CDU. (...)



André Martins



António Galhordas

PCP

Octávio Pato no regresso do Canadá 70.º Aniversário comemorado pela comunidade portuguesa

Octávio Pato, membro do Comité Central e do secretariado do CC do PCP, deslocou-se recentemente ao Canadá, a convite da organização do Partido neste país, onde participou em várias iniciativas dedicadas ao 70.º aniversário do PCP. Em declarações ao «Avante!», sublinhou que, a par da comemoração da efeméride, foi objecto da sua viagem «contribuir para o reforço da ligação entre o PCP e os comunistas emigrantes no Canadá», bem como «aprofundar o conhecimento das condições de vida e de trabalho» da comunidade portuguesa residente. Esta, acrescentou Octávio Pato, «ultrapassou todas as expectativas, relati-

vamente à adesão e interesse que manifestou pelas iniciativas promovidas».

Além de vários encontros e reuniões, o dirigente comunista esteve num almoço em Toronto, realizado no passado dia 17 com 140 participantes e que contou com a presença do secretário-geral do PC do Canadá, camaradas dos partidos comunistas do Chile e Uruguai, da OLP e do cônsul cubano em Toronto, juntamente com o vice-ministro dos Desportos de Cuba, de passagem pela cidade. Octávio Pato participou igualmente num jantar comemorativo do 70.º aniversário, efectuado em Montreal, no dia 22, com 78 pessoas que encheram completamente o

restaurante escolhido pela organização. Em ambas as iniciativas, Octávio Pato fez intervenções sobre a actualidade do PCP e sobre situação política portuguesa, que mereceram a atenção e o interesse dos presentes.

Ainda no âmbito da visita, o dirigente do PCP manteve encontros com o secretário-geral do PC do Canadá e concedeu uma entrevista ao jornal deste partido, «Tribune», avistou-se com o vereador da Câmara Municipal de Toronto, Martinho Silva, bem como prestou declarações às televisões de Toronto e de Montreal e a rádios destas cidades.



Em cima, aspecto geral do almoço em Toronto, realizado no passado dia 17, com 140 participantes. À direita, um pormenor do jantar-convívio efectuado em Montreal, no dia 22, onde estiveram 78 pessoas que encheram completamente o recinto. A adesão de militantes e simpatizantes do PCP ultrapassou todas as expectativas dos promotores

Manuel da Fonseca na sede do PCP

O escritor Manuel da Fonseca, que completou recentemente 50 anos da sua carreira literária, visitou na semana passada o Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, onde almoçou com o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, e conviveu com alguns dirigentes e militantes comunistas.



Manuel da Fonseca, ao centro com Álvaro Cunhal, no CT da Soeiro Pereira Gomes



Os 70 anos do PCP festejados no Coliseu do Porto

Fecharam-se as luzes e cantaram-se «os parabéns». Foi no Coliseu do Porto, no passado sábado, milhares de comunistas e outros democratas cantaram em coro, festejando os 70 anos do PCP. Antes, tinha sido o espectáculo totalmente preenchido com a música e as palavras sentidas de Maria Guinot. Seguiu-se o comício com as intervenções de Rosa Dias, membro do Comité Central e da Comissão Executiva da DORP do PCP, de Susana Santos, da Comissão Distrital da JCP e de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP. Uma grande iniciativa, ponto alto de muitas outras que têm decorrido em todos os concelhos do distrito do Porto e que vão continuar ainda no mês de Abril. Como ali foi anunciado, entre outras realizações, destaca-se já no próximo dia 5 de Abril, sexta-feira, um jantar no Hotel Tuela, organizado pelo Sector Intelectual do Porto, que contará com a presença do secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas.

De Rosa Dias ouviram-se palavras de denúncia da política do Governo, que apregoa a democracia, estabilidade, modernidade e progresso sem qualquer correspondência com a realidade que se vive no País

e, em particular, no distrito do Porto. Pegando como exemplo o sector têxtil, referiu o programa recentemente apresentado pelo Governo em que é apontado o caminho do desemprego para 50 mil trabalhadores, que abrange apenas duas mil empresas esquecendo que no sector existem 6 mil. «Do outro lado da propaganda e da demagogia do Governo», declarou aquela dirigente do PCP, «está a realidade — a realidade das operárias e dos operários da Mantex, da Sitenor, da Melhor ou da Mindelo que chegam ao fim do mês e não recebem o salário de que precisam para viver», ou «a dos mais de 20% dos trabalhadores do distrito contratados a prazo». A indiferença do Governo perante «o desmoronar do Centro Histórico do Porto», «o confrangedor espectáculo da poluição dos rios Leça, Ave e Douro» ou a percentagem de 80% de crianças que não frequentam jardins de infância, os níveis de insucesso escolar que ultrapassam os 35% ou o abandono escolar no período de escolaridade obrigatória, que chega a atingir em concelhos do distrito do Porto taxas superiores a 30%, foi ali denunciada por Rosa Dias.

Após referir outros exemplos, salientou que «não é de estranhar que neste quadro

haja uma cortina de silêncio sobre as vozes descontentes, sobre as reivindicações de luta dos trabalhadores, muitas delas importantes e com êxitos assinaláveis, como ainda recentemente sucedeu na Eurofer, Oliveira e Ferrelrinha, Metalúrgica da Longra, Fapobol, Companhia Nacional da Borracha, Monteiro e Ribas, Companhia Portuguesa do Cobre e Noé Pereira e Filhos e no sector das conservas, em que os trabalhadores, graças à sua luta viram os salários aumentados entre 15 a 20%, contra a imposição do Governo dos 13,5%, e o seu horário de trabalho reduzido para 43 e 42 horas e meia».

Seguiu-se uma curta saudação em nome da JCP, lida por Susana Santos, da Comissão Distrital.

A encerrar o comício interveio o camarada Álvaro Cunhal, um discurso ouvido com grande atenção pelos milhares de pessoas presentes, aplaudido de pé e acompanhado pela palavra de ordem mais ouvida no decorrer da sessão: «PCP, PCP, PCP». Da profunda análise que então fez das lições a tirar da história do Partido, da situação nacional e internacional, do ideal comunista hoje, damos conta noutras páginas do «Avante!».



PCP

Um grande Partido, forte e unido

tem de continuar para impedir que o governo consiga pô-lo em vigor e, se conseguir pô-lo em vigor, luta para que seja revogado o mais depressa possível.

Já declaramos que, pela luta é possível impedir que o «pacote laboral» vá por diante. Mas já declaramos também que se o Governo o puser em vigor, uma das primeiras iniciativas do Grupo Parlamentar do PCP após as eleições para a Assembleia da República será propor a sua revogação.

Inseparável também da restauração monopolista e da intensificação da exploração dos trabalhadores é a vertente antidemocrática, relativa ao exercício do poder, à organização do Estado, às liberdades e direitos dos cidadãos.

É esclarecedor o facto que o PSD, instalado no governo, partido ao serviço dos capitalistas e agrários, governamentalize o poder, altere leis eleitorais, instrumentalize a televisão e outros importantes órgãos de comunicação social, procure espartilhar o poder local, transforme em instrumentos partidários os seu serviço órgãos de fiscalização e controlo que deveriam ser plurais e objectivos, liquide liberdades e direitos dos trabalhadores, e venha agora com esse projecto de lei do «segredo do Estado» que possivelmente terá de abandonar dada a vaga de protestos que provocou, mas que com critérios totalitários e ditatoriais visava manifestamente, com o pretexto da defesa de segredos do Estado, colocar o Governo e as forças do capital inteiramente ao abrigo de qualquer fiscalização das suas actuações incluindo as que fossem delituosas.

Pode pois verificar-se que, ao longo dos anos, embora com expressões diversas no tempo da ditadura e no regime democrático conquistado com a revolução de Abril, o sistema capitalista mantém características essenciais que mostram não estar em condições de dar resposta e resolver problemas fundamentais do povo português e responder às suas mais ingentes necessidades e mais profundas aspirações.

Grandes transformações revolucionárias do século

O século XX não foi entretanto apenas marcado no mundo e em Portugal pelo capitalismo, pelas injustiças, desigualdades e flagelos que desencadeou.

Desde a sua criação impulsionada pela revolução socialista de Outubro de 1917, nos 70 anos da sua existência, a luta do nosso Partido recebeu o influxo e o impulso das transformações revolucionárias realizadas no mundo no decurso do século.

De facto o século XX foi também marcado por uma das mais belas, se não a mais bela, epopeias da história humana, que os povos e a humanidade contam no seu património de progresso social e que como tal não podem nem devem esquecer: a epopeia da revolução de Outubro e de outras revoluções socialistas.

Não podem nem devem esquecer que os trabalhadores, as classes oprimidas, as forças revolucionárias pela primeira vez em milénios de história da humanidade se insurgiram contra as classes exploradoras e dominantes, as afastaram do poder do Estado, tomaram nas suas mãos o próprio destino e por caminhos desconhecidos, se lançaram à tarefa empolgante de construir uma nova sociedade, uma sociedade sem exploradores e explorados, uma sociedade libertada de injustiças e desigualdades sociais, uma sociedade inspirada pelos mais elevados princípios e ideais humanistas.

Os povos também não podem nem devem esquecer a outra grande epopeia do século XX que foi a luta de libertação e a conquista da independência por povos há séculos colonizados e escravizados e que com as suas vitórias deram uma contribuição imperecível para a transformação da face do mundo.

É verdade que, ao longo dos anos, nem tudo na avaliação que o nosso Partido fez do século XX foi rigoroso e comprovado pela vida. Avaliámos com excessivo optimismo as dificuldades destes dois grandes empreendimentos revolucionários: a construção da sociedade socialista e a construção das novas sociedades pelos povos libertados do colonialismo.

Durante as primeiras décadas de existência do nosso Partido avaliámos mal a necessidade de respostas diferenciadas a situações diferenciadas do que resultou a tendência a que não fugimos durante anos a uma esquematização do projecto de construção da nova sociedade. Avaliámos mal as possibilidades de desenvolvimento de fenómenos negativos no novo sistema incluindo o afastamento de governantes de objectivos e práticas essenciais do projecto revolucionário dos comunistas. Avaliámos mal a informação dada pelas instâncias responsáveis atribuindo-lhes mais crédito do que mereciam. E na outra face do mundo também avaliámos mal as possibilidades de recuperação e desenvolvimento do capitalismo e da sua resposta às novas situações.

Mas essas defeituosas avaliações não impediram que fôssemos definindo cada vez com maior rigor e independência o nosso projecto de socialismo para Portugal. Essas defeituosas avaliações não contrariam a correcção da avaliação global e da caracterização global do século XX na história da humanidade.

Não erramos ao condenar o capitalismo e ao expressar a nossa solidariedade activa para com os que lutam nos países capitalistas contra a exploração e a opressão, a nossa solidariedade activa para com os processos de construção de uma sociedade socialista e para com os processos de libertação do colonialismo e da construção de sociedades livres e independentes nos países libertados.

E apesar de sérias derrotas do socialismo e da recuperação do poder e do domínio mundial por parte do capitalismo neste fim do século, continuamos a considerar que **o que caracteriza fundamentalmente o século XX na história das sociedades são as grandes e históricas conquistas e realizações revolucionárias que (estamos convictos) ultrapassarão as dificuldades actuais e terão continuidade em novas e grandes conquistas e realizações alcançadas pela luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.**

E avaliando assim a situação mundial, o nosso Partido, partido patriótico que é e será inteiramente consagrado ao povo portu-

guês e a Portugal, não se fecha entretanto num egoísmo nacional, não segue o caminho daqueles que proclamam que o internacionalismo proletário está morto e que fecham os olhos indiferentes às lutas que se travam no mundo, antes **insiste nas suas posições internacionalistas, nos seus laços de amizade e cooperação com os comunistas e as forças revolucionárias dos outros países, na solidariedade activa (mais necessária do que nunca) para com aqueles que lutam contra o imperialismo, pela liberdade e a libertação dos trabalhadores e dos povos.**

Ao comemorarmos o 70º aniversário do nosso Partido, aproveito a ocasião para daqui expressar a alegria e a gratidão por numerosas mensagens que nos chegaram de outros países; para aqui confirmar que os comunistas, as forças revolucionárias e progressistas, **os trabalhadores e os povos dos outros países, podem estar certos do apoio e solidariedade firme e coerente dos comunistas portugueses.**

O projecto do PCP de uma sociedade socialista

Ao longo dos 70 anos de história do nosso Partido aprendemos com a vida, com a experiência própria e com as experiências dos outros partidos e dos outros povos.

Aprendemos com as vitórias e aprendemos com a amarga experiência das derrotas. Dos outros e das nossas.

O nosso projecto de uma sociedade socialista em Portugal que nos primeiros anos de vida do nosso Partido repetia as soluções da primeira experiência histórica - a construção do socialismo na União Soviética - foi tomando contornos mais flexíveis e diferenciados na medida em que o Partido, tendo consciência de que não há «modelos» universalmente aplicáveis, foi aprofundando o conhecimento, o estudo e a análise da realidade e elaborando respostas adequadas à estrutura económica e social e à história política da sociedade portuguesa.

Assim de há muito o nosso Partido se pronunciou contra «um modelo» de socialismo, contra a cópia mecânica de experiências, e, embora sem se lançar numa crítica sistemática a situações e fenómenos negativos em desenvolvimento em países socialistas que ia detectando sem entretanto avaliar a sua profundidade e grandeza, foi definindo, para nós, portugueses, para Portugal, um projecto político diferente e original.

Muito antes das crises profundas que se desenvolveram nos países socialistas e levaram à derrocada em alguns, o nosso Partido desenvolveu conceitos, definiu orientações e adoptou práticas e estilos de acção que se distinguiram profundamente de conceitos, orientações, práticas e estilo que se verificavam numa série de países socialistas. A natureza popular do poder político, o papel dos trabalhadores e das massas populares na construção da nova sociedade, as características de uma democracia socialista, a direcção, o governo é o exercício do poder, o estilo de intervenção e da vida dos dirigentes, a admissão da diversidade de formações económicas, a relação entre a política e a ética, foram temas largamente tratados pelo PCP e para os quais o PCP encontrou respostas que configuravam a proposta de sociedade socialista para Portugal.

Assim, de há muito o PCP inscreveu no seu projecto de sociedade socialista para Portugal a democracia política, as liberdades democráticas, o direito à formação de partidos políticos, as eleições. Neste sentido, entre outros documentos fundamentais contam-se o Programa do PCP aprovado no VI Congresso realizado na clandestinidade em 1965 e o novo Programa aprovado no XII Congresso realizado em 1988.

Na fase actual da vida portuguesa, o socialismo não está na ordem do dia. O Programa que o PCP propõe ao povo português é o de «uma democracia avançada no limiar do século XXI» - uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural que dê solução aos mais graves problemas actualmente existentes; uma democracia que contenha como seis componentes ou objectivos fundamentais um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino; um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente; o desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do país; uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo; uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais; e uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

A «democracia avançada no limiar do século XXI» que propomos ao povo português (como diz o nosso Programa) visa resolver muitos dos mais graves problemas actualmente existentes. Transformada em política do governo e do Estado representará um exaltante progresso da sociedade portuguesa. Mas a liquidação da exploração capitalista, das discriminações e desigualdades sociais só poderá ser alcançada numa sociedade socialista, como o PCP a concebe e que incorpora e desenvolve elementos fundamentais da democracia avançada.

Nós não somos utopistas. Não corremos atrás do vento. Mas defendemos um projecto de sociedade libertada da exploração e subjugação do ser humano. Por isso, **empenhando as nossas energias nas tarefas presentes com objectivos actuais, apontamos a sociedade socialista no horizonte do futuro de Portugal.**

Defesa da democracia contra o Governo PSD

A nossa proposta ao povo português de «uma democracia avançada no limiar do século XXI» responde à situação económica, social e política na actualidade adiantando orientações, soluções e medidas adequadas. Mas as grandes linhas de força correspondem a concepções e objectivos que, com concretizações diferenciadas segundo as condições concretas existentes em cada momento da vida nacional, inspiraram a luta do nosso Partido ao longo dos 70 anos da sua existência.

Já tivemos ocasião de sublinhar nas comemorações do 70º aniversário que 70 anos de existência do nosso Partido são 70

anos de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, 70 anos de luta pela liberdade e a democracia, 70 anos de luta em defesa da independência nacional, 70 anos de luta pela paz.

Traduzidos e desdobrados estes objectivos em objectivos concretos correspondentes ao período da vida nacional que actualmente vivemos e à situação existente, a luta continua nos dias de hoje, continua na situação actual.

Assim, a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares continua contra a política do Governo PSD, contra os baixos salários, contra o pacote laboral, contra a precarização do trabalho, contra as discriminações salariais e profissionais para com as mulheres e os jovens, contra a miséria das reformas e pensões, contra a degradação dos serviços de saúde e do ensino, contra o agravamento incomportável do problema da habitação.

Assim, a luta pela liberdade e a democracia continua contra o abuso do poder e as medidas antidemocráticas do Governo PSD, contra a governamentalização do poder político e dos mais variados organismos do Estado, o espartilhamento do poder local, as novas leis eleitorais, a liquidação de direitos e liberdades dos trabalhadores, a monopolição partidária da televisão e outros órgãos de comunicação social, e agora a tentativa de, com a invocação do «segredo do Estado», garantir a impunidade do Governo e dos representantes do grande capital em quaisquer actos que cometam, mesmo de natureza delituosa.

A luta em defesa da independência nacional continua contra a atitude de capitulação nacional do Governo PSD ante interesses estrangeiros, de entrega ao estrangeiro de recursos nacionais e de alavancas fundamentais da economia portuguesa, da sua aceitação passiva das imposições supranacionais da CEE contrárias aos interesses portugueses, do seu seguidismo em relação à NATO, à UEO, à política agressiva e de guerra dos Estados Unidos como agora se mostrou durante a guerra do Golfo.

Esta luta desenvolve-se através da movimentação social, das acções de massas, da acção na Assembleia da República, do trabalho nas autarquias locais, da mobilização de todas as classes e camadas sociais cujos interesses são atingidos pela política do Governo ao serviço do grande capital. **A luta pela demissão do Governo PSD e sua substituição por um Governo democrático é o objectivo político central que na situação presente se coloca ao povo português, se coloca a todas as forças democráticas. É a expressão política superior da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, da luta em defesa das liberdades e da democracia, da luta em defesa dos interesses nacionais e da independência nacional.**

Pode ou não ser alcançado este objectivo? O nosso Partido responde positivamente à questão. Ao comemorarmos o 70º aniversário confirmamos que, na linha das suas gloriosas tradições, o nosso Partido está profundamente empenhado para alcançá-lo.

Com a CDU nas eleições legislativas

Como temos sublinhado, as próximas eleições para a Assembleia da República oferecem uma grande oportunidade para afastar a direita do poder e constituir um governo democrático.

Grande oportunidade não significa que a tarefa seja fácil. É inteiramente possível pôr termo à desastrosa política de direita. É inteiramente possível afastar do Governo o PSD e Cavaco Silva. É inteiramente possível uma alternativa com a constituição de um governo democrático. Mas a concretização dessa possibilidade depende da acção das forças democráticas, da dinâmica do seu combate coerente e corajoso contra a política do Governo, de um grande trabalho de esclarecimento do povo, e também (e isso é decisivo) da convergência das forças democráticas para em conjunto assegurarem uma maioria na Assembleia da República e a base institucional para a formação de um novo Governo.

Nenhum partido democrático sozinho está em condições de poder alcançar a maioria absoluta. Proclamá-lo é enganar o povo acerca das perspectivas reais. **Mas, os partidos democráticos em conjunto, estão em condições de alcançá-la.**

A par de outras formas de luta e intervenção, a par da mobilização popular, da acção na Assembleia da República e nas autarquias, da propaganda, das comemorações do 70º aniversário, o nosso Partido prepara-se activamente para as próximas eleições legislativas.

Como é sabido, ontem, sexta-feira, dia 22, foi assinado em Lisboa, pelo PCP, o Partido Ecologista «Os Verdes» e a ID o Acordo de constituição da CDU-Coligação Democrática Unitária, cuja sigla será PCP/PEV e cujo símbolo será constituído pelo símbolo dos dois partidos: a foice e o martelo e o girassol.

Como foi declarado na altura, a CDU não se limita às forças signatárias. Numerosos independentes representam um importante papel na coligação. **E a CDU está aberta à participação e integração de democratas dos mais diversos quadrantes, incluindo de outros partidos.** Continuamos no imediato o diálogo com outras forças políticas e democratas independentes e fazemos apelo a que lutem em comum conosco nesta batalha decisiva para Portugal nos próximos anos.

Uma alternativa democrática exigirá mais do que a acção da CDU. Exigirá a convergência de todas as forças democráticas no meadamento do PCP e do PS.

É indispensável que o eleitorado democrático, todos os que querem pôr fim à política de direita e ao seu Governo, tomem consciência de que, dada a correlação de forças político-partidárias, **nenhuma maioria democrática será possível sem o PCP e que o entendimento dos democratas para formarem uma maioria que apoie a formação de um Governo democrático, será tanto mais possível quanto mais forte for o PCP e outras forças coligadas na CDU e quanto mais forte for a representação parlamentar que venham a alcançar nas próximas eleições para a Assembleia da República.**

Por isso, ontem mesmo, no acto de assinatura do Acordo para a constituição da CDU se sublinhou que o quadro político par-

tidário existente e as posições dos vários partidos indicam que, nas próximas eleições legislativas, o verdadeiro voto útil na democracia, o voto útil na mudança, o voto útil para uma alternativa democrática à política de direita, será o voto útil na CDU, Coligação Democrática Unitária.

Para bem do povo, do país, da democracia, o PCP empenhará as suas forças e capacidades para que a CDU alcance uma grande vitória nas próximas eleições. As comemorações do 70º aniversário estão mostrando que temos força, temos militância, temos apoio. O PCP não está na rampa do «declínio irreversível» que alguns pronunciaram, mas numa nova forte e crescente dinâmica de acção, firme e conflante na luta que continua.

O PCP uma forma diferente de intervir na sociedade

Muitos não compreendem de onde nos vem esta força, esta firmeza, esta coerência, esta confiança.

Mas para quem conheça a história de 70 anos de luta do nosso Partido que agora comemoramos, o facto não é um mistério.

70 anos de luta do nosso Partido é caso único na vida nacional. Atravessámos as mais diversas situações. Durante quase meio século da noite negra da ditadura fascista, sempre ligados ao povo, organizando e mobilizando as energias populares, fizemos frente à exploração, à opressão e ao terror e sem contestação possível e com a coragem e heroísmo de milhares de homens, mulheres e jovens que arrostaram perseguições, clandestinidade, prisões, torturas, condenações, assassinatos, constituímos a força fundamental e a vanguarda da luta pela liberdade e a democracia. Demos contribuição decisiva para a criação de condições que tornaram possível o derrubamento da ditadura e, promovendo e mobilizando a energia revolucionária das massas, demos também em Abril contribuição decisiva para as transformações democráticas da sociedade portuguesa e para a instauração e institucionalização do regime democrático. Desencadeado o processo contra-revolucionário de recuperação e restauração do capitalismo monopolista, não nos vergámos submissos à destruição das conquistas democráticas, antes continuámos e continuamos firmemente o combate.

Não, não constituímos um Partido que se amedronte com as dificuldades. Educados num partido combatente com 70 anos de experiência os comunistas não são daqueles que como certas aves voltam sempre o bico para onde sopra o vento.

Não, este partido, o PCP, distingue-se de facto, pela forma de estar e actuar na sociedade, daqueles que na revolução de Abril proclamavam um ideal socialista, aprovaram e assinaram a Constituição de 1976 mas com a reserva mental de com tal atitude ganharem posições, ganharem tempo e conseguirem a mudança na correlação de forças para voltarem com a palavra atrás, riscarem o socialismo dos seus programas e da sua oratória, e voltados para o passado empreenderem a obra de liquidação das conquistas democráticas de Abril e de restauração do capitalismo monopolista.

Não, este partido, o PCP, tem outra compreensão da acção política, tem outro sentido da responsabilidade ante o povo e o país. Ao longo de 70 anos de luta, nas mais variadas circunstâncias, o PCP disse sempre ao povo o que é e o que quer. Ao longo de 70 anos de luta, nas mais variadas circunstâncias o PCP deu um exemplo único de coerência e transparência dos objectivos, da seriedade e lisura da sua actuação, de dedicação e coragem ao serviço do povo e do país.

É com esse espírito que o Partido comemora o seu 70º aniversário, firme, convicto e confiante. É com esse espírito que o Partido trava a luta presente nas suas diversificadas direcções e se prepara para a grande batalha eleitoral que se aproxima.

A identidade do Partido produto da sua história

Lutando ao longo de 70 anos de um século marcado por tão grandes acontecimentos e transformações na vida mundial e na vida portuguesa, o Partido teve de dar respostas às situações concretas. Dar respostas às situações concretas é o contrário do imobilismo, do dogmatismo, da cristalização, da rotina. Ao longo dos 70 anos de existência, o programa, os objectivos a curto e a médio prazo, as formas concretas de organização e de acção, mesmo os princípios teóricos sofreram alterações e mudanças acompanhando as alterações e as mudanças da realidade e ganhando nas novas análises e na experiência a capacidade de resposta.

Mas os grandes acontecimentos e as grandes mudanças verificadas no mundo ao longo do século XX e designadamente ao longo dos 70 anos de existência do nosso Partido, verificaram-se no quadro de traços fundamentais que caracterizam os modos de produção, as contradições e a transformação das sociedades, as relações internacionais, os conflitos de classe, no quadro final de uma época dominada pela tenacidade do capitalismo em manter o seu sistema de exploração e a sua hegemonia mundial e pela luta dos trabalhadores e dos povos em defesa dos seus direitos, pela sua libertação, pela construção de uma nova sociedade.

Em um quadro nacional marcado ao longo do século e designadamente ao longo dos 70 anos de existência do nosso Partido, pela luta entre de um lado as forças do grande capital e dos grandes agrários querendo desenvolver, manter e aprofundar a dominação e a exploração do povo e do país (seja impondo o seu sistema com o terror fascista durante 48 anos, seja utilizando governos de direita no regime democrático conquistado em Abril) e de outro lado os trabalhadores e as classes antimonopolistas lutando por uma democracia económica, social, política e cultural.

Neste quadro internacional e neste quadro nacional, o PCP, como partido comunista que é, não é uma criação conjuntural, mas uma organização política que corresponde a uma necessidade social e política objectiva e que traduz interesses, necessidades e aspirações que se mantêm válidos ao longo do século XX.

Isto explica que, sempre atento à vida e à mudança, anti-



dogmático, criativo nas respostas concretas às situações concretas, o PCP tenha ao longo dos anos uma identidade própria que simultaneamente se transforma, se enriquece e se mantém, identidade que precisamente o distingue dos outros partidos e o caracteriza justamente como um partido comunista: identidade própria pelos seus objectivos fundamentais, identidade própria pela sua natureza de classe, identidade própria pela intervenção política ao serviço do povo, identidade própria pela sua ideologia, identidade própria pela sua democracia interna, a sua unidade e a sua força orgânica, identidade própria simultaneamente pelo seu patriotismo e pelo seu internacionalismo.

Características fundamentais que se afirmam, renovam e revigoram

As forças do grande capital, e de uma forma geral todas as forças que conduzem ou defendem uma política de direita e encontram pela frente como obstáculo o PCP já há muito compreendem que é nessa identidade que se fundamenta a força e a capacidade de intervenção do PCP na sociedade portuguesa.

Porque o compreendem bem gostariam alguns que o PCP perdesse todas as suas características fundamentais, renegasse os seus ideais, apagasse o seu passado, se tornasse um partido acobardado perante a força do grande capital, inofensivo, encharcado no oportunismo, descrente de si próprio e do futuro.

Ou então, bem gostariam outros que o PCP, fosse na realidade tal como o descrevem na sua propaganda caluniosa: um partido enclausurado em dogmas e ilusões, perdendo contacto com as realidades e com as mudanças, incapaz de dar resposta às novas situações e às grandes transformações que se dão no mundo e no país e condenado por isso ao seu progressivo isolamento até ao desaparecimento final.

Não sucede porém nem uma coisa nem outra. O PCP é um partido que de há muito aprendeu a aprender com a vida. É um partido educado na escola da luta no fragor de tempestades ou em tempo de bonança. É um partido que analisa a realidade e procura criativamente as respostas às novas situações e aos novos fenómenos. É um partido que reexamina análises, orientações, conceitos teóricos e tarefas. É um partido que, confirmando a sua identidade, renova e revigora as suas características fundamentais.

Assim, a natureza de classe do Partido, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, não se pode confundir com uma posição sectária menos atenta aos problemas das outras classes e camadas sociais antimonopolistas. Pelo contrário. A natureza de classe do Partido, pelo papel que os trabalhadores têm nas transformações sociais, impõe-lhe que valorize o papel dessas classes e camadas na vida e na evolução do país, que defenda também com empenhamento os seus interesses e integre no seu programa as suas aspirações.

Assim, a afirmação ideológica do nosso Partido não se pode confundir com qualquer cega e teimosa afirmação de fé. Não se pode confundir com aquela proclamação acrítica e muitas vezes sem qualquer conteúdo ideológico de fidelidade ao marxismo-leninismo que no movimento comunista se tomava tanto mais exaltada e impositiva quanto mais se cristalizavam e dogmatizavam os princípios e que, assim dogmatizada e imposta como doutrina não só do Partido mas do Estado, constitui uma das causas do distanciamento do ideal comunista em países onde triunfara a revolução socialista e por isso também uma das causas das grandes derrotas verificadas no Leste da Europa.

O que caracteriza o nosso Partido de marxista-leninista não é tanto a afirmação de o ser, mas a capacidade de considerar de forma crítica e criativa a teoria, de a ligar à vida e de receber da vida, dos acontecimentos, das experiências, das novidades, da evolução social, dos novos conhecimentos científicos e da prática, os elementos necessários para novas reflexões, para correcções, desenvolvimento e enriquecimento da teoria.

Assim, os princípios orgânicos do Partido não se podem

confundir com uma concepção rígida, imóvel, intemporal e imodificável do funcionamento interno. Não se podem confundir com os princípios cristalizados e a prática centralizada, autoritária e burocratizada que se instalou em numerosos partidos à sombra do que se dizia ser o centralismo democrático e que constituiu uma das razões do seu afastamento das massas e das suas derrotas.

O que caracteriza fundamentalmente no nosso Partido o centralismo democrático resulta fundamentalmente da nossa própria experiência, da reflexão, definição e prática ao longo de 70 anos. E mesmo na clandestinidade, que obrigava a uma forte centralização de responsabilidades e tarefas, a história testemunha, a par de momentos de excessivo centralismo, um esforço real que se foi impondo para encontrar formas de assegurar e aprofundar princípios democráticos na vida interna, que conheceram fulgurante expansão, desenvolvimento e aprofundamento com a revolução de Abril e a conquista da liberdade.

A expressão livre da opinião, da crítica e da vontade dos militantes, o estímulo à sua contribuição criativa para as análises, a orientação e as decisões, a direcção, reflexão e trabalho colectivos e a concepção do Partido como um grande colectivo que não só não exclui como promove a contribuição individual e o reconhecimento dos méritos do indivíduo, tornaram-se traços essenciais e uma das mais ricas expressões da democracia interna do Partido.

O PCP é e será o que os seus militantes quiserem que seja e não o que os seus adversários desejariam que fosse. Assim somos, assim queremos ser: sempre com os trabalhadores, sempre com o povo - um partido comunista digno deste nome.

Um partido sólido, unido e em luta

O nosso Partido, educado e caldeado ao longo de 70 anos de luta revolucionária, tendo atravessado três quartos do século marcado por grandes convulsões sociais e políticas, por guerras e revoluções, por grandes vitórias e grandes derrotas da causa da libertação dos povos, o nosso Partido não se deixou nem deixa intimidar nem perdeu nem perde o rumo que foi e é a razão de ser da sua criação, da sua existência e da sua luta.

Não, não cedemos às pressões daqueles que de fora ou de dentro queriam desnaturar o nosso Partido. Não nos intimidámos com a monstrosa campanha que contra nós se desencadeou nem com as mais grosseiras deformações e inverdades que acerca do Partido bombardearam poderosos meios de comunicação social, nem com os vaticínios de que estávamos condenados a um próximo desaparecimento.

Não nos deixamos impressionar por essas sucessivas sondagens feitas para impressionar a opinião pública que sistematicamente atribuem ao PCP quedas verticais de influência social, política e eleitoral, quando a realidade mostra (como sucedeu com os resultados políticos e eleitorais da campanha de Carlos Carvalhas) que, nesta fase da vida nacional, o Partido não está a recuar, mas a avançar na militância, na iniciativa, na ligação com as massas, no diálogo com outras forças políticas, na firme determinação de combater a direita e de dar uma contribuição que pode ser determinante para assegurar uma alternativa democrática ao governo actual e à política actual.

Para surpresa e desgosto dos arautos do «declínio irreversível» do PCP, aqui estamos comemorando o 70º aniversário de pé e em luta, com uma linha clara de actuação, com objectivos declarados e transparentes, com um partido sólido e unido, com uma ligação profunda com os trabalhadores e as massas populares, firmes, decididos, confiantes no nosso Partido e no nosso povo.

Com justo orgulho do passado, com firme determinação na acção presente, com confiança no futuro, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, o PCP prossegue a sua caminhada na luta por um Portugal livre, democrático, independente, tendo no horizonte o socialismo.

Viva o 70º aniversário do PCP!
Viva o Partido Comunista Português!

PCP

Visita de Carvalhas a Alcácer e Grândola

«Água mole em pedra dura...»

«Água mole em pedra dura, tanto dá até que fura. E nós não somos água mole!» Esta ideia repetiu-a Carlos Carvalhas em vários lugares da visita que efectuou, no distrito de Setúbal, aos concelhos de Alcácer e de Grândola, num programa integrado nas comemorações dos 70 anos do Partido. Uma jornada pontuada por vários encontros e convívios com militantes, simpatizantes e amigos do PCP e sublinhada por um ambiente de fraternidade e de alegria e, sobretudo, pela convicção de que, passados setenta anos, os comunistas mantêm e reforçam a esperança de construir um mundo de justiça. Convicção a que o secretário-geral adjunto do PCP deu mais razões, falando do passado, do presente e do futuro, e da intervenção com que os comunistas têm sido e serão chamados a contribuir. Mesmo em tempo de acrescidas dificuldades.

A primeira etapa da jornada foi o almoço-convívio em Alcácer do Sal, realizado ao ar livre no pátio do Centro de Trabalho, sob um sol brilhante mitigado pela cobertura de rafia verde. Carlos Carvalhas, que foi recebido em Alcácer pelos camaradas António Casmarinha, membro do Comité Central e do Executivo da DORS, Manuel Mecha, da Comissão Concelhia de Alcácer, e pela Presidente da Câmara, Graciete Baião, partilhou o tradicional ensopado de borrego com cerca de uma centena de convivas. Um almoço interrompido de vez em quando por uma quadra improvisada por um velho poeta popular, por um viva ao Partido, e finalizado pela oferta de vários ramos de cravos e por algumas prendas ao PCP que Carvalhas recebeu, publicações regionais e um objecto de artesanato.

O secretário-geral adjunto do Partido proferiu então um breve discurso, de que hoje publicamos extractos, palavras de esperança e de empenhamento na continuação da luta por um futuro melhor. No final, convidou uma das jovens presentes a cortar o bolo de aniversário. Apenas uma ajuda, que o camarada Carvalhas demonstrou na jornada ter já a mão treinada durante as numerosas iniciativas de aniversário em que tem participado.

Não ficou por aqui a visita a Alcácer. O dirigente comunis-

ta, acompanhado por muitos dos participantes no almoço, deslocou-se então a um café da terra, saudado no caminho por muita gente, e tomou uma bica antes de se dirigir às instalações da Rádio Mira-Sado, onde foi longamente entrevistado. Dali se partiu em visita ao Parque Desportivo Municipal. O repórter, que acompanhara a inauguração da primeira fase das instalações, já lá vão aí uns dez anos, teve a oportunidade de constatar a diferença, e o progresso realizado pela administração dos comunistas e dos seus aliados. Hoje, para além do estádio e respectivas instalações, a Presidente da Câmara mostrou aos visitantes a piscina e os courts de ténis, e o vasto espaço, sempre cheio de crianças e de jovens.

A despedida de Alcácer, entretanto, juntaram-se à caravana vários carros. A viagem era para Rio de Moinhos, uma povoação que já foi célebre por ter sido a sede de uma cooperativa da Reforma Agrária, a «Vitória do Sado». Cerca de uma vintena de automóveis - alguns se foram juntando à caravana, durante o percurso - acompanharam o camarada Carvalhas e chegaram à povoação, onde a população em peso aguardava.

A «Vitória do Sado» já não existe. Espoliada das suas terras pela política destruidora de sucessivos governos de direita, com especial e triste desta-

que para o de Cavaco, a cooperativa desapareceu. Mantém-se um vasto casão, construído pelos cooperantes nos bons tempos. E alguns tractores e reboques, tristemente adormecidos no seu interior. É o que resta e, se o que resta ainda não foi retirado aos trabalhadores, é porque o casão está implantado em terrenos da autarquia.

Mas, destruída a cooperativa, a Reforma Agrária deixou marcas. As indelévels marcas da memória. E certamente foi porque o PCP sempre acompanhou e encorajou e dirigiu a luta dos trabalhadores nessa bela conquista da revolução de Abril, que toda a população - asseguraram-nos - estava lá a receber o secretário-geral adjunto do PCP. Em festa. E com uma bela recepção. Para a merenda praticamente toda a gente quis contribuir e ajudar, e toda a gente participou. Como afirmou o camarada Mecha, não se tratava de uma iniciativa fechada do Partido, e a visita de Carvalhas era já uma exigência da população do tempo das eleições para a Presidência da República.

O calor da recepção foi ainda mais exuberante quando Carvalhas fez uma breve intervenção, reafirmando a esperança e a certeza dos comunistas em melhores dias para os trabalhadores portugueses e para Portugal. Dirigiu ali uma particular e especial saudação às mulheres da Reforma Agrária, as trabalhadoras que são hoje as que mais sofrem o desemprego. Mas, afirmou que «Água mole em pedra dura tanto dá até que fura. E nós não somos água mole». Deixou uma mensagem de esperança no futuro nestes tempos de dificuldades. No final, mais um bolo de aniversário foi partido e partilhado por todos. E com alguma pena, a viagem continuou, que o programa desse dia ainda não terminara.

A próxima etapa era já em Grândola, onde Carlos Carvalhas foi recebido à porta do Centro de Trabalho do Partido pelos camaradas Manuel Martins, responsável da Comissão

Concelhia do PCP, e Matos Gago, Presidente da Câmara. Começou-se pela visita ao próprio CT e às obras feitas no primeiro andar, instalações renovadas, funcionais e bonitas, que os acompanhantes tiveram também oportunidade de apreciar.

Dali se partiu para visitas a duas colectividades da Vila Morena. A primeira foi à Sociedade Fraternidade Operária Grandolense, uma colectividade fundada no 1º de Maio de 1912. Pedro Costa, o Presidente da Direcção, recebeu Carlos Carvalhas e deu-lhe conta das actividades em curso, bem como dos sonhos - sem ajudas a não ser as que a autarquia tem conseguido - a construir. Uma colectividade com enraizadas tradições democráticas. A Pide mandou, em 1949, queimar a biblioteca... e pelo palco do salão passaram nomes como os de Alves Redol, José Afonso, Antunes da Silva.

Depois, foi a vez de uma visita ao Clube Recreativo Grandolense, de que o próprio Presidente da Câmara é também o Presidente da Assembleia Geral. Ali, o dirigente comunista foi recebido pelo Presidente da Direcção, Ventura Leite, que fez a traços largos a história da colectividade, e deu conta das dificuldades que se deparam ao desenvolvimento do trabalho. Carlos Carvalhas, na oportunidade, fez questão de afirmar que, dentro das suas possibilidades, teria em conta os problemas e aspirações do clube cujas actividades desportivas reúnem actualmente cerca de duas centenas de atletas.

Antes do jantar-convívio que encerraria a jornada, Carvalhas teve ainda a oportunidade de visitar a biblioteca municipal. E de, nesse edifício, apreciar demoradamente a exposição comemorativa do 70º aniversário do PCP.

Finalmente, o jantar realizou-se nas instalações do refeitório dos trabalhadores da Câmara, reunindo uma centena de participantes.



Os portugueses podem viver melhor

(...)

A azáfama eleitoralista toca todos os ministérios, secretarias de Estado e todos os núcleos do PSD. São as visitas ministeriais, as promessas e os anúncios de projectos, são as obras de fachada com custos astronómicos — como é o caso do Centro Cultural de Belém, orçamentado em 6,3 milhões de contos e que ultrapassará os 27 milhões —, é a satisfação de algumas justas reivindicações realizadas a conta-gotas e o mais próximo das eleições para fazer render a propaganda, é o uso dos sacos azuis e a vergonhosa manipulação de certos órgãos de comunicação social, é a intensificação do leilão de empresas lucrativas do património público para encher os cofres da clientela governamental, sacrificando a independência nacional, o desenvolvimento e o interesse público ao interesse privado de meia dúzia de famílias.

O tráfico de influências, a venalidade e a corrupção banalizam-se. Para reforçar o autoritarismo e tapar os escândalos, o PSD ousou mesmo avançar com um incrível projecto sobre o «segredo de Estado» que levantou tal contestação que o está a obrigar a recuar... Mas fica a intenção da lei da rolha e do bastão para os que se atrevem a lutar pela transparência e a destapar os buracos do Governo de Cavaco Silva...

No mesmo sentido age o grupo parlamentar do PSD ao cancelar o inquérito ao Ministério da Saúde — casos Leonor Beleza e Costa Freire — e ao anunciar o boicote ao novo inquérito desencadeado pelos partidos da oposição. É caso para dizer: quem não deve, não teme. É caso para dizer, senhores do PSD e do Governo, menos eleitoralismo e mais exercício democrático do po-

der, pensem mais no povo e no País e na clareza dos processos e menos nas eleições para as quais ainda faltam largos meses...

(...)

Os portugueses podiam e podem viver melhor, numa sociedade mais justa. Há uma prioridade para a imensa maioria dos homens, das mulheres, dos jovens, dos agricultores, que vivem e trabalham no nosso país: aumentar o nível de vida e a protecção social, dar resposta ao problema da habitação.

O nosso país tem que dizer não ao alastramento das manchas de pobreza e não pode continuar a alimentar os privilégios da fortuna.

Mas o que é que se passa por exemplo na agricultura?

Enquanto são anunciadas chorudas indemnizações aos agrários, os trabalhadores da Reforma Agrária sofrem nova ofensiva governamental. Nova legislação está feita com o objectivo de vender a terra nacionalizada. Os direitos de preferência para acesso à compra dessa terra são uma fraude.

O Governo sabe que a condição de haver contrato de arrendamento há pelo menos 10 anos para o exercício desse direito não se verifica para a grande maioria das cooperativas ou dos agricultores na posse hoje dessa terra. E, entretanto, desenvolve novo cerco às cooperativas e trabalhadores das UCP's, com processos judiciais e execuções fiscais à volta dos problemas da cortiça, do Crédito Agrícola de Emergência e da Segurança Social. Em alguns casos violando compromissos e acordos assinados. É uma política inaceitável.

Nos argumentos para esta ofensiva contra a Reforma Agrária,

o Governo aponta a instalação de jovens agricultores e a promoção da agricultura familiar. É uma mistificação.

Quem diz isto, prossegue uma política agrícola que, como os factos o mostram, dificulta seriamente o acesso dos jovens à terra; uma política que estrangula financeiramente muitos dos jovens agricultores já instalados, incapazes de suportar as altas taxas de juro dos créditos a que tiveram de recorrer, incapazes de aguentar a degradação dos preços de produção agrícola face à permanente subida dos preços dos adubos, gasóleo, maquinaria.

Quem diz defender a agricultura, prossegue uma política de ruína das explorações agrícolas familiares, marginalizando-as do acesso aos fundos comunitários, dificultando o escoamento da produção nacional pelas excessivas importações, como sucede neste presente momento com o gado bovino, sem saída e com significativas baixas de preço por encharcamento do mercado por carne congelada importada e sem qualquer reflexo na carne que o consumidor compra no talho. Uma política que deve milhares de contos aos produtores de azeite do País, bastante numerosos neste distrito, não lhes pagando atempadamente os subsídios que a CEE lhes atribui.

Se o Governo quer terra para instalar jovens agricultores e agricultores com pouca terra, faça cumprir o Artigo 97.º da Constituição em vigor que manda «eliminar o latifúndio» e não continue a reconstituir o latifúndio à custa da terra ainda hoje explorada nos termos constitucionais por cooperativas de trabalhadores rurais ou por pequenos agricultores.

(Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas, na Jornada de Alcácer e Grândola).

Avante!

Em Foco

Avante!

Ano 61 - Série VII
N.º 901

28 de Março
de 1991

3.º Caderno

Remodelação

F

alta uma semana!

Diz a tradição que Abril é um mês em que tudo se renova - e em Portugal isso é bem verdade! Será também em Abril que um jovem jornal com 60 anos de idade vai aparecer remodelado. Do que será o novo «Avante!» já aqui se falou há uma semana. Mas interessa referir que o preparar da remodelação do órgão central do PCP não se limita à sua Redacção.

Há cerca de um mês todas as organizações regionais do Partido receberam uma extensa informação sobre o projecto de melhoramento do jornal e que incluía também propostas de melhoria do trabalho de divulgação e distribuição.

Constitui tradicionalmente um dos mais complexos problemas da vida da imprensa periódica tudo quanto se relaciona com a distribuição. A verdade é que, por muito bem feito e interessante que seja um jornal, se não chega a locais onde esteja acessível aos seus leitores muito do trabalho realizado se perderá. A distribuição é dos mais onerosos encargos do orçamento de uma empresa jornalística, até na medida em que o nosso país sofre de reconhecidas assimetrias e dificuldades de transportes e comunicações.

Os jornais mais rentáveis em Portugal devem muito da sua boa situação financeira a situações de concentração da sua área de vendas, minimizando assim os custos de grandes deslocamentos. É fácil de compreender que um jornal que concentre a sua venda numa área entre, por exemplo, Leiria e Setúbal ou Braga e Aveiro terá encargos de distribuição substancialmente menores do que um outro que pretenda realizar uma cobertura nacional do País.

Sucede mesmo que, por vezes, a distribuição para pontos longínquos constitui, mesmo com vendas significativas, um prejuízo fatal. Levar um jornal de Lisboa a Bragança implica custos de transportes por vezes superiores ao do próprio custo de produção: somados os dois custos, o preço efectivo acaba a ser superior ao preço de capa que o leitor paga!

Esta situação é grandemente responsável pela prática inexistência em Portugal de jornais diários de expansão nacional homogénea e, mesmo em relação aos semanários, a acentuadíssimas assimetrias de implantação. Para a maioria das empresas não resta, de facto, alternativa se não concentrarem a sua distribuição nas áreas de maior rentabilidade. Tal solução não serve, naturalmente, ao «Avante!». Órgão oficial de um Partido com implantação nacional, a distribuição do

«Avante!» tem de corresponder a esta realidade: em todo o País há militantes, simpatizantes e eleitores do PCP; mais, em todo o País há trabalhadores, há democratas a quem interessam as posições e propostas do PCP. Nestas circunstâncias, pesem embora os gravosos custos que isso implica, o «Avante!» tem de chegar a todo o lado, numa lógica por vezes complicada quanto ao equilíbrio entre receitas e despesas.

A única solução para assegurar simultaneamente uma necessária expansão nacional do «Avante!» e um indispensável equilíbrio financeiro tem sido, e continua a ser, o determinante apoio da própria organização partidária à divulgação do órgão central do PCP. Sem o empenhamento militante de milhares e milhares de membros do Partido, a realidade que constitui a cobertura nacional do nosso jornal seria impossível.

Contudo, muitos aspectos há a melhorar e uma das principais apostas da presente remodelação neste campo é o do substancial reforço da distribuição comercial. Os estudos efectuados revelam, na verdade, ser essencial para assegurar a cobertura nacional que o «Avante!» esteja acessível aos seus leitores no maior número possível de pontos habituais de compra da imprensa e não apenas nos Centros de Trabalho do Partido ou na distribuição orgânica realizada nas empresas e outros locais de trabalho.

O contrato realizado entre a Editorial «Avante!» e a Interpress - a principal distribuidora nacional de imprensa - assegura que, a partir do próximo número, o «Avante!» vai passar a estar presente a nível nacional nas bancas e quiosques de jornais.

Tal facto não altera contudo a necessidade de reforço da rede de distribuição orgânica, seja em terras em que, apesar de tudo, a distribuição comercial pode falhar, seja pela própria importância política de assegurar a presença do órgão central do Partido nas fábricas, empresas e locais de trabalho em geral, numa íntima e constante ligação ao trabalho de organização política e partidária.

Está igualmente em curso um esforço no sentido de melhorar e ampliar a informação local para o «Avante!», assunto a que daremos particular importância no quadro da remodelação. Há que aproveitar da melhor forma a invejável situação do órgão central do PCP que pode contar com uma rede de agentes e correspondentes de uma amplitude que nenhum jornal português conta: a que é constituída pela própria organização do Partido.

Para que esta enorme rede de correspondentes dê fruto é contudo necessário que, da parte das próprias organizações locais e regionais, haja um empenho activo nessa acção, que a informação para o «Avante!» seja colocada entre as tarefas primordiais do quotidiano de actividade partidária.

Interessa a este respeito sublinhar com energia que esta informação não se pode limitar à pura transmissão para efeitos de agenda das actividades do Partido. O «Avante!» não pode ser transformado num mero boletim interno de divulgação de actividades, antes tem de desenvolver a sua acção de jornal, de órgão de imprensa informativo e interveniente sobre todos os grandes problemas nacionais e locais. As organizações do Partido pede-se que apoiem esta acção informativa, que transmitam à redacção não apenas o noticiário da sua actividade interna, mas também o vasto conhecimento das realidades locais que a intervenção e acção partidária exige e proporciona.

Finalmente, há que incentivar a leitura do «Avante!». Não basta distribuir, não basta transportar, tal como não basta escrever e imprimir. A imprensa conhece em todo o mundo a poderosa concorrência de outros órgãos de informação, e muito especialmente da televisão. A TV conta, na sua concorrência com os jornais, com elementos de grande vantagem: a sua componente de diversão e espectáculo audiovisual, a sua imediata acessibilidade na casa de cada um, a ausência do custo regular inerente à compra de um jornal, o facto inclusivamente de não requerer qualquer preparação para se tornar acessível, ao contrário dos hábitos de leitura exigidos pela imprensa.

Para além da reconhecida indispensabilidade da imprensa no campo informativo (o sucedido recentemente com a guerra do Golfo é o mais actual exemplo de tal facto), no caso concreto da opinião democrática em geral e dos comunistas em particular, no quadro actual da informação no nosso país, o «Avante!» constitui um elemento de informação rigorosamente insubstituível.

A sua expansão, a amplitude e interesse da informação que publica, a sua influência está em grande parte nas mãos das organizações e dos militantes do PCP. A remodelação do «Avante!» passa também por eles!

A luta dos professores

Dignidade em avaliação

a dignidade profissional que está em jogo.

É Retirada de um dos muitos telexes que os sindicatos dos professores e a FENPROF têm feito chegar aos órgãos da Comunicação Social, ali, naquela curta frase, está talvez a essência da grave situação que nos últimos dias «agitou» o País, envolvendo directamente milhares de professores do Básico e do Secundário.

Dignidade, uma palavra vã no dicionário cavaquista. Uma palavra carregada de mistério para os governantes que não sabem fazer contas (adiante explicamos melhor...). Uma palavra despida de qualquer significado nos gabinetes das Finanças, da Educação ou na Gomes Teixeira.

Embora com traços inéditos, a luta dos professores portugueses pelo direito ao vencimento ficará para a posteridade como um exemplo típico, «clássico», das artimanhas, das «gafes» e da falta de verticalidade dum poder político que comete erros sucessivos e que no desespero do disfarce pratica a confusão, tenta iludir a opinião pública (e os professores), distorce a legislação, numa palavra: manobra nos bastidores, recorrendo a argumentos de base duvidosa para justificar o que não tem justificação.

Voltar para trás

A história é simples e conta-se em poucas palavras.

Depois de uma luta difícil, de negociações árduas, o Ministério da Educação comprometeu-se a aplicar novos índices e a descongelar escalões para efeitos de progressão na carreira a partir de 1 de Janeiro de 1991; isto para além dos 13,5 por cento de aumento geral comum a toda a Função Pública. Saiu uma portaria, com as assinaturas da praxe. Às escolas chegaram indicações para a concretização dos pagamentos e em Fevereiro muitos dos professores começaram mesmo a receber pela nova portaria.

Em Março, já com as folhas de vencimentos em fase final, chegam às escolas «novas» ordens do Ministério: afinal, à excepção dos 13,5 por cento, tudo voltava para trás. Talvez baseando-se numa tática desportiva do ministro do Desporto, Roberto Carneiro, «o homem da maratona» (que não chega ao fim), segundo a qual **a melhor defesa é o ataque** (neste caso com golpes baixos), os gabinetes de 5 de Outubro, não bastando já a arbitraria medida de congelamento de vencimentos, acena com a bandeira da ameaça, sobre os Conselhos Directivos por estes terem «processado indevidamente os novos escalões». Nada mais falso. Para além dos decretos-lei e da portaria que impõem as subidas de escalão em Janeiro de 91, os CDs receberam circulares do Gabinete de Gestão Financeira e da Direcção-Geral da Administração Escolar para darem sequência a esse «processamento».

Que terá levado o ME a uma situação destas?

Fizeram mal as contas e só em Fevereiro, com a requisição de mais uns milhares de contos pelas escolas para pagamentos dos novos vencimentos, é que viram que não havia verba para os próximos meses? Haverá alguma manobra para voltar atrás nos compromissos assumidos? Terão os professores de pagar a realização do Mundial de Juniores ou as obras do Centro Cultural de Belém, ou ainda as novas fragatas «Meko» para a Marinha de Guerra?

Uma coisa é certa. Com a dignidade das pessoas não se pode brincar. Por isso, os professores — ultra-

Terão os professores de pagar a realização do Mundial de Juniores em Portugal ou as obras do Centro Cultural de Belém, ou ainda as novas fragatas MEKO para a nossa Marinha de Guerra?

passando às ilusões e as promessas dos secretários de Estado em serviço na 5 de Outubro (como sempre e cada vez que é necessário, Roberto Carneiro está algures no País a tratar das coisas do Desporto) — deram as mãos e fizeram greve. Uma greve que coincidiu com o período de avaliação do 2.º período. Uma greve que registou elevada adesão em todo o País e à qual o ME respondeu com algumas estranhas manobras, a começar por aquela (grave, muito grave, sr. ministro) de dar luz verde à realização de conselhos de turma com o número de professores possível, ou com as promessas de pagamento lá para o Verão, perto das eleições, mas sem juro de mora...

A dignidade está em avaliação. O Governo PSD, Roberto Carneiro, o ministro Beleza e a sua equipa nas Finanças, podem preparar uma raposa para a próxima época Outono/Inverno. A reprovação vem aí.

■ JPO



Gabinete de Imprensa do PCP:

Crítica enérgica ao Governo e ao ME

○ Gabinete de Imprensa do PCP divulgou no passado dia 21 uma nota sobre o escandaloso corte de verbas nos vencimentos dos professores:

1. O corte de verbas — determinado pelo Governo — para pagamento dos salários a que os professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário têm legalmente direito, constitui um acontecimento da maior gravidade que, para além da instabilidade já provocada, ameaça comprometer seriamente o funcionamento das escolas e o termo do 2.º período escolar.

O despacho conjunto exarado ontem, 20 de Março, pelo Secretário Adjunto do Ministro da Educação e pela Secretaria de Estado do Orçamento, não só não vem resolver a grave situação criada pelo Governo, como cria condições para o seu prolongamento e agudização.

2. O PCP não pode deixar de criticar viva e energeticamente o Governo e o Ministério da Educação pelo facto de pretenderem exi-

mir-se ao cumprimento rigoroso e pontual dos seus compromissos pecuniários com os professores.

É de todo em todo inaceitável que o Governo pretenda, com os pretextos mais falaciosos, atrasar a aplicação da fase no Novo Sistema, Retributivo que legalmente devia estar a ser pago aos professores desde 1 de Janeiro, e que pretenda, também, impor aos Conselhos Directivos a ilegalidade do não pagamento das importâncias devidas pela progressão na carreira docente que em muitas escolas já vinha a ser praticado.

3. O PCP, ao mesmo tempo que responsabiliza o Governo e o Ministério da Educação, pela sua actuação irresponsável e gravemente lesiva do normal funcionamento das escolas e do regular termo do 2.º período escolar, exprime a sua inteira solidariedade com os professores atingidos e manifesta o apoio à sua luta até ao completo cumprimento da legalidade. ■

Lixo, mentiras ... e visto

Numa sessão pública onde se falou sobre o PCP e a participação dos seus eleitos no primeiro ano de mandato da coligação «Por Lisboa», o vereador Rui Godinho desmentiu as especulações acerca da campanha do «Papa-lixo» e das pretensas

irregularidades na sua execução.

Na iniciativa, realizada sábado passado na Junta de Freguesia de São João de Brito, participou também Graça Mexia, eleita do Partido na Assembleia Municipal de Lisboa.

Durante quatro horas, e perante quase uma centena de pessoas, falou-se ainda do *abecasillo* embargado na Avenida dos Estados Unidos, das futuras instalações da Assembleia Municipal, das bancas substituídas no mercado de Alvalade, da herança deixada pelo anterior presidente da CML e do trabalho da nova vereação desde a tomada de posse, a 22 de Janeiro de 1990.

Rui Godinho fez uma exposição inicial sobre o quadro em que a coligação «Por Lisboa» tem desenvolvido a sua actividade neste primeiro ano, detendo-se em alguns exemplos da «pesadíssima herança» dos últimos 10 anos e das «minas» colocadas por Nuno Abecasis nos últimos dias do seu mandato.

Enquanto o parque automóvel da capital triplicou nesta década, a Câmara da direita não construiu um único metro de novas vias; pior ainda, permitiu que vastas zonas de habitação mudassem para escriptorios (sobretudo nas Avenidas Novas, onde se verificou uma redução drástica dos eleitores) — referiu o vereador responsável pelos pelouros da Higiene Urbana e da Reabilitação Urbana.

Uns dias antes...

«No dia 19 de Janeiro de 1990, o engº Abecasis não deve ter feito outra coisa, senão assinar papéis» — ironizou Graça Mexia quando, mais adiante, falou do protocolo sobre a construção das novas instalações da Assembleia Municipal. Antes, Rui Godinho havia já referido outros nós que a vereação «Por Lisboa» tem tentado *desatar* (como a cedência de

um mesmo espaço municipal a duas, três ou quatro diferentes entidades). Outros casos, como o «Hilton» ou os compromissos assumidos para o futuro da Praça de Espanha, estão já num ponto tal que a Câmara apenas pode esforçar-se por minorar os prejuízos.

E quase tudo isto, sublinhou o vereador comunista, assinado já depois das eleições, nas vésperas da tomada de posse do novo executivo.

«Apesar de estar na Câmara há alguns anos, e conhecer por isso o estilo imposto pelo engº Abecasis, confesso que o que estamos a encontrar ainda me surpreende: pela levandade, pela incompetência, pela forma como se brincou com o erário público» — disse Rui Godinho ao comentar as situações reais com que a coligação PCP/PS/MDP/PEV se foi deparando no início do mandato.

Falou ainda da forma como, segundo o acordo constitutivo da «Por Lisboa», foram distribuídos os pelouros pelos vereadores, bem como do que tem sido feito «para além de *desatar os nós*».

Aqui, lembrou importantes acções a longo prazo, «que levarão tempo a ver-se, mas moldarão a cidade do futuro», e são enquadradas, quer no

Rui Godinho desmente especulações sobre o «Papa-lixo»

Plano Estratégico (caso da recuperação e reabilitação dos bairros históricos), quer na preparação do Plano Director Municipal (o PDM que existe é dos anos 70 e está muito desactualizado). Um dos principais problemas a combater, nesta perspectiva, referiu Rui Godinho, tem a ver com o facto de, actualmente, viverem na baixa 10 mil pessoas, enquanto todos os dias ali chegam 100 mil para trabalhar.

A propósito, revelou que «estamos a preparar o dossier para propor à Unesco que a baixa e a encosta do Castelo sejam declaradas património mundial».

A mais curto prazo (cerca de ano e meio), vão ser feitas diversas obras para facilitar a circulação rodoviária, resolver problemas graves de saneamento, melhorar significativamente a situação do rio Tejo. «São obras que vão esburacar a cidade» — previu —, «mas são obras necessárias».

Lixo velho

No período de debate levantaram-se, mal abriram as inscrições, mais de uma dezena de braços a pedir a palavra. Uma das perguntas incidia precisamente sobre as insinuações acerca de corrupção na CML que tinham surgido na imprensa nos últimos dias.

«A notícia do *Independente* é toda fabricada, talvez até com base em alguém da vereação» — disse Rui Godinho, lembrando um vereador (não da coligação «Por Lisboa») com grande inclinação para a intriga. Lembrou, a propósito, as declarações de um dos juizes do Tribunal de Contas, na mesma sexta-feira, ao *Diário Popular*, que considerou como «um quase formal desmentido».

Depois de chamar a atenção para o facto de, nas últimas linhas, o próprio *Independente* reconhecer que o PSD não incluíra o «Papa-lixo» nas suas suspeitas de irregularidades, Rui Godinho contou, tim-tim por tim-tim, a história da «campanha de educação e sensibilização sanitária», sublinhando que se recusa a aceitar que os filmes do «Papa-lixo» sejam considerados como publicidade, pois «não estamos a vender nada».

Assim, «não fizemos nenhum concurso público, nem tínhamos que fazer». Porquê? Segundo explicou o vereador responsável pelo pelouro da Higiene Urbana, em Lisboa fez-se o que é normal fazer noutros municípios, de acordo com o decreto-lei que determina os procedimentos legais da Administração no que respeita a adjudicação de empréitadas e contratos de prestação de serviços: no início do mandato a Assembleia Municipal aprovou uma deliberação genérica autorizando a Câmara a adjudicar por concurso limitado ou por ajuste directo (consultando, no mínimo, três empresas) obras até 100 mil contos e fornecimento de serviços até 40 mil contos. Neste último caso inclui-se o contrato para os filmes de educação e sensibilização sanitária.

O processo de cada contrato é enviado ao Tribunal de Contas para ser por este visado. Foi o que sucedeu com os filmes, cujo concurso limitado foi ganho pela empresa Krypton, que apresentou um orçamento de 32 mil contos (o que, com o IVA, soma 37 mil).

Há duas semanas — referiu Rui Godinho — o Tribunal de Contas enviou à CML uma carta solicitando que fossem enviados três documentos que faltavam neste processo: uma acta a justificar a adjudicação àquela firma, uma cópia da deliberação genérica da Assembleia Municipal, e uma declaração das Finanças da Câmara em como, até ao momento, o contrato não tinha produzido efeitos financeiros (ou seja, ainda não

tinham sido feitos quaisquer pagamentos).

Estes documentos seguiram para o Tribunal e, para surpresa do vereador comunista, «estava eu à espera de receber o visto, e vem a notícia do *Independente*», anunciando a recusa.

Rui Godinho é de opinião que o Tribunal de Contas nunca poderia utilizar argumentos como os expostos naquele semanário para recusar o visto. No *Diário Popular* dessa mesma sexta-feira o vice-presidente do TC vem a público para afirmar que o pedido de mais informações à CML «não é um chumbo, nem uma recusa do processo, pois ainda não existe qualquer decisão definitiva».

■ DM

Assembleia Municipal em Alvalade

Três dias antes de o executivo eleito em Dezembro de 1989 tomar posse, Krus Abecasis assinou um protocolo com a empresa Redutos para que sejam construídas em Alvalade as novas instalações da Assembleia Municipal de Lisboa — revelou Graça Mexia na sessão de sábado. Contra isto se manifestaram, na altura, os eleitos do PCP, moradores e a própria Junta de Freguesia de Alvalade.

A AM nunca teve instalações próprias. Reuniu na Câmara, no Teatro S. Luiz, no Palácio Galveias, no LNEC e, actualmente, na Rua Teixeira Pascoais, num edifício cedido pela JF de Alvalade, mas ainda em condições que, como a autarca comunista explicou, não respondem às necessidades.

A decisão de Abecasis implica que as novas instalações sejam construídas nas traseiras deste edifício. Depois de uma troca de terrenos, a Junta deu o seu acordo, enquanto, apesar da oposição dos moradores e da Câmara, é já impossível desfazer o contrato assinado pelo anterior presidente.

Obras compulsivas no mercado de Alvalade?

Há cerca de dois anos, ainda no tempo de Krus Abecasis e Pombo Cardoso, para embelezar o mercado, a Câmara mandou substituir, na zona do peixe, as bancadas de mármore. Despesas, para os vendedores — como contou um deles, na sessão de sábado —, não haveria nenhuma, aquilo seria pago com dinheiros da CEE... «Partiram o mármore, colocaram os tijolos, o inox no fim, ficou tudo muito bonito, sim senhor».

Mas, afinal, as coisas não eram bem assim como lhes tinham dito, e agora é preciso pagar 300 contos por cada lugar onde foram substituídas as bancas.

Rui Godinho comprometeu-se a esclarecer o problema e alertou para o perigo de haver ainda quem tenha intenções de entregar a gestão dos mercados de Lisboa à União dos Comerciantes do Distrito, e não à Associação de Retalhistas dos Mercados.

Abecasillo alagado

Dos presentes na sessão havia quem morasse na Avenida dos Estados Unidos da América, mesmo ao lado do local onde Krus Abecasis pretendeu construir um silo para estacionamento de automóveis. A obra foi embargada — e isso foi ao encontro da vontade dos moradores. Mas entretanto ficou lá um enorme buraco, que agora está cheio de água «verde, muito verde», nas palavras de quem a vê e a cheira todos os dias.

O vereador do PCP esclareceu que a Câmara está impedida de tocar «numa pedra que seja», pois tudo está entregue aos tribunais, num processo que se prevê longo. Foi, contudo, possível chegar a acordo com o promotor da obra: se a decisão do tribunal for favorável à execução da obra, o promotor do silo renuncia ao direito de superfície da cobertura, onde a CML pretende fazer uma zona verde; se a decisão impedir a construção do silo automóvel, o promotor renuncia a pedir à CML qualquer indemnização.

Entretanto, no âmbito de um contrato da Câmara com o LNEC, este está a fazer semanalmente um relatório sobre a estabilidade dos prédios vizinhos.



O investimento municipal para a recuperação e reabilitação dos bairros históricos (na foto, um aspecto de Alfama) vai ser em 1991 cinco vezes superior ao de 1989 — revelou o vereador do PCP, responsável na CML por este pelouro

■ Henrique Custódio

Deputados do PCP em Vila Franca de Xira

Tratar às claras os clandestinos

Lutar por uma casa é um acto ancestral. Das cavernas aos *Lares*, de *Penates* à escritura ajuramentada, do assédio medieval ao empréstimo do banco, a casa aí está, com a idade do homem e dos seus anseios mais profundos. Território complexo que abriga, protege, associa, individualiza e afirma, a habitação atingiu nos nossos dias a teórica dignidade de direito de cada um e dever de todos, quando entendidos no corpo do Estado. Na prática atingiu preços exorbitantes para a maioria dos cidadãos e um peso na sociedade que movimenta gigantescos interesses e assimetrias. Por isso também movimentou as pessoas, numa caminhada difícil que começa num acto individual e, muitas vezes, tem de desembocar num esforço colectivo.

A caminhada individual — sabem-no as cidades de polarização migratória — teve uma das suas fortes expressões na construção clandestina que irrompeu ao redor das grandes urbes. Era a casa possível que gerou, ao correr dos anos e da multiplicação do tijolo, o bairro do impossível. Porque é impossível viver em comunidades urbanas de dezenas de milhares de pessoas sem água e luz, arruamentos e estradas, transportes e equipamentos, para só falar do essencial.

O esforço colectivo mobiliza, há anos, os próprios interessados e as autarquias onde se instalaram os bairros clandestinos, num empenho de recuperação que não tem encontrado grande eco (e sobretudo apoio) por parte do Poder Central, que até a produção de legislação adequada tem negligenciado.

O Concelho de Vila Franca de Xira é um dos expoentes deste problema a muitas incógnitas. A respectiva Câmara Municipal encontrou uma forma criativa de o enfrentar, celebrando (já há cinco anos) pactos de associação com as organizações de moradores dos bairros

clandestinos instalados no seu território, dinamizando assim um esforço conjunto de recuperação, ordenamento e legalização. Os deputados do PCP, *Jerónimo de Sousa* e *António Filipe*, estiveram lá o fim-de-semana passado para se inteirarem da questão, no quadro das jornadas legislativas do Partido, reunindo-se, nomeadamente, com comissões de loteamentos em reconversão. Foi um encontro muito participado, de que aqui damos nota.

O encontro estava marcado para a sala do Arquivo Municipal e cedo se percebeu que havia muito interesse neste diálogo com os deputados comunistas: dezenas de pessoas, na generalidade representando centenas de outras através das respectivas comissões do loteamento com reconversão, encheram rapidamente o salão e aguardar os visitantes, numa tarde de sábado pouco propícia e esperas em recinto fechado. Mas a pequena multidão não só aguardou, como participou activamente ao longo das quase duas horas da iniciativa.

O vereador *Rui Brioso*, responsável pelo pelouro de Habitação e Urbanismo, abriu a sessão com uma breve resenha da situação. Recordou que os pactos de associação foram uma iniciativa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira começada há cinco anos com o objectivo de reconverter

as 52 propriedades loteadas no Concelho (leia-se ocupadas com bairros clandestinos), constituindo a figura do pacto um compromisso entre as comissões de moradores, entretanto constituídas, e o município, em juntar esforços para regularizar as situações, começando-se pelos loteamentos mais antigos e assumindo este último os planos de reconversão de cada bairro como plano municipal.

A Câmara integrou este trabalho de reconversão nos Planos de Pormenor municipais, já investiu nele para cima de 750 000 contos (dos quais 350 000 por participação dos proprietários) e as coisas começaram a andar ou sobretudo, a fazer-se: infra-estruturas, equipamentos, acessos, arruamentos, etc. Agora as dificuldades estão na obtenção do reconhecimento oficial superior da intervenção,

que permita ao conservador da Câmara homologar cada situação.

O problema do enquadramento jurídico começa a criar, aliás, mais dificuldades que as intervenções concretas no terreno, segundo explicou o vereador *Rui Brioso*, que resumiu a situação recordando que a maioria das construções clandestinas neste e noutros Concelhos surgiu entre 1973 e 1985 a partir dos célebres «avos indivisos» (uma propriedade vendida aos talhões a um conjunto de pessoas); ora a legislação actual exige a presença de todos os proprietários para efeitos de legalização dos bairros que entretanto cresceram nessas propriedades, o que é completamente irrealista, pois em alguns casos nem se sabe quem é o proprietário. Daí a urgência de legislação complementar, que flexibilize a lei em vigor, desburocratize a situação e permita que as Câmaras Municipais com planos de pormenor aprovados tenham capacidade de legalizar os registos. Só que este Governo apenas se interessa por «flexibilizar» os despedimentos...

Alinhar problemas

Após a introdução do vereador Rui

4.ª Xira Jovem

Um sucesso de juventude



As multidões sucederam-se, a todas as horas, no vasto espaço da Xira Jovem



Quem quisesse, podia «fazer colzas» em grande



Três organizações partidárias da juventude, em vez presentes na Xira Jovem (na foto, para

Agenda /

Avante!

Ano 61 – Série VII
N.º 901

28 de Março de 1991

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Encontro da Saúde da Cidade de Lisboa

No quadro da preparação do Encontro Nacional de Saúde marcado para 13 e 14 de Abril, em Lisboa, realiza-se na próxima quarta-feira, na Federação das Colectividades de Cultura e Recreio (Rua da Palma, 256-A, em Lisboa), com início às 15 horas, o **Encontro de Saúde da Cidade de Lisboa**. Participa o camarada **João Camilo**, deputado do PCP

Debate no Feijó

O camarada **Blanqui Telxela** participa hoje, a partir das 21.30, no Clube Recreativo do Feijó, numa sessão-debate sobre questões de organização do Partido.

Atalaia • Amora • Seixal 6, 7 e 8 Setembro 91



EP

ENTRADA PERMANENTE

JÁ
ESTÁ
À
VENDA

Nas Sedes
do PCP
em todo
o País

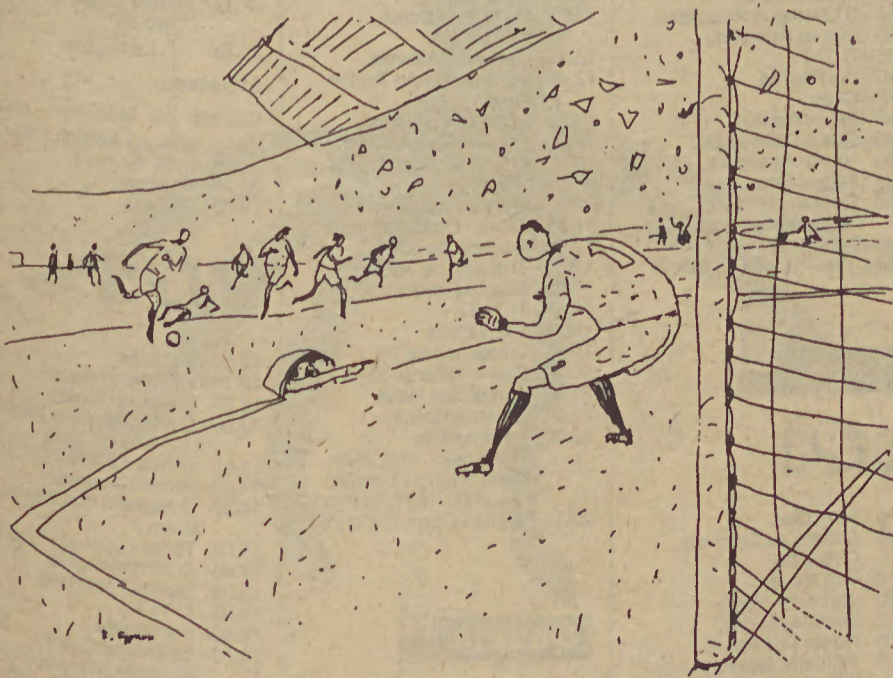


I Encontro Nacional
do PCP
sobre os Problemas
dos Reformados.

PCP

Sociedade União-Seixalense
6.Abril'91 - Seixal

Reformados
uma força viva
com o PCP
no caminho
da alternativa
democrática



BURKIN - Vladimir (URSS) in «Tempos Novos» — 1990

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Cyrano de Bergerac	★★★	★★★	★★★	★★★★★
B	Danças com Lobos	—	—	★★★	—
C	História de Gangsters	—	★★★	—	★★
D	Não Te Mexas, Morre e Ressuscita	—	★★★	—	★★★
E	O Padrinho III	—	—	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

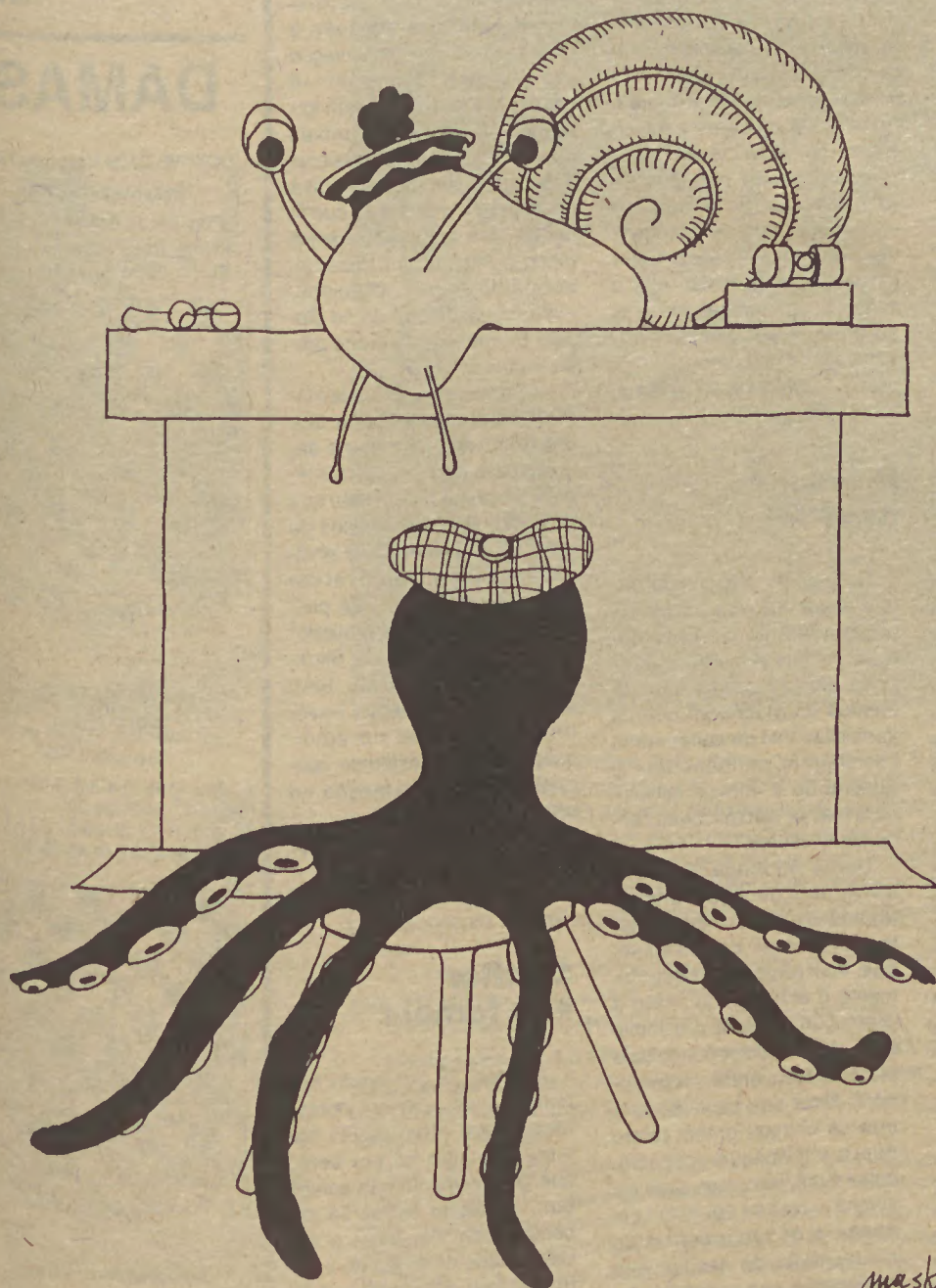
- A — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Kevin Costner — Alfa/3 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Amoreiras/6 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Fonte Nova/3 (14.30, 17.45, 21.00), Quarteto/4 (15.00, 18.30, 22.00), São Jorge/2 (13.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
- C — Real. Joel Coen — Quarteto/2 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00), Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa.
- D — Real. Vitali Kanevski — King Triplex/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- E — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/1 (15.00, 18.00, 21.30, 00.30), Amoreiras/6 (15.00, 18.00, 21.15, 00.15), Apolo 70 (15.00, 18.00, 21.30), Condes (14.00, 18.15, 21.15), Fonte Nova/2 (14.15, 18.45, 21.15), Império (15.30, 18.30, 21.30), Mundial/1 (15.00, 18.00, 21.30) São Jorge/2 (14.00, 18.00, 21.30) — Lisboa.

...e ainda

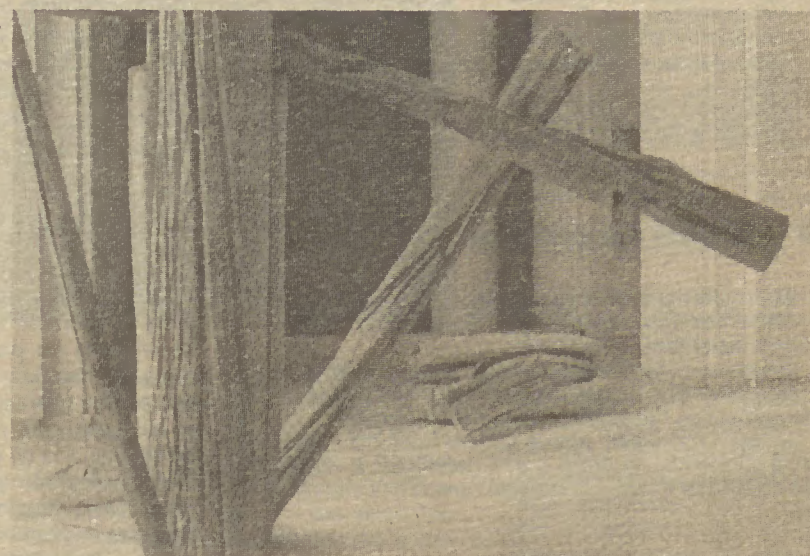
Música, debates, etc.



A LEI É LENTA PARA TODOS



Pintura de Matilde Marçal na Galeria de S. Bento em Lisboa



Escultura de Alberto Carneiro na Casa de Serralves, no Porto

Exposições

LISBOA

- Álvaro Rosendo e Adriana Freire** - «Cães e Gatos», fotografia. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 9/4)
- Ana Galvão** - Gravura. Clube 50, Rua de S. Mamede (ao Caldas), 9, 1º (até 10/4)
- Arte Africana Contemporânea**. Galeria Moira, R. Nova da Piedade, 33 (até 13/4)
- Carlos Martins** - Gravura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Neri, 42. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 6/4)
- Colectiva de pintura** («Tintas d'Água»). Galeria Arteta, R. Prof. João Barreira, ao Lumiar (até 31/3)
- Colectiva de pintura** (Alfredo Luz, Kiki Lima, Rogério Amaral, Rogério de Freitas, Silva Palmeira, Vitor Belém, João Sotero). Ditec, Av. da Igreja, 46
- Colectiva «13+2»**. Galeria L190, Av. Liberdade, 190, cv Esq. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 2/4)
- Graça Coutinho** - Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenada, 26. De 2ª a 6ª das 15 às 22 (até 13/4)
- Hein Semke** - «Máscaras», pintura e cerâmica. Galeria de S. Mamede, R. da Escola Politécnica, 167 (até 9/4)
- Hein Semke** - Cerâmica. Museu Nacional do Azulejo (até Maio)
- Helena Liz** - Pintura. Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-

- B. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 3/4)
- João Paulo** - Pintura. Galeria de Sta. Justa, Rua de Sta. Justa, 93 (até 28/4)
- João Prates** - Pintura. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41 (até 30/3)
- José Catrola** - Pintura. Galeria da Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2ª a sáb. das 10 às 23 (até 13/4)
- Luís França** - Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48 (até 15/4)
- Luís Moutinho** - Pintura. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c (até 30/4)
- Maria Gabriel** - Desenhos. Arte Objecto, R. Francisco Metrass, 8-B. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 20/4)
- Marília Viegas** - Pintura. Galeria de S. Francisco, R. Ivens, 40 (até 30/3)
- Mário Filipe Pires** - Fotografia. Foto-Galeria 12-A, Costa do Castelo 12-A (até 29/3)
- Matilde Marçal** - Pintura recente. Galeria de S. Bento, R. do Machado, 1 (até 6/4)
- Miguel Franco** - Pintura recente. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1. Das 15 às 20 (até 30/3)
- Paulo Quintas** - Pintura. Módulo, Calc. dos Mestres, 34. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 30/3)
- Paulo Rego** - Pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C (até 6/4)
- Prix Niepce** (prémio

- anual de fotografia francesa) - Retrospectiva 1955/1990. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 31/3)
- Rui Lobato** - Pintura. Galeria Novo Século, R. do Século, 23. De 3ª a sáb. das 14 às 20
- Tapeçaria do Séc. XVI** - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17
- Teresa Silva** - pintura; **Silvia Westphalen** (esculturas em mármore). Galeria Ara, Av. Liberdade, 38 (até 15/4)
- Vittorio Graziano** - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.

- Conde de Vizela, 137 (até 31/3)
- Rocha de Sousa** - Pintura. Galeria Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777. Das 10 às 12 e das 15 às 22 (até 4/4)

OUTRAS LOCALIDADES

- Obras Gráficas** (colectiva). Até 22/4, Centro Cultural de S. Lourenço, ALMANSIL
- Júlio Resende** - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE
- Manuel Gamboa** - Pintura: Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA
- Menez** - Pintura. Galeria Municipal, Edifício Trem (à Sé). Das 9 às 12.30 e das 14.30 às 17 (até 7/4)
- FARO**
- Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ
- Arte Sacra do Concelho de Santiago do Cacém**. Museu Municipal, SANTIAGO DO CACÉM
- Álvaro Lapa** - Pintura. Até 25/2, Galeria de Arte, R. José Luís de Andrade, 139, SANTO TIRSO
- Albertina Sousa** - Gravura. Até 28/4, Galeria Municipal, VILA FRANCA DE XIRA

Tempo Fim de Semana



Céu muito nublado e aguaceiros com ligeira melhoria ao domingo na região Norte.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Telejornal tinha tinha

Houve sessão pública para apresentação da CDU. Aconteceu na passada sexta-feira, dia 22, às 17 horas. Havia tempo bastante para dar a notícia no Telejornal desse mesmo dia.

Só que a direcção do Telejornal achou que a notícia não se justificava.

Além disso, como bem se compreende, tinha mais que fazer.

Tinha de dar, e bisar o secretário de Estado da Agricultura - que adubo usará ele para o bigode?

Tinha de dar o Silva Peneda.

Tinha de dar o prof. Cavaco.

Tinha de dar o ministro Beleza.

Tinha de dar o subsecretário (ou secretário?) da Energia...

Telejornal tinha. Tinha tinha.

Naturalmente esqueceu-se da CDU...

O veneno do costume

Mas o **Jornal das Nove** lembrou-se.

Valha-nos isso, um minuto e 19 segundos não se podem deitar fora...

Vimos, fugidamente, algumas imagens: Blasco Hugo Fernandes, André Martins, António Galhordas, Álvaro Cunhal. Passagem rápida pela assistência.

O texto, mingado, era do género «CDU, a nossa velha conhecida...», estão a ver? Referência à «tradição unitária do PCP». E o habitual veneno nas entrelinhas.

Querem apostar?

Também 24 horas se referiu à CDU. Coisa de nada, com o venozinho do costume.

Mas onde o programa mais se esmerou foi na reportagem do banquete-cerimónia para apresentação de mais alguns filiados no PSD. A câmara passou demoradamente pela sala e a imagem era de excelente qualidade.

Aposto dobrado contra singelo em como havemos de ver esta reportagem nos próximos tempos de antena oficiais do PSD.

O escândalo

Ilda de Figueiredo representou o PCP no debate sobre a questão do ambiente organizado por «Encontro à Uma».

Fez a demonstração cabal da responsabilidade que, na degradação do ambiente, cabe ao governo de Cavaco Silva e não apenas por aquilo que não faz, mas ainda pelos ouvidos de mercador com que encara as iniciativas, as sugestões, a actividade da oposição. Ouçamo-la na apresentação de um exemplo:

O PCP apresentou um conjunto de projecto de lei de combate aos fogos florestais, de defesa e ordenamento da nossa floresta. O PSD reprovou tudo. E entretanto já arderam 850 mil hectares da área florestal do nosso país! Aprovou agora (porque era um escândalo que não o fizesse) o nosso projecto de lei apresentado em Maio do ano passado sobre a lei-quadro das áreas protegidas...

Aí está a única força que o PSD acata: o escândalo. Mesmo assim, às vezes, já não vai a tempo...

«Forçosamente...»

A RTP poderia aprender alguma coisa consigo própria. Se o **telejornal** e o **24 horas** vissem televisão, outro galo lhes cantaria...

Foi na televisão portuguesa, por exemplo, que eu vi as grandes manifestações em Leipzig contra as péssimas condições de vida da população na antiga RDA: cresce a instabilidade, aumenta o desemprego.

Disse o correspondente da RTP na Alemanha: «São os problemas resultantes da economia de mercado e o desemprego a fazer crescer o descontentamento. A passagem para a economia de mercado tinha forçosamente de levar a isto...»

Telejornal ignora as palavras do seu próprio correspondente, que remete para zonas de menor audiência.

Como ignora as manifestações e protestos dos agricultores polacos, contra o seu governo, por causa do aviltamento dos preços provocados pela importação exagerada. «Mas a economia do mercado é assim...» diz o governo polaco.

Há outros pormenores chocantes. Por exemplo, aquela manifestação dos estudantes em Varsóvia, reprimida pela polícia com a ajuda de canhões de água - **Um refrescante** - dizia o locutor - **um refrescante banho primaveril...**

Jornal das Nove brinca. Reserva as violências verbais para outras ocasiões...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Jornais

A partir da próxima semana, com a saída do primeiro número do «Avante!» depois de concretizada a remodelação que anunciámos a semana passada, esta **Síntese de Imprensa** deixará de ser publicada, sendo pois esta a última vez que tal acontecerá. Ao longo de muitas e muitas semanas aqui foi feito o retrato da actual imprensa portuguesa. Hoje apresentamos algumas afirmações, ora desconcertantes ora preocupantes, feitas num local onde se tentou também, com outros fins e outras razões, fazer o retrato da comunicação social do nosso país: O I Encontro Nacional de Jornalistas.

A mentira

Que distância separa a verdade da guerra — aquilo que realmente se passou no campo de batalha ou nos bastidores dos quartéis-generais — das notícias relatadas durante os dias do conflito do Golfo por dezenas de enviados especiais da rádio, televisão e imprensa escrita?

Até onde a censura imposta pelos militares foi responsável pela deturpação da verdade? Até onde os repórteres de guerra pactuaram com o sistema de informação adoptado? Até que ponto os enviados especiais foram pressionados pelas redacções centrais dos seus órgãos de comunicação social «darem notícias», mesmo quando se encontravam num hotel, calmamente, a milhas de distância do barulho das bombas?

Treze repórteres de guerra portugueses dispuseram-se ontem, numa tarde azul de domingo, a falar sobre estas questões, num debate sobre «Informação em tempo de guerra», que abriu o I Encontro Nacional de Jornalistas, que decorre na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Em resposta a todas estas dúvidas, os cerca de 300 participantes nesta iniciativa do Sindicato dos Jornalistas puderam ouvir um repórter da televisão (José Manuel Barata-Feyo) dizer que tinha vista colegas seus, de outras televisões, a manipular imagens de forma a que uma manifestação com 15 pessoas parecesse ter muitas centenas; ouviram um repórter do «Expresso» (Paulo Camacho) admitir que tinha respondido a perguntas sobre a guerra, feitas de Lisboa pela RTP, duas horas depois de ter chegado a Bagdad e numa altura em que quase não saíra do hotel; e ouviram ainda um repórter do «Jornal de Notícias» (Artur Queiroz) denunciar que nenhum órgão de informação português assumiu que as notícias dadas sobre a guerra eram devidamente «censuradas», uma vez que os repórteres só tinham acesso aos locais que os militares deixavam.

Passado já o efeito de choque que se seguia ao começo da guerra do Golfo — que muitos acreditaram poder ser a primeira guerra apresentada em directo pela rádio e pela televisão —, os depoimentos dos jornalistas portugueses envolvidos no conflito demonstraram bem as dúvidas que sentiram durante o seu trabalho.

Aqui, a concorrência entre órgãos de comunicação social

e a pressão a que foram submetidos pelas redacções centrais desempenharam também um papel «inimigo da verdade». «Muitas vezes, durante o nosso trabalho, já não interessava se tínhamos ou não tínhamos informações, só interessava que tínhamos de entrar em directo», disse Barata-Feyo, da RTP.

E acrescentou: «O jornalista identificou-se demasiado com o acontecimento. Como não poderiam ver muitas das coisas que se estavam a passar, os jornalistas tiveram de inventar. E inventaram descaradamente».

Artur Queiroz, do «JN», não hesitou mesmo em dizer: «Enfiámos todos um grande barrete» com algumas das informações difundidas sobre a guerra do Golfo, que posteriormente se viriam a revelar serem completamente falsas.

Apesar das dúvidas sobre o trabalho de que eles próprios foram protagonistas, os repórteres de guerra portugueses não deixaram de salientar a cooperação que se desenvolveu, em alguns casos, entre jornalistas, para tentar «dar a volta» às ordens dos militares ou para denunciar casos evidentes de manipulação.

Público, 25 de Março

Promoção pessoal

No painel apresentado ontem sobre «O espectáculo da ética», durante o I Encontro Nacional dos Jornalistas, realizado em Lisboa, os intervenientes consideraram que os jornalistas têm de sofrer «uma reciclagem permanente» e adaptar-se a «novos estilos» para melhor comunicarem com os seus leitores.

Diana Andringa, da RTP, defendeu um «jornalismo agradável», mas criticou certos jornalistas da televisão, que interrompem frequentemente o entrevistado: «Isso é promoção pessoal e é muito feio», referiu, defendendo uma maior crítica entre profissionais. Uma das conclusões a que se chegou ontem refere que a informação «espectáculo» é um facto, mas, para ela singrar, «terá de ser feita com ética» e os profissionais do sector terão de aceitar esta evolução e «as novas linguagens jornalísticas». Esta, foi dito, «tem de evoluir com o tempo e a regra da pirâmide invertida não é sagrada, mas um instrumento que se pode adaptar, evoluir, ou eventualmente respeitar», disse, por seu lado, Joaquim Vieira, do Expresso.

Das conclusões de um inquérito nacional, ontem divulgado, verificou-se que apesar das flutuações e dificuldades empresariais, o número de novos jornalistas aumentou 36,5 por cento desde 1988. Dos 2374 profissionais, 32 por cento estão em jornais, 13,8 na rádio e 11,4 na televisão, metade dos quais tem entre 30 e 44 anos. Cerca de 50 por cento dos jornalistas com carteira profissional trabalha em Lisboa. Dos entrevistados para o inquérito, 41,5 por cento vive só, 40,9 é casado e 12,7 vive maritalmente. No nosso país os profissionais «menos iguais» são os das rádios locais, a maioria sem contrato e com baixos ordenados. Foi traçado um «quadro negro» quanto a tarefas e colaboradores, com uma situação a piorar se não houver formação profissional. Receber «à peça», não ter férias e sem formação, foram das queixas mais ouvidas. Um profissional do extinto Diário, agora pago à peça, referiu que dos 40 que ficaram sem emprego, apenas cinco conseguiram trabalho, enquanto outros, precisou, «vão dando "facadas" no Código Deontológico porque precisamos de dinheiro».

José Manuel Lopes, da Rádio Comercial, lembrou que um terço dos jornalistas daquela casa não tem vínculo legal à empresa e defendeu que deveriam ser os conselhos de redacção e os delegados sindicais a responsabilizar-se perante o sindicato pela passagem das carteiras profissionais. O presidente do Sindicato dos Jornalistas, João Mesquita, reconheceu haver uma crise geral no sindicalismo e manifestou-se optimista pelo aparecimento de uma nova geração.

Diário de Notícias, 26 de Março

Confiar nos jornais

Apenas 38 por cento dos portugueses admitem confiar naquilo que vêem escrito nos jornais, contra 16 por cento que simplesmente não acreditam, enquanto outros 38 por cento fazem depender a sua credulidade do órgão de informação que dá a notícia e do jornalista que a escreve — revela uma sondagem da Euro-expansão, encomendada pelo Sindicato dos Jornalistas e que hoje será divulgada na abertura do I Encontro Nacional de Jornalistas.

Público, 24 de Março

XADREZ

CCXCVI - 28 de Março de 1991

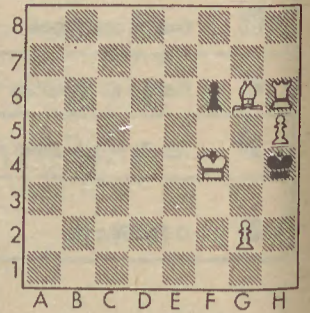
Proposição nº 296/A

Por: André Chéron

Le Temps, 20/VII/1930

Pr.: [2]: Pf6-Rh4

Br.: [5]: Ps.g2, h5-Bg6-Th6-Rf4



Mate em 3 lances

...

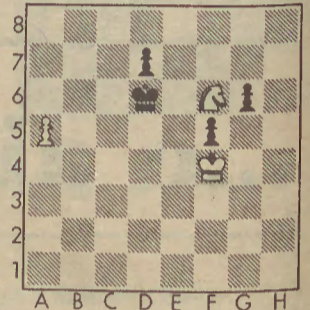
Proposição nº 296/B

Por: Arthur Havasi

Deutsche Schachzeitung, 1918

Pr.: [4]: Ps.d7,f5,g6-Rd6

Br.: [3]: Pa5-Cf6-Rf4



Branças jogam e ganham

...

Solução do Nº CCXCVI

Nº 296/A (A.Ch.): 1. Th8! f5; 2. Bh7! R:h5; 3. B:f5++

Nº 296/B (A.H.): 1. a6,Rc7; 2. C:d7,Rc6; 3. Rf5,Rc7; 4. Rd5,f4; 5. Rc5,f3; 6. Cf6,f2; 7. Cd5+ Rb8; 8. Cc3,g5; 9. Rb6 e.g.

A. de M. M.

DAMAS

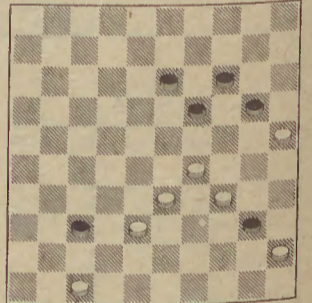
CCXCVI - 28 de Março de 1991

Proposição nº 296

Por: J. H. H. Scheijen — 1941

Pr.: [6]: 13-14-19-20-37-40

Br.: [7]: 25-29-33-34-38-45-47



Branças jogam e ganham

...

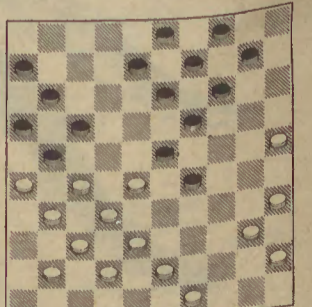
Golpe nº 296, (Em Jogo)

Por: F. Brogat

— Setembro 1933

Pr.: [15]: 3-4-6-8-9-10-11-13-14-16-17-19-21-23-29

Br.: [15]: 25-26-27-28-31-32-35-37-38-40-41-42-43-45-49



Branças jogam e ganham

...

Soluções do nº CCXCVI

Nº 296 (J.H.H.Sch.): 1. 47-42, (37x48=D); 2. 33-28, (48x30); 3. 45x34, (30x23); 4. 29x9, (14x3); 5. 25x23...+ por oposição.

Golpe Nº 296 (F.B.): 1. 25-20, (14x25); 2. 38-33, (29x36); 3. 28-22 (17x28); 4. 26x17, (11x22); 5. 27x29, (36x38); 6. 43x5+

A. de M. M.



No encontro com os deputados do PCP, em Vila Franca de Xira, as intervenções da assistência alinharam com empenho as dificuldades que as populações e a Câmara enfrentam no seu esforço conjunto de recuperação de clandestinos

Brioso seguiu-se um período de intervenções da assistência, que não se fez rogada. As questões começaram a alinhar-se com rapidez e sob uma constante: todas apontavam problemas concretos. Ninguém estava ali para culpar alguém ou pedir contas como se estivesse de fora. Em geral detinham-se em casos particulares, um ou outro surgiu a enquadrar as dificuldades na desatenção governamental, louvando ao mesmo tempo o esforço da autarquia em resolver as coisas. Não há dúvida que os pactos de associação existem ali para funcionar à volta de objectivos comuns.

Os problemas, eram os mais diversos: insuficiências de esgotos e água na Encosta da Fonte e Vale do Doutor, dificuldades nos contadores de água no Casal do Isidro, fraca potência eléctrica na Quinta da Ponte, onde também as ruas começam a ficar estreitas e os esgotos do proprietário de um furo que abastece um bairro mediante pagamento e que agora o quer vender à pressa e por um preço exorbitante, sob ameaça de cortar a água; a população está indignada, acha que não tem nada que comprar o furo ao senhor e que a Câmara deve intervir,

negociando com o homem e integrando o furo nos SMAS. Rui Brioso explicou que o município não tem autoridade para impor regras dessas numa propriedade particular, mas já pode arbitrar se a população, em defesa dos seus direitos, convencer o dono do furo a dirigir-se à Câmara para resolver o problema. E respondeu, é claro, às outras questões apresentadas.

A autarquia está perto

No final, o deputado Jerónimo de Sousa falou para a assistência recordando que «a Assembleia da República e o Governo estão longe das populações, a autarquia está mais perto», e que «às vezes é difícil que os clandestinos tenham amigos na AR, ou pessoas que se interessem»

pelos graves problemas de habitação. Entretanto recordou que «há dois momentos em que a Assembleia da República é decisiva» para a vida das pessoas — o da aprovação do Orçamento de Estado e o que envolve legislação, que é feita pela AR e pelo Governo.

A este propósito lamentou não ter trazido uma proposta do PCP feita para o Orçamento de Estado e pro-

pondo um reforço do PIDAC com uma verba de 400 000 contos, para ajuda à recuperação de clandestinos nos Concelhos de Amadora, Loures e Vila Franca de Xira; foi recusada liminarmente pela maioria governamental, ficando os municípios a suportar tudo.

E recordou: «Para fundamentar a recusa, surgiu até uma tese preocupante a defender que não se enterrassem milhões de contos nos clandestinos e se construísse habitação social; ora isto é desconhecer as realidades, desprezar os problemas das pessoas e eludir, mais uma vez, a construção de habitação social».

Considerando que «os clandestinos são um parente pobre nas discussões da AR», Jerónimo de Sousa afirmou depois que o seu Grupo Parlamentar assumia o compromisso de propor na Assembleia da República a necessária legislação complementar para esta questão, mas advertiu: «um requerimento vale o que vale, nós temos 25 deputados, pelo que devem pressionar também os outros partidos». Afirmou ainda que o PCP iria tentar também um projecto de lei sobre a matéria e voltar a insistir no assunto, no próximo PIDAC. ■



Os espectáculos em palco foram muitos e variados, dispoñdo de dois grandes palcos — um no pavilhão central, outro numa tenda de circo montada ao lado. Isto para não falar no teatro, que dispunha de um outro espaço



putador. Parece que a procura foi



JCP, JS e JSD estiveram mais uma vez na JCP

Já em 4.ª edição, aí esteve no fim-de-semana passado a Xira Jovem, uma iniciativa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira organizada em colaboração com dezenas de Associações Juvenis do Concelho. Trata-se de um espaço de exposições, música, teatro, jazz e, sobretudo, de encontro, que todos os anos tem atraído ao grande pavilhão do Cevadeiro, ali mesmo à beira-Tejo, muitos milhares de jovens não apenas do Concelho, mas também de outros limítrofes, incluindo Lisboa.

E o caso não é para menos, como se pode ver pelo programa que este ano animou a Xira Jovem durante três dias.

O Anlma-Jovem apresentou a seguinte programação:

Sexta-feira, 22 de Março — Abertura do Xira Jovem; Quarteto da Sociedade Euterpe Alhandrense; «Ao Vivo» — Jce Scream; Animação circense, com o Grupo Cesta d'Artes — «A Festa do Circo»; Encerramento do Pavilhão.

Sábado, 23 de Março — Abertura do Pavilhão; «D'as nossas bandas»; Orquestra Ligeira da Sociedade Euterpe Alhandrense; «Ao Vivo» — Crâneo; «Cesta d'Artes»; «Stars in Concert» (Sketches); Performance Nucivo; Companhia Dança Popular da Universidade Técnica de Lisboa; Espaço «Livros e Leitores» — «Banda Desenhada — técnicas e ideias»; Projecção de Diapositivos (comentários de José Ruy — autor português de Banda Desenhada); Moda — Colecção Primavera/Verão 91 (Associação de Estudantes da Escola Secundária n.º 2 de Alverca); «Ao Vivo» — Rumores; Encerramento do Pavilhão.

Domingo, 24 de Março — Abertura do Pavilhão; «Ao Vivo» — Pedro e Paulo Pereira; Moda — Colecção Primavera/Verão 91 (Asso-

ciação de Estudantes da Escola Secundária n.º 2 de Alverca); «Ao Vivo» — Neptunos; Cesta d'Artes — «Kontrastes»; «Ao Vivo» — Sem Nome; «Ao Vivo» — Aqua Flavea.

O Espaço Teatro abriu também na sexta-feira com a apresentação da Meia Preta — Teatro de Máscaras, representando «Assaltos de Máscaras».

No sábado, 23 de Março — Cegada — Trupe de Teatro da Casa da Juventude e Cultura de Alverca; Duas peças de Karl Valentin: «No Fotógrafo» e «Um Fogo e Pêras»; Grupo de Teatro Experimental «E Ainda...»; «A Porta — Seguida de um abraço leigo», de Tchekov e Luís Lamancha.

No domingo, 24 de Março — Grupo Dramático Povoense: «Ó Iva da Costa», Revista, de Fernando Augusto; Grupo de Teatro «Passagem de Nível»; «Madalena», de Jaime Salazar Sampaio.

Quanto a Concertos, houve dois: um no sábado com os «Repórter Estrábico» e outro no domingo com os «Rádio Macau».

O Jazzbar, uma co-produção com o Hot Club de Portugal, teve a seguinte programação:

Sexta, 22 de Março — 21.30/23.00 — «Idéfix»;

Sábado, 23 de Março — Quinteto da Escola de Jazz do HCP — Zê-Di-Zastre;

Domingo, 24 de Março — Sexteto da Escola de Jazz do HCP; Quarteto Eddie Goltz; «Concílio de Areia». Recital de poesia com Al Berto, Eduardo Pitta, Paulo da Costa Domingos e Rui Baião (Ass. Lusitânia — Ideia Cultural).

Persistência dá frutos em Almada

N o mês passado os 641 trabalhadores que integravam a Companhia Portuguesa de Pescas à data da sua extinção começaram finalmente a receber as indemnizações a que tinham direito por terem perdido os postos de trabalho. Ao fim de sete anos, a persistência deu frutos. Um papel determinante para este desfecho tiveram os comunistas, aos vários níveis de intervenção, desde o *coração* da empresa, no Olho de Boi, até às organizações sindicais e à Assembleia da República.

As indemnizações que os trabalhadores começaram a receber no dia 4 de Fevereiro somam cerca de 300 mil contos, segundo disse à reportagem do «Avante!» o camarada Artur Oliveira, com quem falámos numa manhã de sábado, no terreno da extinta CPP, à beira-Tejo.

Frederico Pereira, da federação sindical das Pescas e da Comissão junto do CC para os problemas do sector, com quem conversámos mais tarde, lembra que esta boa notícia vem também chamar a atenção para a necessidade de pagar as indemnizações a trabalhadores de outras empresas que encerraram.

uma comissão coordenadora das estruturas dos trabalhadores, e começámos a exigir a reestruturação das empresas. Mas essa exigência foi sempre contrariada pelo Governo, nomeadamente o do PS.»

Este período foi uma sucessão de actos de gestão ruinosos, segundo Frederico Pereira: a falta de acordo de pescas com a Mauritânia levou à paralisação da frota em 1976-77; os trabalhadores ficaram vários meses sem receber salários e as empresas, «se estavam mal, pior ficaram, sobretudo a CPP e a SNAB».

Quanto a projectos de modernização, quer os que vinham das or-



Ascensão e queda

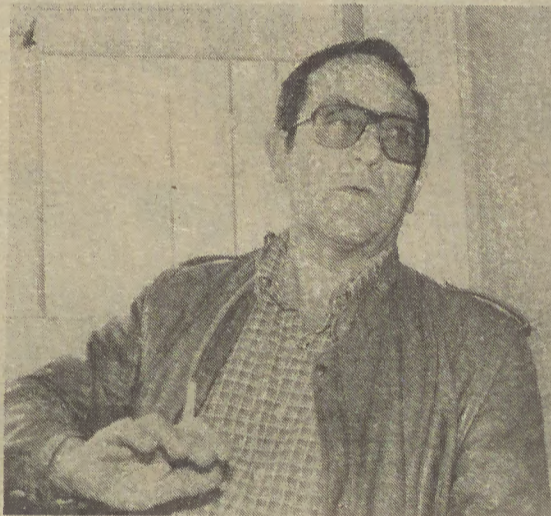
A Companhia Portuguesa de Pescas foi extinta a 7 de Maio de 1984, por decisão do Governo PS/PSD, levada a Conselho de Ministros por Carlos Melancia, que na altura detinha a pasta do Mar. Para trás ficavam décadas de história de uma empresa que chegou a ser, em meados dos anos 60, como recordou o camarada Frederico, «talvez a mais importante empresa de pesca do País». Mas, a partir de 1965, começaram a fazer-se sentir os efeitos da recessão internacional. A situação agrava-se ainda mais com a crise do petróleo, em 1973.

Nos últimos anos do fascismo o Estado concede subsídios à CPP. Boa parte das verbas acabaram por ser distribuídas pelos accionistas, como lucros. Outra parte é realmente investida na frota e no estaleiro, mas na altura errada: em período de recessão, os investimentos só foram agravar os custos de produção do pescado - afirma Frederico Pereira, trabalhador da CPP desde 1968.

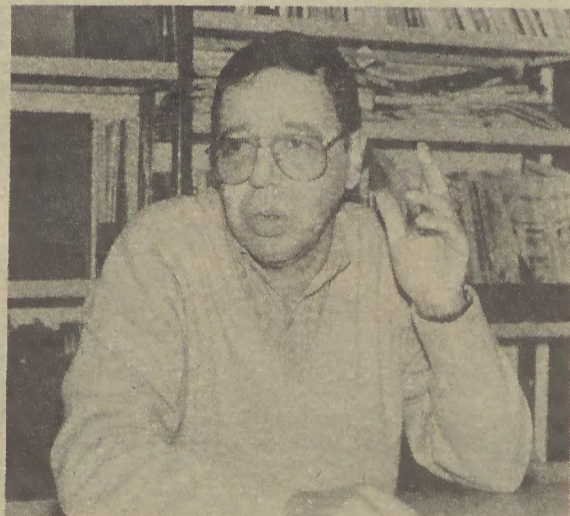
Em Novembro de 1974 a empresa é sujeita a intervenção estatal. Em Julho de 1976, por determinação do Governo PS de Mário Soares, a CPP é nacionalizada, tal como outras empresas de produção e comercialização de pescado. O Estado passa assim a deter uma grande fatia do sector pesqueiro, em todas as fases.

«Todas as empresas - recorda - estavam em muito má situação financeira. Formámos nessa altura

641 trabalhadores da Companhia Portuguesa de Pescas recebem dívida de 7 anos



Artur Oliveira



Frederico Pereira

ganizações de trabalhadores, quer os da própria CPP, eles eram sempre chumbados pela tutela. Frederico Pereira estava precisamente na área de projectos da Companhia e recorda o que se passou durante anos seguidos, até 1981, quando ficou um ano sem qualquer trabalho.

A queda livre culmina com a decisão do Governo de encerrar, primeiro, a Gelmar, a Frigarve e a Friantárticos, seguindo-se a extin-

ção do Serviço de Abastecimento de Peixe ao País, e a da SNAPA e CPP.

Os dias da luta

Frustrados os esforços para evitar a extinção da Companhia Portuguesa de Pescas, os trabalhadores tentam recuperar o dinheiro que lhes era devido, quer de remunerações em atraso, quer das indemnizações pela liquidação dos postos de trabalho. Em Almada, no estaleiro de Olho de Boi, é onde se mantém a maior concentração e onde as possibilidades de organização e de acção não se extinguem, sobretudo graças a um pequeno núcleo de homens combativos e persistentes. Neste grupo teve Artur Oliveira um papel de destaque.

Hoje com 53 anos de idade, guarda por conta de uma empresa do ramo as instalações da extinta CPP, que estão agora entregues, depois do processo de liquidação da Companhia, ao Serviço Nacional de Parques. Em Maio de 1984, Artur Oliveira tinha 28 anos de casa e era membro da Comissão de Trabalhadores, depois de ter

sido vários anos delegado sindical.

«As coisas acontecem porque se trabalha para isso» - diz ele, depois de contar como viveu estes sete anos, encontrando muita gente que dava já a dívida aos trabalhadores como um caso arrumado. Recorda as dezenas de vezes que se deslocou, sozinho ou com outros camaradas, ao parlamento, à Presidência da República, aos gabinetes do primeiro-ministro e de ministros e secretários de Estado, à Procuradoria-Geral da República...

Só que, como sublinhou ao «Avante!», «estavam em causa mais de 600 trabalhadores» e não se podia ficar de braços cruzados assim, sem mais nem menos. «Agora, quem tinha o poder nas mãos devia ter dado mais atenção ao problema» - lamenta Artur Oliveira. Da mesma forma lastima que nunca tenham sido aceites as propostas dos trabalhadores antes do encerramento da empresa, pois «havia condições para a viabilizar».

Em Maio de 1984 os 641 trabalhadores da CPP perderam os

postos de trabalho. Imediatamente os membros da CT - recorda o camarada Artur - iniciaram os contactos com a comissão liquidatária. Um ano mais tarde começaram a ser pagos os salários atrasados, ficando ainda em dívida os complementos de reforma, os subsídios de doença e as indemnizações.

Relatórios, entrevistas, audiências, ofícios, contactos por outras formas e com despesas, muitas vezes, por conta própria, enchem o dia-a-dia de Artur Oliveira e mais dois ou três trabalhadores. Deparam com muitos obstáculos, mas há também apoio e colaboração aqui e ali: recorda-se o administrador judicial liquidatário, o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos, deputados do PCP e mesmo de outros partidos (em 1987, nas vésperas da dissolução da AR, estava para ser aprovado um parecer sobre a CPP tentando acelerar o pagamento das indemnizações).

Foi necessário acompanhar tudo de muito perto, «com muita persistência, para não deixar cair o assunto num poço sem fundo» - sublinha o camarada Artur. Isto significou andar a par e passo com os acontecimentos em cada fase do processo, nomeadamente na avaliação do património e no acerto das contas com o Estado (primeiro credor, de acordo com a legislação em vigor), garantindo que a massa em liquidação seria suficiente para pagar aos trabalhadores.

Ao fim de sete anos, fez-se justiça aos trabalhadores da Companhia Portuguesa de Pesca. Os frutos da persistência foram, finalmente, colhidos. Outros combates exigem agora idêntica firmeza, unidade e acção de quem, para viver, tem apenas a força do seu trabalho, e, para lutar, a força da sua unidade.



Recusadas as propostas dos trabalhadores e da própria companhia para a reestruturação e modernização da CPP, o Governo liquidou aquela que chegou a ser, talvez, a maior empresa de pesca do País

■ Domingos Lopes

Guerra do Golfo

Cruel e desnecessária

A guerra durou quarenta e três dias. Arrasou literalmente o Iraque. Os dirigentes dos EUA e da Grã-Bretanha não nos deixaram ver as imagens da destruição. Nem os de Bagdad. Mas sabe-se que estes foram os mais cruéis bombardeamentos de que há memória. Tudo o que havia de mais sofisticado e moderno no plano mortífero foi utilizado. O Pentágono testou os seus argumentos de morte. Foi terrível esta guerra. Talvez uma das mais cruéis de quantas existiram.

Cruel porque no campo das operações estiveram envolvidos 29 países com os EUA, França, Grã-Bretanha, Itália, à cabeça e todo o seu potencial económico e militar, e do outro lado o Iraque, um país do Terceiro Mundo, (sem dúvida bem armado) habituado à guerra, mas um país dependente em quase todos os domínios.

Cruel porque é cruel o mundo permitir esta crueldade. Cruel porque afirmá-lo não retira um milímetro que seja à crueldade que foi a ocupação, anexação e destruição do Kuwait às ordens de Saddam Hussein.

Cruel porque todos os dias morreram seres humanos nos dois campos de batalha, mas os «media» ocidentais só tinham holofotes para os mortos em Riad e Telavive, embora os mortos iraquianos fossem às dezenas de milhares. Voltámos neste fim de século a chorar apenas os mortos cuja pele e a cor dos olhos se assemelham à nossa, e entretanto foram precisos tantas centenas de milhões de mortos para que os povos de todos o mundo tivessem o direito à cidadania, menos o da Palestina e o de Timor... Os mortos de Bagdad, de Bacorá eram seres humanos como os de Riad, de Telavive ou da Cisjordânia...

Um pretexto oferecido

O Médio Oriente vive há decénios numa situação explosiva. A sua localização à entrada de três continentes e muito próxima da URSS, as suas riquezas em petróleo de que o Ocidente industrializado depende, o fosso gerado entre a nata dos dirigentes dos países ricos em petróleo e as grandes massas árabes desprovidas de tudo, a negação dos direitos nacionais palestinos por Israel, a divisão dos países árabes, a sua incapacidade para fazerem face ao belicismo sionista, a ausência de democracia na grande maioria desses países árabes, tornaram toda a região num barril de pólvora.

A guerra do Golfo serviu de pretexto irresponsavelmente oferecido por Saddam aos EUA para estes imporem ao mundo o seu leadership.

No dia 25 de Julho de 1990, 8 dias antes da invasão, April Glaspiet, a embaixadora dos EUA no Iraque, foi chamada ao gabinete de Saddam Hussein. Aí o líder iraquiano dá-lhe a entender seus projectos e a resposta do embaixadora é que os EUA não

têm posição sobre o conflito de fronteiras (!). Nessa altura já o Iraque tinha algumas divisões junto à fronteira do Kuwait.

A guerra provou à Europa e ao Japão que os EUA são quem lhes pode garantir o fornecimento daquele produto e simultaneamente obrigá-los a pagar o respectivo preço político por se terem transformado em «guardiões do ouro negro».

O Iraque, apesar de todo o sofisticado arsenal que dispunha (bem conhecido de quem o vendeu), não tinha meios para manter a ocupação; teria de ceder por via do embargo económico. Sobre isto o que se discutia eram prazos, e nunca a ideia que Saddam Hussein seria capaz de resistir ao cerco. A batalha terrestre mostrou à evidência que os efeitos do embargo económico foram impressionantes. A lógica do artigo 1.º da Carta das Nações Unidas valia bem trocar meses de negociação por 46 dias de guerra devastadora e destruidora, inclusive no plano das mentalidades.

Esta guerra contra o Iraque despertou entre os povos árabes uma condenação unânime. As massas de árabes sem nada, que fizeram a guerra de libertação nacional árabe contra os ocupantes colonialistas, frustradas

por regimes que os reprimem e lhes negam o seu protagonismo, a sua dignidade, levantam-se desde o Magreb ao Maohrek. Movimentam-se impelidos pelo igualitarismo que o Corão lhes acena por via do islamismo, por uma longa História e uma Civilização de que ainda hoje beneficiamos.

Os bombardeamentos atingiram no cerne a História e a Civilização e a Europa não só ajudou como participou... O drama dos povos árabes tornou-se mais pungente. De desesperos serão vividos os próximos tempos árabes.

Nova «ordem»

Os EUA «vergam» a Europa, derrotaram Saddam Hussein, mas **seguramente não ganharam os povos árabes**. Ganharão Reinos, Emiratos, Sultanos e Presidentes, mas farão de todo o Médio Oriente uma região que odiará a América. Os EUA «humilharam» os árabes, mesmo os que a seu lado combateram. Os EUA arrasaram o Iraque, quando estavam «mandatados» pela ONU para libertar o Kuwait, Saddam

Hussein não invadiu o Iraque mas sim o Kuwait.

Não se abre com esta guerra e com a ordem que dela sair uma nova ordem de respeito pelo Direito Internacional.

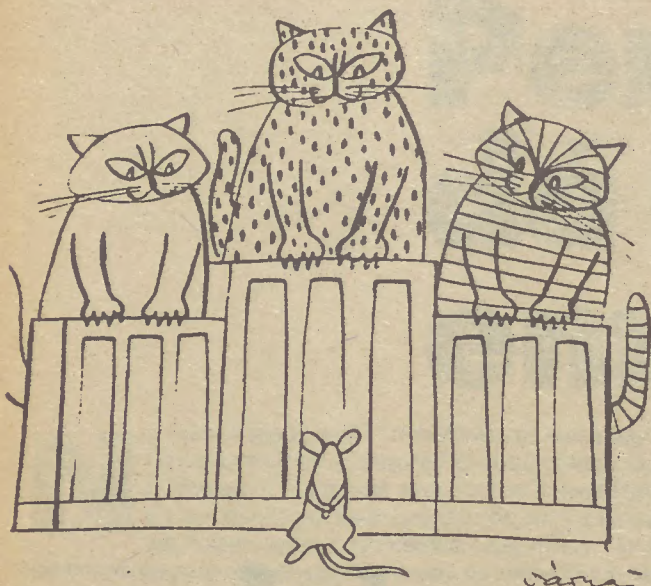
O Médio Oriente não vai viver melhor depois da guerra. A maioria dos povos desta região vai continuar no limiar da miséria. Os palestinianos lutando pela sua terra. O integrismo islâmico encontrará nesta intolerância ocidental «made in USA» terreno para medrar. A região do arco de todas as crises carregará novas crises. E novas guerras terão «justificações». Mil e muitos dias de Intifada não comoveram o Ocidente. Acaso é previsível que se aceite que o direito internacional só serve para repor os Emires nos tronos?

Ninguém pede uma guerra para que as forças multinacionais façam cumprir Israel integralmente as Resoluções da ONU sobre a Palestina, mas quem pode esquecer que a Palestina está ocupada? ■

(*) in *Guerre du Golfe, le Dossier Secret* de Pierre Salhfer e Eric Laurent

(Subtítulos da responsabilidade da Redacção)





Os alentejanos «merecem»?

Além da televisão, Cavaco Silva gosta do «Diabo», o pasquim reaccionário que mais semanalmente verte o seu fel a tudo quanto seja democracia. Desta feita, o Primeiro foi perseguido pelo «Diabo». No Alentejo, que lhe fez perguntas. Ou melhor, que lhe apurou as respostas. Assim, Cavaco botou faladura sobre o Alentejo, os alentejanos e... os comunistas. Ponham-se a pau os alentejanos. É que o Primeiro-Ministro ameaçou de que os ia «ajudar»... Disse ele: «Os alentejanos merecem ser ajudados a ultrapassar os erros que os políticos do passado cometeram em relação à sua terra e que tiveram um custo incalculável...» Como ele afirmara antes que fora muito bem recebido pelos «alentejanos», é de crer que esses a quem se referia, fossem aqueles e poucos agrários que lhe agradecem. Quanto aos outros, sabem bem que as «ajudas» dos muitos governos de direita têm

custado caro. Neste momento devem estar a perguntar-se que mais «ajudas» virão de Cavaco.

Em pouco mais de um ano...

Diz a imprensa — não são os comunistas apenas que o divulgam — que dezenas de milhares de pessoas têm protestado, na antiga RDA, contra o desemprego que alastra e que atinge hoje 2,6 milhões de pessoas, nas pouco mais de oito milhões que vivem naquele território. Em Leipzig, há dias, foram 80 mil pessoas a manifestar-se. E muitos milhares em Berlim, Rostok, Zwickau, Dresden e outras cidades. As notícias constatarem, por outro lado, que em 40 anos de socialismo, não houvera desemprego. E que, «há pouco mais de um ano, os alemães de Leste se manifestavam nas noites de segunda-feira para reclamar a rápida unificação». Não podem ser acusados de serem como os cata-ventos. O

Pontos Cardeais

que pode dizer-se é que foram enganados.

Exposições

É sabido que qualquer país com dois pingos de independência e dignidade nacional não permite hoje em dia e em qualquer circunstância, que obras de arte fundamentais da sua cultura saiam a passear por exposições estrangeiras. Pois o Governo português, através duma decisão tomada pelo secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, autorizou o envio para uma exposição no National Gallery, em Washington, de nada menos que a Custódia de Belém, os Painéis de S. Vidente e as Tentações de Santo Antão! A nossa sorte é os Jerónimos e o Mosteiro de Belém estarem agarrados ao chão. Mas isto até ver, porque se os americanos quiserem desparafusá-los, como o pretenderam em relação à Torre de Londres, Santana Lopes é capaz de dizer que sim invocando os «elevados níveis de segurança que hoje em dia acompanham a deslocação de obras de arte»...

Atropelamentos

Um deputado do PCP denunciou há dias, na Assembleia da República, um acontecimento insólito: alguém morreu na linha de Sintra atropelado por um comboio e vai daí a CP tomou uma

decisão histórica — decidiu ir a tribunal exigir à família uma indemnização... pelos prejuízos que a vítima lhe causou! Isto numa linha cuja insegurança provocou, só em 1990, qualquer coisa como 63 mortos e 264 feridos... Portanto muito cuidado, caros concidadãos! Façam favor de não andar para aí a atropelar comboios e, muito menos, a morrer por causa disso, se não a família é que paga!!!

Expulsão

Carlos Macedo, um dos fundadores do PPD que o actual patrão do partido, Cavaco Silva, expulsou no passado sábado após um processo que se arrastou durante dois anos, anunciou que se vai retirar da política activa e dedicar-se à profissão. Mas fez alguns comentários, como era de esperar, organizando-os em «três aspectos essenciais»: «Em primeiro lugar — disse ele — o PSD tem um presidente que nunca se engana e raramente tem dúvidas», sendo por isso «estranho que o PSD tenha demorado dois anos a confirmar a sua expulsão». Finalmente considerou a sua expulsão como a «demonstração cabal de que o PSD deixou de ter serenidade política, tolerância e abertura, desde que o cavaquismo o ocupou». Lá que alguns defeitos do PSD sejam esses, ninguém duvida. O espanto é que um fundador do próprio partido só agora os descubra...

Gazetilha

por Ignotus Sum

Epigrama

Velho que a doença espreita diz-me, diz a soluçar: — Tenho aqui esta receita sem dinheiro para a aviar...

Por culpa dele, afinal. Desconhece, já se vê, a «justiça social» do anúncio da TV...

Crise? Que ideia!

Diz o Valente — pasmai ó gente! — diz ele, em suma, que no Vale do Ave não há crise nenhuma. A coisa é grave — diz o Valente. Mas crise? Não! (solenemente...) Crise não há. Não há crise, então, não há no Vale. Valentemente Valente mente tão indecente...

Assim, Valente? Assim não vale...

Tá na hora...

Governo volta a falar no crédito à habitação o habitual palrar na hora da eleição...

Diz que vai facilitar pois chegou a ocasião... É prometer e faltar na hora da eleição...

Os jovens podem contar vão ter casa até mais não: aldrabar é o que está a dar na hora da eleição...

Ninguém pode acreditar. Dizem que dão, mas não dão. É a arte de enganar na hora da eleição...

A habitual palração na hora da aflição...

Bandarilha e pacotilha

Governo quis esconder o pacote laboral só para favorecer o gosto do Capital.

Claro que havia má-fé e o pacote capataz leva grande pontapé teve de voltar para trás...

Pacote de bandarilha... Governo de pacotilha...

Kultura

Vão morrendo as orquestras portuguesas. A Música? Para quê tantas despesas?

O quê? Desenvolvermos o Bailado? Então e a economia do mercado?

O livro é caro? Seja, e a valer! Cavaco Silva até nem sabe ler...

Nem se fale em protecção para os jornais. Há até quem ache que já são de mais...

Os professores ganham pouco? Meus senhores, mas quem manda a vocês ser professores?...

Assim se prova o interesse principal do PSD na «vertente cultural...»



PCP

Comunicado da Comissão Política

A situação da juventude portuguesa

● Pacote laboral ● Lei-Quadro da Regionalização

A Comissão Política do Comité Central do PCP, reunida em 25 de Março, analisou detalhadamente os aspectos mais significativos da situação da juventude portuguesa.

A Comissão Política apreciou também o desenvolvimento da situação nacional, nomeadamente a decisão do Tribunal Constitucional sobre o pacote laboral, a insuficiência das medidas anunciadas pelo Governo na área da habitação, o projecto Ford/Volkswagen, o agendamento para debate na AR da Lei-Quadro da Regionalização e aspectos das lutas em curso e da acção do Partido.

1. A Comissão Política analisou a situação da juventude portuguesa tendo concluído da apreciação efectuada que o desemprego, a precariedade dos vínculos de trabalho, as insuficiências da formação profissional, a degradação do ensino, as dificuldades de acesso ao ensino superior, a sua desqualificação e os problemas da habitação continuam a constituir alguns dos principais problemas com que os jovens se confrontam.

A Comissão Política constatou que o PSD, prosseguindo uma política eleitoralista, desperdiçou as excepcionais condições que a conjuntura económica externa propiciou para dar resposta às aspirações juvenis. Multiplicando-se em diversificados programas, acções não prioritárias e operações de fachada, o Governo não gastou milhões de contos sem que se resolvesse ou perspectivasse qualquer resolução dos grandes problemas da juventude portuguesa.

O desemprego (com a taxa de desemprego juvenil a atingir os 11%) continua a afectar dezenas de milhares de jovens, dos quais apenas uma pequena parte recebe subsídio de desemprego, sendo ainda mais diminuto (cerca de 200) o número daqueles que recebem o subsídio de inserção na vida activa. Milhares de jovens trabalhadores vêem os seus postos de trabalho ameaçados nomeadamente no sector têxtil.

Mais de 65% dos jovens que entram no mundo do trabalho fazem-no sem garantia de emprego certo. Milhares de jovens trabalhadores com trabalho à tarefa ou recibo verde, falsamente classificados como «independentes» são conduzidos à ausência de assistência social e de seguros de acidentes de trabalho e de doenças profissionais e a prejuízos nas férias e outros direitos. A formação profissional não obedece a um plano que tenha em conta as necessidades nacionais e a preparação dos jovens para o trabalho. Proliferam programas de inserção na vida activa que em muitos casos se traduzem em mão-de-obra quase gratuita, sem consequências visíveis na admissão de jovens trabalhadores efectivos.

Numa situação de grande precariedade nos vínculos de trabalho, no limiar dum novo século quando novas exigências de padrões de vida e direitos se colocam, o Governo vem com o pacote laboral tentar liberalizar ainda mais os vínculos de trabalho, aumentando a insegurança e a instabilidade, nomeadamente com o alargamento do período experimental e os despedimentos por inadaptação, ao mesmo tempo que com a flexibilização dos horários poderá dar uma nova machadada no já difícil cumprimento do estatuto do trabalhador-estudante.

O direito a uma educação digna e gratuita que vise os interesses nacionais e as aspirações juvenis continua por realizar. O Governo refere verbas colossais de investimento na educação, mas a verdade quanto ao ensino é inquestionável: degradação de instalações e condições pedagógicas, elitização, insucesso escolar e favorecimento do ensino privado. A realidade do sistema de ensino continua a traduzir-se em escolas superlotadas, falta de pessoal auxiliar e de professores, instalações degradadas, falta de cantinas, instalações desportivas, salas de convívio e bibliotecas.

Em vez de uma efectiva melhoria da qualidade do ensino, que reduza o insucesso e garanta conhecimentos básicos mínimos a todos os jovens, o Governo perspectiva um novo e discutível sistema de avaliação para o ensino básico e secundário cujo objectivo fundamental é o esconder as escandalosas taxas de insucesso escolar que caracterizam o sistema de ensino.

O diploma sobre gestão escolar recentemente aprovado pelo Governo constitui uma decisão de extraordinária gravidade porque visa liquidar o sistema de gestão democrática alcançado com o 25 de Abril e estabelecer um sistema de gestão antidemocrática e autoritário.

A concentração de facto da direcção de cada escola num órgão unipessoal não efectivo, o chamado «director executivo», dotado inclusive de poderes de ordem disciplinar quase ilimitados, além de desprezar preceitos fundamentais da Lei de Bases do Sistema Educativo, viola flagrantemente o direito dos professores e alunos participarem na gestão democrática das escolas, consagrado na Constituição da República no seu Artigo 77.º.

Num país onde o número de licenciados e a percentagem de estudantes que frequenta o ensino superior está muito aquém das necessidades nacionais, o sistema de acesso ao ensino superior, com esta ou outra PGA, com a manutenção dos «numerus clausus» no ensino público, deixa de fora em cada ano milhares de estudantes que terminam o 12.º ano com aproveitamento. O Governo atrofia o ensino superior público e favorece com escandalosos apoios e sem fiscalização efectiva o ensino superior privado. Ao mesmo tempo que procura alienar as suas responsabilidades no financiamento do ensino superior público, o Governo aponta para o estabelecimento de um novo esquema de propinas

que prevendo o seu brutal aumento, impossibilita a frequência do ensino superior a muitos jovens.

A habitação está cada vez mais longe das possibilidades dos jovens. O mercado de arrendamento é incontrolável para os seus orçamentos. O crédito para a compra de casa própria com elevadas entradas e prestações mensais de dezenas de contos, não corresponde à situação social dos jovens. Só um número reduzido que tem estabilidade de emprego, vencimentos elevados ou grandes apoios familiares tem acesso a este esquema de crédito. Para os outros, a grande maioria é a miragem da habitação, o adiamento da família, a vida em casas superlotadas ou cada vez mais distantes.

A chamada política de juventude, desenvolvida designadamente através dos programas dependentes da Secretaria de Estado e executada pelo Instituto da Juventude choca com a situação social dos jovens portugueses. O lançamento do Movijovem, ambiciosa estrutura que pretende aglutinar os programas de mobilidade e intercâmbio juvenil e que dada a situação material dos jovens tocará um número diminuto, é um exemplo das limitações desta linha de acção.

A Comissão Política do PCP aponta a necessidade de uma nova política para a juventude.

Uma nova política de emprego e formação profissional. Alargamento da aplicação do subsídio de inserção na vida activa e aumento do seu valor. Efectiva atribuição do subsídio de desemprego. Emprego estável, carreiras profissionais condignas, formação profissional ligada às necessidades do desenvolvimento económico e a integração dos jovens, direitos consentâneos com os padrões de vida do nosso tempo.

Uma nova política de ensino que garanta o acesso de todos os jovens à escolaridade obrigatória e gratuita, a efectiva igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior; o aumento das capacidades do ensino superior público; os apoios sociais justos; os direitos dos trabalhadores-estudantes; o estímulo à participação das Associações de Estudantes e a gestão democrática do sistema educativo.

Uma nova política de habitação com uma linha específica de construção de habitação social para os jovens, a partir do Poder Central, com apoios às autarquias locais, às cooperativas e a consideração de um esquema de crédito que vá ao encontro das necessidades e especificidades dos jovens da sua capacidade financeira e que tenha em conta a situação real e os preços praticados no mercado da habitação.

Uma nova política que estimule a expressão das capacidades criativas e artísticas juvenis e crie condições para um real acesso à cultura, ao desporto e a uma sã e criadora ocupação dos tempos livres.

A Comissão Política do PCP salienta o significado da concentração de jovens trabalhadores junto do Ministério da Juventude no passado dia 22 de Março e de outras iniciativas em curso, nomeadamente as que visam comemorar o 24 e 28 de Março e saúde a acção e a luta da juventude, por uma nova política que responda à resolução dos seus problemas e às suas mais profundas aspirações.

A Comissão Política destaca no plano da acção juvenil a realização por iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa do debate «70.º Aniversário — PCP — Um ideal com futuro», em Lisboa, no dia 16 de Abril e a do convívio 11 e 12 de Maio, na Atalaia.

2. A Comissão Política considera que a decisão do Tribunal Constitucional sobre o pacote laboral constitui uma derrota política para o Governo Cavaco Silva e vem confirmar a justeza das posições do PCP ao chamar a atenção de que o Governo, ao subtrair a legislação laboral à discussão pública, prossegue uma política de governamentalização das instituições, de violação grosseira de importantes direitos dos trabalhadores e de afrontamento de claras exigências constitucionais.

Entretanto, a Comissão Política chama a atenção dos trabalhadores e das forças democráticas para a necessidade de se continuar a intensificar a luta contra o pacote laboral, pois tudo indica que o Governo, surdo aos protestos dos trabalhadores, pretende insistir no projecto de fazer aprovar uma legislação altamente gravosa para os direitos dos trabalhadores.

3. A Comissão Política considerou que o anúncio pelo Governo de novas alterações no regime de crédito bonificado para a compra de habitação comprova, por um lado, o fracasso da política governamental nesta matéria e, por outro lado, confirma, que o Governo está apostado em utilizar todos os meios demagógicos com vista às próximas eleições legislativas.

Tal como as introduzidas há sete meses atrás (Agosto de 1990), as alterações agora anunciadas não conseguem ultrapassar os principais obstáculos à aquisição de habitação própria: as elevadas taxas de juro cobradas e as prestações mensais incontroláveis para a grande maioria dos rendimentos das famílias portuguesas, designadamente dos casais mais jovens. A grande «novidade» das alterações agora anunciadas pelo Governo é a possibilidade teórica de se poderem adquirir habitações mais caras e de as prestações mensais poderem ultrapassar a «taxa de esforço máxima» de 30% do rendimento bruto familiar. Mas se uma família gastar 40 ou 50% do seu rendimento na prestação

para a aquisição de habitação, como vai ela conseguir suportar os encargos com a alimentação, o vestuário, a saúde, os transportes, etc.? E se agora não consegue adquirir uma casa de 7000 contos como vai poder adquirir uma casa de 10 000 contos?

Exigir-se-ia, isso sim, que o Governo aumentasse significativamente as bonificações estatais às taxas de juro que incidem sobre o crédito para a habitação, que financiasse directamente (e sem juros) as entradas iniciais a que são obrigadas as famílias e os cidadãos de menores rendimentos e os casais jovens, e que introduzisse alterações fiscais no âmbito do IVA que permitissem baixar o preço das habitações. Exigir-se-ia igualmente uma política de apoios sérios às cooperativas de habitação e de promoção directa de construção de casas pelo Estado.

Isto é, exigir-se-ia que o Governo encarasse seriamente não só o regime de crédito à aquisição de casa própria como toda a política de habitação, e não que tratasse um dos problemas mais graves com que se debatem as famílias portuguesas com o despudor da demagogia eleitoralista.

4. A Comissão Política analisou as notícias que apontam para o termo das negociações entre o Governo português e a Ford/Volkswagen tendo em vista a eventual implantação de uma fábrica daquelas multinacionais em Portugal.

A dimensão dos subsídios que a Ford/Volkswagen exige ao Estado português (cerca de 120 milhões de contos que compara, por exemplo, com os cerca de 75 milhões de contos que o PEDIP canaliza para toda a indústria nacional no período de 1989/1993) e o facto de a grande maioria desses subsídios onerarem os Orçamentos a serem apresentados pelo Governo que resultar das próximas eleições, exigem que a decisão final do Governo português seja profundamente ponderada e assente em dados objectivos sob o seu interesse económico para o País. Importa, nomeadamente, avaliar o impacte económico e social das alternativas para aplicação de tão elevado montante de subsídios e analisar as contrapartidas para a economia nacional efectivamente asseguradas pela Ford/VW, em especial no que respeita à incorporação nacional na sua produção final.

Neste sentido, o PCP entende exigir que o Governo proceda à cabal informação dos partidos da oposição sobre a globalidade do processo negocial em curso, antes que seja formalizado qualquer acordo que responsabilize o Estado português.

5. A Comissão Política debateu o agendamento do debate na generalidade para dia 11 de Abril da proposta de Lei-Quadro das Regiões Administrativas. Este facto ocorre quase dois anos depois de a Assembleia da República ter aprovado na generalidade o projecto de lei do PCP e outros quatro projectos e de os trabalhos da Comissão parlamentar, que deveria ter preparado o seu debate na especialidade, terem sido bloqueados pelo PSD ao longo dos anos.

A proposta de lei que estará em debate caracteriza-se, por outro lado, por uma visão centralista do processo de regionalização, traduzida, em especial, por se propor conferir vastos poderes ao «governador regional», nomeado pelo Governo.

O facto de este agendamento ocorrer na véspera das eleições para a Assembleia da República é inseparável, contudo, do papel que o PCP, as autarquias e um vasto movimento de opinião pública democrática desempenharam ao longo dos anos no sentido de exigir o cumprimento da Constituição, instituindo as regiões administrativas.

O PCP apela para que, logo após a aprovação na generalidade da proposta de Lei-Quadro de Regionalização, seja assegurado um intenso trabalho que permita aprovar uma Lei-Quadro das Regiões Administrativas, de sentido democrático e descentralizador, ainda nesta legislatura, não permitindo assim que o agendamento para dia 11 de Abril se resuma a um acto tendente a mistificar as reais posições do Governo e do PSD e a eximi-los das suas responsabilidades no bloqueamento do processo de regionalização.

6. A Comissão Política deu particular atenção às lutas em curso, de que se destacam as acções dos professores e da PSP.

A Comissão Política critica viva e energeticamente o Governo e o Ministério da Educação pelo corte das verbas para o pagamento dos salários a que os professores têm legalmente direito.

A Comissão Política, ao mesmo tempo que responsabiliza o Governo pela instabilidade criada nas escolas e pela anormalidade provocada no termo do 2.º período escolar, exprime a sua solidariedade com a luta dos professores pela reposição da legalidade e pelo direito pelos seus direitos fundamentais.

A Comissão Política apreciou o andamento da actividade partidária caracterizada por um grande dinamismo nas comemorações do 70.º Aniversário do Partido, em iniciativas de resposta aos problemas nacionais e na preparação das próximas eleições legislativas.

A Comissão Política destaca a importância e significado da assinatura do acordo constitutivo da CDU para as próximas eleições legislativas, celebrado no passado dia 22.

Lisboa, 25 de Março de 1991

PCP

Distrito de Setúbal A realidade social e a demagogia do PSD...

«O Executivo da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP não pode deixar de repudiar a utilização que o PSD e o Governo fazem do distrito de Setúbal, em função dos seus interesses eleitorais» — escreve em comunicado aquele organismo reunido no passado fim-de-semana, no Barreiro, que prossegue: «Há quatro anos atrás, na sua campanha eleitoral, o PSD apresentava o distrito de Setúbal como «o distrito da fome e da miséria» e divulgava a falsa ideia de que não havia mais desenvolvimento porque as «maiorias comunistas» afugentavam os

empresários. Hoje, parece que para o PSD o que está a dar em termos eleitorais é a apresentação do distrito de Setúbal como o exemplo da região em progresso, do paraíso para os investidores, apesar de, entretanto, os comunistas terem não só mantido mas até aumentado de 11 para 12, nas eleições autárquicas de Dezembro de 1989, as presidências das Câmaras Municipais do distrito».

Assim, «um traço característico da actual situação social» na região é a persistência de um alto nível de desemprego e a subida para níveis escandalosos do emprego pre-

cário e da insegurança no trabalho. A par disto, só no Sector Empresarial do Estado (SEE), os despedimentos nos últimos anos atingiram 50% dos efectivos do mesmo, sem que contudo o número global de trabalhadores despedidos por trabalhadores contratados ou sujeitos ao sistema de subemprego e a subida para níveis escandalosos do emprego pre-

Para o Executivo da DORS do PCP «mantêm-se e em vários aspectos pioram os problemas em áreas essenciais para a qualidade de vida das populações». Por exemplo, «na área dos transportes e acessibilidades, por mais es-

forços que façamos para enxergar algo de concreto chegamos à triste conclusão de que, na vigência do governo PSD, de 1985 até hoje, a obra mais visível do governo foi retirar o separador central da ponte 25 de Abril para dar lugar à quinta faixa de rodagem, solução de carácter transitório proposta pela autarquia de Almada».

«Uma forte aposta nos recursos endógenos do distrito», na base do desenvolvimento integrado orientado para a melhoria da qualidade de vida nas vertentes da habitação, saúde, educação, cultura e defesa do meio ambiente, é o que propõe o PCP.

Seixal Por novas freguesias vilas e cidades no concelho

Já há alguns anos que a organização do PCP no concelho do Seixal tem vindo a analisar com algum cuidado o crescimento demográfico do concelho, assim como todos os grandes projectos avulsos ou integrados para a Península de Setúbal e mais recentemente para a AML (Área Metropolitana de Lisboa).

«Só compreendemos o desenvolvimento de uma forma integrada em que as componentes económicas, sociais e culturais se interliguem e se complementem», sublinha, entretanto, uma nota da Comissão Concelhia do Seixal do PCP, que acrescenta:

«É assim o PIDDS (Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal), da responsabilidade das câmaras do distrito; devia de ser assim o PROT da AML (Plano Regional de Ordenamento do Território) da responsabilidade do Governo; vai ser assim o PDM (Plano Director Municipal) para o nosso concelho, da responsabilidade da Câmara Muni-

pal. Entendemos também que a realidade institucional tem que acompanhar a expansão urbana».

E noutra passagem do seu documento refere a Concelhia do PCP:

«Foi com este espírito que os eleitos comunistas na Câmara Municipal do Seixal avançaram com uma proposta de reordenamento do concelho, valorização do poder local democrático e dignificação de núcleos urbanos, tendo em conta uma maior participação das populações nas autarquias e que as autarquias estejam ainda mais perto das populações. Para o PCP, os direitos dos cidadãos devem ser reforçados, a democracia participativa deve estar presente no dia-a-dia de quem vive e trabalha no nosso concelho».

«Daí, a proposta de criação das freguesias de **Fernão Ferro, Torre da Marinha, Cruz de Pau e Miratejo**. O reordenamento das freguesias de Paio Pires e Seixal. A elevação a

vila do núcleo urbano de Corroios e a elevação a cidade das vilas de Seixal e Amora, é em nossa opinião o caminho a seguir».

«É pela concretização destas medidas que a Comissão Concelhia do Seixal do PCP se continuará a bater procurando, através dos mecanismos legais, dar corpo aos anseios desde há muito expressos pela generalidade da população do concelho».

«Isto não impede, mas reforça a luta que o PCP tem travado e continua a travar pela criação das regiões administrativas consagradas na constituição da República Portuguesa e que os deputados do PS e PSD, mais não têm feito que dificultar a sua criação, evitando assim a descentralização de competências e meios financeiros do poder central para o poder regional e local.»

Assembleia em Palmela

A quarta Assembleia da Organização Concelhia de Palmela do PCP decorreu no passado sábado, 23 de Março, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Palmela, com a participação de cerca de 100 delegados.

Estiveram presentes o camarada **Virgílio Azevedo**, da DORS e do CC, é o camarada **Agostinho Lopes**, da Comissão Política. Por unanimidade foi eleita a Comissão Concelhia, e aprovada uma resolução.

Seguiu-se um jantar com 100 pessoas, na Casa do Lavrador, comemorativo do 70.º aniversário do Partido.

Camaradas Falecidos

António José Patrocínio

Faleceu no passado dia 19 em Luanda, República Popular de Angola, o nosso camarada **António José Ferreira Patrocínio**, de 68 anos, natural de Reguengos de Monsaraz. O militante comunista trabalhava na Fábrica Nacional de Cimentos do Lobito. Membro do Par-

tido desde 1948, já anteriormente participara nas actividades do MUD-Juvenil.

Fez parte do Coro da Academia dos Amadores de Música, onde conheceu o dirigente angolano Lúcio Lara, de quem se tornou íntimo amigo. Em 1950 partiu para Angola. Participou na luta antifascista e anticolonialista. Após a independência participou como

cooperante nas tarefas de reconstrução nacional da jovem nação africana. Foi um dos fundadores da Associação 25 de Abril, em Angola, espaço de convívio e de solidariedade dos cooperantes portugueses.

José Lampreia

Com 85 anos, faleceu no passado dia 16, em Santa Clara do Louredo (Boavista), o nosso camarada **José Peixeiro Lampreia**, natural da freguesia de Alvernoa, concelho de Beja. Lutador antifascista, esteve preso no forte de Peniche em 1935. Após o 25 de Abril foi membro da Junta de Freguesia de Alvernoa.

Esperança Gomes dos Santos

Reformado dos Serviços Municipalizados da Câmara de

Almada, faleceu recentemente o nosso camarada **Esperança Gomes dos Santos**, de 71 anos. O funeral do militante do PCP decorreu num ambiente de expressiva indignação pela inqualificável atitude do padre da Igreja do Pragal que se recusou a acompanhar o cortejo fúnebre pelo exclusivo facto de a urna estar coberta pela bandeira do PCP. Tanto as pessoas que se incorporaram no funeral, comunistas e não comunistas, como a Comissão de Freguesia de Almada do PCP manifestaram o seu repúdio pela actuação do padre, «inadmissível nos tempos em que vivemos».

**

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do *Avante!* apresenta sentidas condolências.

Debate inserido na preparação do Encontro Nacional de Saúde

• A articulação dos cuidados de saúde primários e diferenciados

Inserindo-se na preparação do III Encontro Nacional de Saúde do PCP, que decorrerá em Lisboa, nos dias 13 e 14 de Abril, realizou-se na Cooperativa «Árvore» um debate sobre «a articulação dos cuidados de saúde primários e diferenciados». Presentes diversos técnicos de Saúde ligados às duas áreas — da clínica geral e hospitalar — e o médico do PCP na Assembleia da República, Dr. João Camilo.

A deficiente articulação (ou desarticulação) existente, com graves inconvenientes não só a nível individual mas também do ponto de vista económico, social e do próprio funcionamento e rendimento dos serviços, deriva directamente da situação actual dos serviços prestadores dos dois grandes tipos de cuidados de saúde.

Assim, ao nível dos cuidados de saúde primários, a qualidade e a quantidade de centros de saúde, a falta de meios humanos e materiais, os sérios vícios de estrutura e funcionamento, o distanciamento perante a comunidade que servem, levou à interrogação — se é possível falar em articulação com uma coisa que não existe?... No lado hospitalar, isto é, nos cuidados diferenciados, porém, os problemas também não são menores (particularmente nos grandes hospitais centrais) — o acesso indiscriminado e anárquico aos serviços de cuidados diferenciados sem prévia triagem e orientação do médico de família, a indefinição das áreas de responsabilidade de cada funcionamento levam a que consultas externas de muitas especialidades fiquem saturadas ou com longos tempos de espera, o mesmo acontecendo a tratamentos e internamentos.

Na existência paralela dos dois subsistemas (cuidados primários e cuidados diferenciados), com direcções centralizadoras e apenas com algumas pontes formais entre si, no tipo de formação dos clínicos gerais, entroncando fundamentalmente nos conhecimentos do clínico hospitalar, no facto de a clínica geral constituir ainda uma carreira nova e pouco incentivada no nosso país, na falta de investimentos corajosos por parte dos governos da direita na área dos cuidados primários voltados para a prevenção da doença e promoção da saúde comunitária (em oposição à orientação da OMS e à própria lei de bases de Saúde) parecem residir algumas das razões determinantes para o actual estado das coisas.

Constatou-se que a articulação, o contacto directo entre o clínico geral e o especialista, normalmente em estilo de «pedincha» ou «cunha» é, apesar de tudo, mais frequente no interior do que nas áreas urbanas, dos grandes hospitais centrais, o que conduz à conclusão de que a regionalização, a decidida aproximação das instituições às populações é um passo imperativo.

Desigualdades

Outros componentes da articulação, tais como a credencial (P1) e carta do clínico geral para o especialista e vice-versa, a falta de apoio logístico para que a comunicação entre uns e outros se processe de maneira mais eficaz, a burocracia e interposição quantas vezes desnecessária de administrativos (faltando depois noutros locais), as condições para a mobilidade dos clínicos gerais e acompanhamento dos seus doentes, a importância da proximidade dos especialistas (de pediatria, ginecologia, medicina interna, entre outras) como «consultores» para a discussão dos casos clínicos que chegam aos clínicos gerais, foram apresentadas como aspectos menores mas não pouco importantes que podem e devem melhorar o sistema.

A privatização em curso dos cuidados primários de saúde foi avaliada muito criticamente: a imperar a filosofia do lucro, só é de esperar uma ainda maior degradação desta área essencial de saúde, o caminhar inexorável para a saúde curativa e medicalizada (a bem da saúde monetária da indústria dos medicamentos), enquanto que a articulação com os cuidados especializados deixará de constituir necessidade.

Notas salientes e indiciadoras das desigualdades sociais crescentes e da má situação existente nos cuidados de saúde a exigir sérias medidas, não apenas na prevenção, como no tratamento, foram os recentes dados sobre o aumento da incidência de tuberculose (novos tuberculosos) que, no distrito do Porto, atingiu em 89 a maior taxa do país: 87,4 por 100 mil (incidindo fundamentalmente na Área Metropolitana e na faixa etária entre os 15 e 30 anos).

Mário Sacramento

Mário Sacramento, cidadão exemplar, homem de letras, antifascista, militante comunista, figura de dimensão nacional e honra da região aveirense, faleceu há 22 anos.

A Comissão Executiva da DORAV do PCP dá nota de que a efeméride será assinalada junto à campa rasa daquele intelectual por uma delegação que integrará, entre outros, Sérgio Teixeira, da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP.

Uma delegação da DORAV do PCP estará também presente nas cerimónias evocativas de Mário Sacramento organizadas pelo Município de Ílhavo apelando a todos os democratas, particularmente aos militantes do PCP, para que nelas participem.

Trabalhadores

Semana de forte contestação

No seguimento da jornada contra o pacote laboral, que acabou por chumbar em Tribunal, desceram à rua agentes policiais, professores, jovens trabalhadores convocados pela Interjovem, pessoal da EDP e trabalhadores da Tudor. Enfermeiros e professores anunciaram greve.

Ao mesmo tempo, prosseguiu em vários departamentos da Administração Pública a série de greves e outras movimentações de carácter sindical. Numa conferência de imprensa sexta-feira passada, a comissão executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública afirmou que no Instituto do Emprego e Formação Profissional «os trabalhadores aguardam há mais de um ano que seja concluído um processo de revalorização/estruturação de carreiras reivindicado há mais de 10 anos».

É precisamente nesta área reivindicativa que agentes policiais, professores e outro pessoal técnico e superior dependente do Estado tem feito valer as suas reclamações perante o quadro do chamado novo sistema retributivo (NSR) para o muito vasto sector da Função Pública, que inclui os militares, designadamente os sar-

gentos que se têm movido no âmbito da sua Associação Nacional. Sem confundir sindicatos com associações de outro cariz, pode-se, no entanto, dizer que esse muito vasto sector da Administração Pública, dependente de numerosos ministérios e secretarias, tem um leque alargado de reivindicações comuns.

O facto de várias dessas reivindicações e das acções correspondentes terem coincido com a luta contra o pacote laboral põem indiscutivelmente

em causa a actuação geral do Governo na área da política salarial. Acontece o mesmo com o emprego. Ainda na passada sexta-feira, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública afirmava publicamente que só no Instituto do Emprego e Formação Profissional (organismo do Ministério do Emprego) há à volta de 1000 trabalhadores com contratos individuais, sem estabilidade nem garantias de qualquer espécie. O mesmo acontece e no mesmo local de

trabalho com os trabalhadores ditos «independentes» (recibo verde), admitidos, se assim se pode dizer, para «funções normais e regulares, habitualmente desempenhadas por trabalhadores do quadro em condições salariais diversas».

Só assim se percebe que a forte contestação laboral se alargue a sectores e áreas habitualmente menos activas na manifestação pública das suas reivindicações. Sublinha a Federação já citada que no Instituto do Emprego e Formação Profissio-

nal, para citar apenas um entre uma boa dezena de exemplos semelhantes, a adesão geral à greve tenha atingido os 87 por cento, «incluindo trabalhadores com vínculo à função pública e trabalhadores com contrato individual».

Note-se por último e ainda no IIEFP que, dos 72 serviços 35 tiveram uma adesão à greve da ordem dos 100 por cento, 13 uma adesão quase total e 7 aproximaram-se da média geral a nível do País — 87 por cento, citando os números da Federação.

Como referimos na semana passada, a União dos Sindicatos de Setúbal divulgou relativamente ao distrito uma redução de 2000 trabalhadores prevista na mesma empresa.

A CT da CP, empresa pública como se sabe, promoveu ontem uma reunião de dirigentes de todos os sindicatos representados na CP para «análise da proposta de acordo social» da autoria do conselho de gerência.

Menos 5000 na CP

O conselho de gerência da CP pretende reduzir o quadro efectivo do pessoal.

A comissão de trabalhadores (CT) afirma que o «acordo social para a modernização» daquela empresa ferroviária nacionalizada fixa em 5000 o número de trabalhadores a dispensar.

Segundo nota divulgada em 18 do corrente, além da redução dos 5000 trabalhadores efectivos, os gestores da CP — sublinha a CT — pretendem pôr restrições à «livre negociação das condições de trabalho».

A CT realça ainda a «brutal flexibilização dos horários de trabalho», pretendida também pelo CG (conselho de gerência), com a introdução das «famigeradas intermitências».

Nessa perspectiva recusada pela CT, as jornadas de trabalho poderiam atingir as 11 horas diárias, e desapareceria o direito a dois dias seguidos de descanso semanal.

Ao preconizar «acções de luta» contra o «acordo social» do CG, a CT da CP avoga «uma plataforma de unidade entre todos os ferroviários, independentemente da sua filiação sindical».

Junto do Ministério da Juventude, os jovens sindicalistas sublinharam que em 18 559 trabalhadores a prazo 12 826 são jovens com menos de 25 anos.

Em 14 132 novas admissões 13 118 são com contratos a prazo. Entre os objectivos da manifestação o destaque foi, como se vê, para a precarização do emprego, fenómeno demasiado comum no nosso país e que o Governo pretende agravar com os projectos de alteração às leis laborais, entretanto «chumbados» pelo Tribunal.



Interjovem, sexta-feira, frente ao Ministério da Juventude

Jovens sindicalistas protestam contra o emprego precário

A Interjovem (organização sindical autónoma que funciona no âmbito da CGTP) organizou sexta-feira passada uma manifestação de protesto contra o emprego precário, em Lisboa.

Entre os objectivos da manifestação o destaque foi, como se vê, para a precarização do emprego, fenómeno demasiado comum no nosso país e que o Governo pretende agravar com os projectos de alteração às leis laborais, entretanto «chumbados» pelo Tribunal.

Junto do Ministério da Juventude, os jovens sindicalistas sublinharam que em 18 559 trabalhadores a prazo 12 826 são jovens com menos de 25 anos.

Indústria química

Trabalho nocturno em questão

A organização sindical da química Fequifa, que abrange também a actividade farmacêutica, o petróleo e o gás, marcou para sexta-feira pas-

sada no Porto um encontro sobre o trabalho nocturno.

A Fequifa, ao anunciar a iniciativa em 18 do corrente, referia que:

«O recurso ao trabalho nocturno e por turnos na indústria química não se deve, muitas vezes, a necessidades sociais impreteríveis, mas a razões puramente técnicas e essencialmente económicas, visando tirar o máximo aproveitamento e lucro possível dos equipamentos produtivos no menor espaço de tempo possível;

«Está demonstrado pelos vários estudos feitos ao longo dos anos, quer pela OIT, quer por estudiosos da matéria, quer ainda por entidades de diferentes países, que o trabalho nocturno e por turnos provoca sérios problemas na saúde, vida social e familiar dos trabalhadores; problemas esses que, no entanto, variam segundo as condições, tipo e ritmo de trabalho, a duração e tipo de horários, o tempo e as condições de repouso;

«Apesar de tudo isto, o trabalho nocturno e por turnos

tem sido quase esquecido e muito mal tratado pela legislação portuguesa e, até mesmo, pela legislação internacional, quer no âmbito da OIT, quer da CEE.»

A comissão executiva do conselho nacional da Fequifa (Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás), bem como os sindicatos nela filiados, convocaram esse encontro no Porto para analisar nomeadamente as propostas legislativas do Governo nessa matéria e actualizar as reivindicações.

Aumentos na Tudor Greve e concentração

Os trabalhadores da Fábrica de Baterias Tudor de Castanheira do Ribatejo exigem aumentos salariais mínimos de 16,5 por cento. Além de outras formas de luta, que têm desenvolvido por essa e outras reivindicações, os trabalhadores da Tudor concentraram-se quinta-feira passada em Lisboa, em frente ao hotel onde decorria uma assembleia de accionistas da empresa de que é maioritário o grupo espanhol Banesto.

A concentração decorreu durante uma greve de três horas e quarenta e cinco minutos, com o objectivo de conse-

guir a anulação de discriminações salariais.

A entidade patronal tomou a iniciativa dos aumentos no início deste ano, quando estava em fase de negociação um caderno reivindicativo apresentado em finais do ano passado.

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, com sede em Lisboa, afirma que os trabalhadores da Tudor reivindicam a negociação desse caderno, o que é habitual na empresa há vários anos.

O pessoal de Castanheira do Ribatejo (cerca de 600) reclamam ainda da Tudor a re-

dução dos horários semanais de 42 para 40 horas e o 15.º mês.

As reivindicações na Tudor têm sido assinaladas desde Janeiro findo por várias formas de luta. Destacam-se, segundo a direcção daquele Sindicato, duas greves parciais e um desfile de Castanheira do Ribatejo para Vila Franca de Xira.

Além das reivindicações já referidas, a concentração de quinta-feira passada em Lisboa destinou-se a exigir, destaca o Sindicato, «a anulação de discriminações salariais».

Salários na Prado

Sindicato protesta

O pessoal operário da Prado (papel) foi este ano aumentado em 7 por cento. Os salários resultantes são considerados discriminatórios pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas. Este Sindicato com sede em

Lisboa protesta e lembra as lutas na empresa em 1990. Mantém-se por conseguinte o descontentamento que pode levar a novas acções na Prado.

Para o Sindicato, que emitiu uma nota em 13 do corrente, os administradores devem alterar a sua política de gestão nesse caso dos salários, pois

«os quadros superiores e o sector administrativo» foram aumentados em 14 por cento.

O Sindicato acusa a direcção da empresa de ter feito promessas que não cumpriu. Fala de justas reivindicações do pessoal operário contra a actual política de salários adoptada pela administração.

Assembleia da República

Jornadas Legislativas do PCP em Beja

O desafio do desenvolvimento

«É possível viver melhor e desenvolver a região de Beja na década de 90». Com esta convicção ficaram os deputados comunistas que participaram nas Jornadas Legislativas do PCP recentemente realizadas naquele distrito, no decorrer das quais houve ensejo de proceder a uma ampla recolha de sugestões, propostas e material diverso que será proximamente objecto da intervenção política do Partido, nomeadamente na Assembleia da República, através do Grupo Parlamentar.

Foram três dias durante os quais os parlamentares do PCP, sempre acompanhados por dirigentes comunistas locais, puderam constatar a existência por parte das entidades e organizações contactadas de uma sincera vontade de participação activa num projecto eficaz para o desenvolvimento da região.

Desenvolvimento que acabou por ser uma das pedras de toque destas Jornadas, estando presente em todas as áreas de análise sobre a região, sendo entendido como uma questão que não pode dispensar a participação das entidades e organizações regionais, sempre que se trate da definição de projectos e políticas que promovam o fortalecimento do tecido empresarial e social e contribuam para aumentar o investimento na região.

Uma participação que infelizmente tem sido desprezada pelo Governo, como foi

salientado na conferência de imprensa realizada para divulgação das conclusões das Jornadas, do mesmo modo que tem faltado o apoio concreto, suficiente e atempado, reflexo de uma nítida falta de vontade política do Poder central.

Dos contactos efectuados durante as Jornadas Legislativas, iniciadas em Baleizão com uma romagem ao túmulo de Catarina Eufémia, ressaltam as seguintes questões essenciais, sumariadas numa nota do Gabinete de Imprensa do Grupo Parlamentar do PCP:

Economia agrícola mista

Na área do desenvolvimento geral, o PCP continuará a trabalhar para a revisão adequada do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), dos Programas Operacionais que englobam o distrito de Beja e do Plano Operacional

Transfronteiriço, por forma a dotá-los das necessárias operacionalidade e adequação à realidade da região, com a participação das autarquias e entidades locais e regionais.

Na área da agricultura, eixo central do desenvolvimento na região, além da insistência numa Reforma Agrária democrática, que instale uma economia agrícola mista, o PCP vai insistir na urgência de medidas de política agrícola no que diz respeito à posse e venda de terra, e na implantação de um plano de ordenamento e preservação florestal.

Ainda neste domínio, o PCP considera necessário proceder a um redimensionamento da propriedade e da exploração agrícola, criando condições de acesso às terras aos pequenos e médios agricultores e rendeiros inclusive através da criação de uma linha de crédito especial; apoiando o sector cooperativo e associativo, praticando uma política justa, estável, nos preços das rendas das terras tanto do Estado como do sector privado.

Na área do regadio, indispensável à reconversão, modernização e competitividade da nossa agricultura não poderá falar-se, como o fez recentemente em Beja o Primeiro-Ministro, em Plano de Rega do Alentejo, sem pôr de pé as



Aprofundar o conhecimento das realidades do Alentejo de hoje foi um dos objectivos das Jornadas Legislativas do PCP no distrito de Beja

suas traves mestras: concretização do empreendimento do Alqueva, aproveitamento dos perímetros de rega já instalados; criação de apoios financeiros, técnicos, garantias de preços e mercados aos agricultores que se decidam por uma agricultura de regadio.

No que diz respeito à caça, o PCP vai insistir na sua proposta de revisão da Lei da Caça, considerado que as coutadas turísticas estão a ocupar áreas excessivas, com contrapartidas diminutas ou nulas para o desenvolvimento da região.

Lixeira em Mértola

Na área da defesa do meio ambiente, por sua vez, o Grupo Parlamentar PCP vai dar seguimento ao seu Projecto de Resolução n.º 63/V para que o Governo estabeleça os necessários contactos com as autoridades espanholas para a defesa da bacia hidrográfica do rio Guadiana. Este Projecto de Resolução é tanto mais importante quanto é sabido que em 1993 entrará em pleno funcionamento a Central Nuclear Espanhola de Valle de Caballeros.

O Grupo Parlamentar do PCP irá propor ainda a criação da zona protegida do Vale do Guadiana no sentido de combater a poluição, preservar a paisagem e os solos, possibilitar uma agricultura e silvo-pastorícia adequada à criação de bovinos e suínos, naquela zona do queijeiro de Serpa e da

criação do porco preto alentejano.

No decorrer das Jornadas, foi ainda manifestada a firme oposição à instalação de uma lixeira de resíduos tóxicos no concelho de Mértola. Nesse sentido os deputados comunistas irão requerer ao Governo, uma vez mais, informação adequada e atempada sobre esta polémica questão. A apresentação de requerimentos ao Governo sobre a eventual instalação em Mértola, de um campo de treino militar e sobre a realização dos necessários estudos de impacte ambiental e impacte no desenvolvimento económico e social do Concelho, constitui outra das iniciativas a realizar em breve.

No âmbito da Segurança Social e Saúde os participantes nas Jornadas consideraram que devem ser aprovados e financiados os projectos apresentados pelas autarquias e Misericórdias para instalação de lares e centros de dia, nomeadamente em Ferreira do Alentejo e Mértola, tendo proposto ainda o estudo da revisão orçamental do Hospital Distrital de Beja e a ponderação dos métodos de gestão em vigor, dado que esta unidade hospitalar se encontra em vias de ruptura.

Os deputados comunistas vão requerer ao Governo que sejam tomadas medidas para a entrada em funcionamento da Unidade de Hemodiálise do Hospital Distrital de Beja e aproveitamento racional de todos os equipamentos existentes. Irá também ser proposto o

reforço de pessoal médico e técnicos de saúde de forma a permitir o funcionamento regular das urgências concelhias e postos da saúde. Os deputados comunistas vão também propor o estudo da viabilidade da instalação de uma maternidade e outras especialidades em Odemira e a construção do novo Centro de Saúde em Moura com internamento e maternidade.

Combate ao analfabetismo

Na área do ensino, de acordo com as conclusões dos trabalhos, é proposta a elaboração de um plano específico de combate ao insucesso escolar e para erradicação do analfabetismo — que ronda os 30% do distrito de Beja — plano este que deve partir do Ministério da Educação, em colaboração com o Sindicato dos Professores, as autarquias locais e outras entidades da região.

Na área do Poder Local, o Grupo Parlamentar do PCP continuará a insistir no avanço do processo de regionalização. Irá também propor que, com carácter de urgência, sejam discutidos e votados dois Projectos de Lei, um que atribua aos municípios o poder da declaração de utilidade pública municipal para efeitos de expropriação e outro sobre «recuperação e reabilitação urbanística em zonas de interesse patrimonial e histórico». Os deputados comunistas vão também propor a passagem de Beringel à categoria de vila.

Conselho Económico e Social

Aprovados por unanimidade, os dois diplomas apresentados pelo PCP e pelo Governo respeitantes à criação do Conselho Económico e Social (CES) encontram-se agora em comissão especializada a aguardar por outros contributos e acerto final das linhas mestras que presidirão às suas atribuições e competências, organização, composição e funcionamento.

Tal como sucedera na revisão constitucional de 1989, altura em que este órgão de consulta e concertação no domínio das políticas económica e social foi instituído, voltou a registar-se no debate da passada semana um largo consenso sobre esta matéria, apesar dos nove meses de atraso no seu agendamento, cuja responsabilidade foi imputada ao Governo do PSD e ao seu grupo parlamentar.

Com a institucionalização do Conselho Económico e Social, órgão de participação de representantes de interesses relevantes da sociedade portuguesa na elaboração e acompanhamento da aplicação de medidas de política económica e social, cessa entretanto de funções o Conselho Nacional do Plano (CNP).

Tal não significa, porém, como chamou a atenção o deputado Octávio Teixeira, que se esteja perante uma mera substituição formal do CNP pelo CES. Com efeito, ao contrário do Conselho Nacional do Plano, o Conselho Económico e Social não será um mero órgão de intervenção na elaboração e acompanhamento da execução dos planos, mas ainda um órgão de consulta e concertação no domínio de toda a política económica e social.

Equivale isto a dizer, de acordo com os termos constitucionais, que o CES herdará do Conselho Nacional do Plano a atribuição de participar na elaboração dos planos de desenvolvimento económico e social, competindo-lhe, simultaneamente, num quadro mais alargado das suas atribuições constitucionais, pronunciar-se sobre as políticas económica e social e a sua execução, sobre a política global de rendimentos e preços, sobre a política fiscal e sobre a política de segurança social, do mesmo que lhe competir a apreciação das posições de Portugal nas instâncias comunitárias em tudo o que se refira ao capítulo das políticas económica e social.

Dias 3, 4 e 5 de Abril

Deputados tomam o pulso aos problemas de Aveiro

No seguimento de uma prática regular de contacto entre os deputados comunistas e as organizações do Partido a nível regional e local realizam-se nos próximos dias 3, 4 e 5 de Abril, no Distrito de Aveiro, as Jornadas de Trabalho do Grupo Parlamentar do PCP e da DORAV.

Durante estes dias, proceder-se-á ao aprofundamento

do estudo das questões que se colocam ao distrito de Aveiro e à sua população, visando a intervenção na Assembleia da República, razão pela qual se realizará uma série de encontros com entidades representativas de diversos sectores da vida económica e social da região.

O programa de contactos, em que participarão os deputa-

dos Jerónimo de Sousa, António Mota, José Manuel Mendes e Apolónia Teixeira, contempla cerca de duas dezenas de visitas e reuniões, desta vez com incidência especial nos concelhos da Feira, Espinho, Ovar, Águeda e Aveiro, abrangendo as áreas do trabalho e assuntos sociais, do desenvolvimento regional e autarquias, da habitação, da cultura e desporto.

CP atropela ... e pede indemnização!!!

As condições deploráveis a que continuam a ser quotidianamente sujeitos os cerca de 240 mil utentes dos comboios da Linha de Sintra, via onde só no ano passado morreram 63 pessoas e ficaram feridas 264, voltou a ser objecto de denúncia na Assembleia da República.

Na base de mais esta chamada de atenção pública, um insólito episódio protagonizado pelo conselho de gerência da CP, a ultrapassar todos os limites do concebível, como adiante se verá.

O caso, relatado pelo deputado comunista João Camilo, resume-se em poucas palavras. Trata-se de uma decisão da administração daquela empresa no sentido de levar a tribunal a família de alguém que morreu atropelado por um comboio na referida linha, para exigir, imagine-se, uma indemnização pelos prejuízos que a vítima causou à CP.

Alijando as suas responsabilidades quanto às verdadeiras causas que têm determinado um número incontável de acidentes naquela linha — degradação do material, quase inexistentes condições de segurança das vias e passagens de nível, superlotação que ultrapassa os limites do imaginável —, a CP tenta assim, num golpe baixo, transformar-se de réu em acusadora.

Um lavar de mãos que os passageiros daquela linha, sujeitos diariamente ao inferno que representa a sua deslocação entre a habitação e o local de trabalho, não podem naturalmente aceitar, tanto mais que, como assinalou João Camilo, é sabido que a situação criada decorre do deficiente serviço de transporte ferroviário que é prestado, da falta de resposta perante o enorme crescimento demográfico, da ausência de investimentos e do envelhecimento da rede ferroviária.

— Assembleia da República —

Com a Lei-Quadro das Áreas Protegidas Abertas as portas para uma nova gestão eficiente, democrática e participada

Ao aprovar na generalidade dois diplomas apresentados pelo PCP e PS que definem a Lei Quadro das Áreas Protegidas, a Assembleia da República deu na semana finda um importante passo no sentido não apenas de dar cumprimento à Lei de Bases do Ambiente como ainda de preencher algumas lacunas existentes nesta legislação, nomeadamente ao nível da classificação, gestão e participação das populações.

Sujeitas a uma crescente degradação cuja responsabilidade é atribuída a uma gestão centralizada, escassez de meios técnicos, financeiros e humanos e falta de planos de

ordenamento, as actuais 17 áreas protegidas envolvendo mais de 600 mil hectares do território nacional poderão assim, finalmente, dispor dos mecanismos legislativos que

permitam a desejada gestão democrática e participada, considerada determinante para a sua conservação e protecção.

Uma gestão eficiente e dinâmica, que, na perspectiva da bancada comunista — coincidente aliás com os termos definidos na Lei de Bases do Ambiente — deve ser acompanhada da implementação de uma rede nacional contínua de áreas protegidas, segundo planos de ordenamento elaborados a partir do estudo profundo

da área em estudo e da colaboração estreita entre os serviços centrais, as populações e as autarquias.

Relações harmoniosas

O desenvolvimento socioeconómico e o bem-estar das populações residentes, a par de uma correcta utilização turística, como assinalou no debate Ilda Figueiredo, são também factores indissociáveis de qualquer acção que tenha em vista uma eficaz e perdurável protecção e recuperação da vida selvagem nos parques nacionais e naturais.

«As áreas protegidas deverão constituir exemplos privilegiados de relações harmoniosas entre o Homem e a paisagem — assinalou a propósito Ilda Figueiredo —, pelo que a sua gestão deve dispor de instrumentos legais e de meios materiais que promovam a melhoria da qualidade de vida, possibilitando simultaneamente uma tomada de consciência das populações em relação ao ambiente, tendo em vista a alteração dos sistemas de valores e comportamentos conseguida através da educação ambiental.»

Uma preocupação que naturalmente está também presente no articulado do projecto de lei apresentado pela bancada comunista, no qual se definem, entre outros objectivos da rede nacional de áreas protegidas, a conservação de amostras representativas de toda a diversidade de ecossistemas existentes em território nacional.

Atribuindo a iniciativa de

classificação e gestão das áreas não apenas ao Governo mas também às Regiões Administrativas e Municípios, o projecto de lei do PCP promove em todos os casos a participação das autarquias nos órgãos próprios dessas áreas e admite a participação de associações de defesa do ambiente nos seus órgãos de gestão.

Destaque ainda para os mecanismos previstos no diploma

com vista a proporcionar eficácia às áreas protegidas, conferindo designadamente aos respectivos órgãos alguns importantes instrumentos de acção, como sejam, por exemplo, a previsão das compensações aos proprietários de terrenos integrados em reservas integrais, e, bem assim, a possibilidade de expropriação de prédios e de afectação de bens do domínio público do Estado às áreas protegidas.



Com a aprovação da Lei-Quadro estão criadas as condições para uma mais eficaz gestão e conservação das Áreas protegidas

Jornadas Parlamentares preparam interpelação

Definir os contornos exactos dos objectivos e tarefas que se colocam aos deputados comunistas até ao final da presente Sessão Legislativa e preparar a interpelação ao Governo centrada nas questões do crescimento e desenvolvimento económico e social, marcada para dia 9, constituem duas das matérias que constam da agenda das Jornadas Legislativas do PCP, a realizar nos próximos dias 5 e 6, em Coimbra.

Contando com a participação do secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, que intervirá na sessão de abertura, tal como o presidente do Grupo Parlamentar, Carlos Brito, estas Jornadas procederão ainda a um balanço da actividade do Grupo Parlamentar nos últimos meses e a uma caracterização da política do Governo desenvolvida ao longo da Legislatura.

A par do seu funcionamento em sessões plenárias e em secções, os trabalhos das Jornadas serão ainda marcados por variadíssimos contactos dos deputados comunistas com instituições, colectividades e empresas tanto do distrito de Coimbra como de Aveiro.

Cresce contestação à via do Infante e ao Plano de Ordenamento Regional

«Que crédito pode ter este Plano de Ordenamento Regional se é o próprio governo que o elabora e aprova está também empenhado noutro processo, a Via Longitudinal do Algarve, que gravemente compromete os princípios enunciados no referido Plano?» perguntou no passado fim-de-semana, no decorrer das Jornadas Algarvias, o deputado comunista Carlos Brito. O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP e deputado pelo Algarve participou na região em dois colóquios das jornadas, realizadas em Vila Real de Santo António e Santa Bárbara de Nexe, tendo como principais temas de debate a Via Longitudinal do Algarve e o Plano de Ordenamento Regional (PROTAL).

Nesta última localidade, perante mais de cem agricultores da zona, Rosa Guedes, da Associação «Paz e Sossego», salientou o facto de as mudanças pontuais no traçado terem surgido a partir da interpelação do PCP na Assembleia da República, tendo ainda denunciado «as mentiras e pressões» e os montantes diversos oferecidos aos agricultores pelos terrenos a expropriar.

Delgado Martins, membro da Comissão de Agricultores do Sotavento, por sua vez, fez um balanço de todo o proces-

so de luta desencadeado desde 1988 e, na sua qualidade de jurista, informou sobre o recurso que corre no Supremo Tribunal Administrativo, uma das frentes de contestação a este traçado da Via.

Carlos Brito salientou o acompanhamento feito pelo PCP no apoio aos agricultores e na contestação a este traçado. Em resposta à pergunta se ainda era possível «fazer alguma coisa», frisou a necessidade de união entre todos, alargando este movimento de opinião e, salientou que, para

além da petição a ser discutida na A.R. e das acções em tribunal, «em Outubro temos a oportunidade de mudar de governo e de política para que esta Via, fundamental para o desenvolvimento da Região, o seja para bem e não para o mal».

«Tendência policial»

No debate realizado em Vila Real de Santo António sobre o PROTAL, José de Deus Rodrigues, presidente da Câmara de Vila do Bispo, depois de analisar todo o processo de elaboração do Plano, «onde o

Algarve nunca teve uma activa participação», considerou que este é uma manifestação da «tendência policial por parte do Governo».

Este plano, na óptica de José de Deus, insere-se numa filosofia de planeamento rígida e não é acompanhado por uma

estratégia de investimento e desenvolvimento para a região, em que as autarquias são obrigadas a fazer «tudo aquilo que o Plano não faz, com o trabalho no terreno a ser competência dos municípios, enquanto as decisões são com o Governo».

Carlos Brito salientou que o PROTAL se pode transformar num «imenso guarda-sol» para cobrir os interesses empresariais e da especulação imobiliária sendo extremamente implacável para com as autarquias.

Dois temas candentes para a região com uma tónica comum, o desrespeito do Governo pelos legítimos interesses das populações do Algarve, estiveram em discussão nestas 4.ªs Jornadas Algarvias, organizadas pela ORAL do PCP que prosseguirão nos próximos dias 5 de Abril, em Faro, onde será debatido o tema «Formação Profissional e Emprego» com a presença de Carlos Luís Figueira, Fernando Amaro e Eng.ª Rosa Maria, do Conselho Nacional da CGTP.



No decorrer de dois colóquios realizados no âmbito das 4.ªs Jornadas Algarvias, Carlos Brito chamou a atenção para o facto de o PROTAL se poder transformar num «imenso guarda-sol para cobrir os interesses empresariais e da especulação imobiliária»

Nacional

Na margem do Guadiana

São cinco os concelhos da margem esquerda do Guadiana: Barrancos, Mértola, Moura, Mourão e Serpa. Em comum têm muito mais do que a localização - um rol de problemas para resolver. Deitaram mãos à obra e decidiram juntar-se, com objectivos de cooperação. Assim surgiu a Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana (AMMEG), que no passado dia 17 se apresentou à imprensa, em Beja, para divulgar a versão definitiva do seu projecto «Na Margem do Desenvolvimento». Um projecto que visa combater a «fuga» e envelhecimento da população, a estagnação e retrocesso em todos os sectores de actividade, a taxa de desemprego que é actualmente a mais alta do Alentejo (20 por cento).

A margem esquerda do Guadiana tem tudo o que, em grande medida, o mundo industrializado já perdeu: a ruralidade, um significativo equilíbrio ecológico, centros históricos preservados, vestígios de antigas civilizações. Mais, tem espaço para todas as expressões do crescimento e do desenvolvimento, das unidades fabris aos hotéis, dos centros de investigação aos complexos agroindustriais, do turismo às escolas e oficinas, das grandes herdades às pequenas e médias explorações agrícolas de todos os tipos.

O que a margem esquerda do Guadiana não tem tido, até agora, é uma política de desenvolvimento capaz de dinamizar todas as suas potencialidades.

Como afirmam os promotores da AMMEG, nesta margem esquerda «palavras como analfabetismo, insucesso escolar, êxodo, interioridade, desespero e fatilidade têm tradução concreta no dia-a-dia das comunidades»; a continuar assim, daqui a escassos 20 anos será uma zona deserta de gentes, pois «abalam os homens em idade de abalar e

o próprio solo se vai, levado pelas enxurradas».

E no entanto a margem esquerda «tem recursos, potencialidades e riquezas que só esperam uma oportunidade para fazerem a sua descolagem direccionada ao desenvolvimento».

Como reconhece a AMMEG, não é obra a que, por si só, a margem esquerda possa lançar mãos. É preciso uma política de coesão económica e social suportada por uma filosofia de solidariedade inter-regional, aplicada através de instrumentos de ordenamento do território que respeitem os equilíbrios entre o espaço rural e urbano, os homens e a natureza.

Para isso há que mobilizar vontades, interesses, investimentos.

Propostas

A AMMEG tem propostas e delas deu conhecimento público.

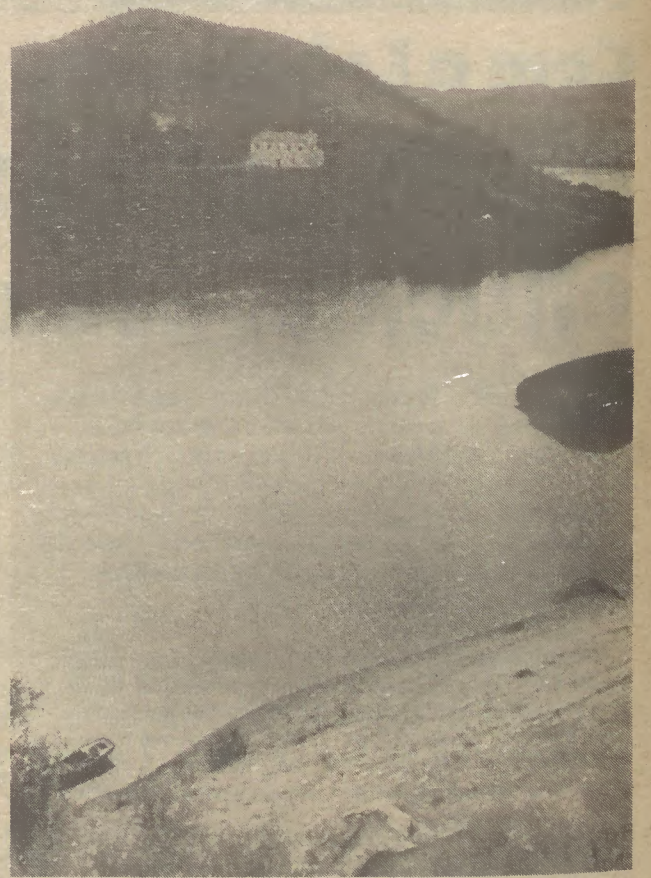
Em primeiro lugar, o aumento da autonomia financeira das autarquias locais. Em segundo lugar, a criação

de regiões administrativas, entendendo-se a regionalização como um meio para atenuar as assimetrias regionais no território nacional e propiciar o crescimento e desenvolvimento económico e social.

Defende também a AMMEG uma revisão profunda e séria do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) apresentado pelo Governo à Comissão Europeia, em que participem as autarquias e todas as diferentes forças políticas, económicas, culturais e sociais, sem excepções ou limitações de qualquer espécie.

Por outro lado, considera-se vital a construção do complexo do Alqueva e o avanço do Plano de Rega do Alentejo, na convicção de que tal poderá contrariar o processo de desertificação humana, económica e paisagística de que a zona é vítima. Neste contexto, propõe-se o aproveitamento do recurso hídrico que é o Guadiana.

Não menos importante é a revisão do Plano Transfronteiriço - que a Associação



não entende por que não concede à zona facilidades idênticas às que são atribuídas a zonas análogas de Espanha - e do Programa Operacional de Desenvolvimento para a Zona de Entre Mira e Guadiana, designadamente com o reforço de verbas e apoios a fundo perdido para investimentos.

Entre as propostas da Associação há ainda que referir o desenvolvimento das vias de comunicação, a integração dos respectivos mu-

nicipios nos eixos turísticos já criados ou a criar, a reabilitação do ramal ferroviário de Moura, a total abertura da fronteira de Ficalho e a plena concretização do Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Beja.

A AMMEG sabe que sozinho não poderá ganhar esta batalha do desenvolvimento. Ao trazer a público o seu «recado», deixou claro no entanto que não quer ficar à margem. A do Guadiana já lhe chega.

CDU denuncia caos em Sintra

O encontro concelhio da CDU de Sintra ocorrido no passado sábado decidiu promover um debate público imediato para esclarecimento da situação de ruptura e caos a que a Câmara chegou e para que esta retome urgentemente o seu quadro de funcionamento normal. Desenvolver o diálogo com os agentes económicos e sociais do concelho que mais sofrem com esta situação foi outra das decisões deste encontro que, para além de dezenas de eleitos CDU nos órgãos autárquicos e activistas da coligação, contou com a presença de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP.

Contribuir para que a curto prazo seja aprovado o Plano de Actividades e o Orçamento camarário, reinvidicar a redistribuição de pelouros como via para ultrapassar o estado de bloqueamento em que se en-

contra grande parte do trabalho, estando a CDU disponível para assumir novas responsabilidades, foram outras das decisões tomadas neste encontro, num concelho que é o quarto do País e o maior de presidência PSD.

Na sua intervenção, José Casanova denunciou a «ineficácia, desonestidade, incompetência» que definem a gestão PSD da edilidade, onde os eleitos deste partido e do CDS «degladiam-se permanentemente, paralisam sectores decisivos da gestão municipal, afundam o concelho num mar de problemas e dificuldades» já que cada um desses partidos vai «puxando a brasa à sardinha dos interesses privados que defende». Para a população de Sintra este «castigo» acumula-se às consequências da política do Governo PSD.

Água daqui a 23 anos

Na Câmara não existe ainda Plano e Orçamento (que devia ter sido aprovado em Novembro), muitas obras municipais estão paralisadas (como é o caso de uma passagem desnivelada de caminho-de-ferro no acesso Rio de Mouro/Rinchoa), os SMAS «arrastam-se penosamente» a um ritmo tal que só daqui a 23 anos, se o PSD continuar a dirigir a Câmara, estaria assegurado o abastecimento de água. O Plano Director Municipal, o caos urbanístico, as áreas da juventude, cultura, desporto e turismo mereceram também críticas deste dirigente do PCP.

José Casanova referiu-se no entanto, e «com orgulho» ao trabalho da responsabilidade

da CDU nos pelouros que lhe estão distribuídos, com elevadas taxas de cumprimento dos planos nas áreas dos mercados, educação, saúde e assuntos sociais.

Também o PS local mereceu críticas já que está ligado a todos os grandes crimes urbanísticos, designadamente ao participar em decisões que entregaram o concelho à especulação imobiliária no mandato 83/85.

Afirmando a disponibilidade da CDU de Sintra para participar activamente na procura e concretização de soluções que a gravíssima situação impõe, José Casanova afirmou que esta coligação, independentemente do futuro da gestão PSD/CDS, continuará a sua actividade nos pelouros de que é responsável, «procurando sempre resolver mais e mais problemas da população».

CNA comenta revisão da PAC

«O Governo português não deve aceitar a baixa geral dos preços agrícolas para 91/92 proposta pela Comissão Europeia» - defende a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) num comunicado recentemente divulgado sobre a revisão da Política Agrícola Comum (PAC).

Segundo a CNA, que reafirma a necessidade duma revisão da PAC no sentido de apoiar as explorações agrícolas de tipo familiar como estrutura-base dos países do sul da Europa, a «actual PAC e o seu modelo são os responsáveis pelos crónicos excedentes de produtos agrícolas provenientes dos países do norte» possuidores de «agriculturas concentradas e muito desenvolvidas à custa de benefícios acumulados há mais de 30 anos».

Uma situação bem diversa da existente em Portugal, altamente deficitário em bens alimentares e com uma agricultura pouco desenvolvida. É esta realidade que se torna necessário ter em conta para a definição de uma política agrícola que defenda os interesses nacionais.

Uma tarefa que, segundo a CNA, compete ao Governo, recusando, a nível comunitário, a baixa dos preços agrícolas e as imposições restritivas ao aumento da produção nacional (como as quotas/limite e o regime de subsídios para abandono de terras). A nível interno, por seu turno, a CNA considera urgente que o Governo «garanta o escoamento de vários produtos como no caso do

vinho, das carnes, do arroz e dos frutos secos», para além de «travar e inverter a continuada baixa dos preços da generalidade dos nossos produtos, o que também implica rever a liberalização de certas importações».

A CNA considera ainda necessário «baixar os preços dos factores de produção para os níveis praticados na própria Comunidade» e reivindicar o aumento do subsídio de gásóleo para 42\$50 ao invés dos 26 ou 27\$00 prometidos pelo ministro da Agricultura.

Entretanto, a Confederação Nacional da Agricultura receia que a Comunidade venha a capitular face às exigências de países terceiros, como os EUA, o Canadá e o Japão, no âmbito das negociações do «Uruguai Round».

Quando se reiniciarem as negociações do dossier agrícola - afirma a CNA - e caso ceda em aceitar a redução dos preços agrícolas e em pôr fim aos subsídios aos agricultores comunitários, a CEE mais não fará do que «meter o queixo à frente do soco que vai deixar KO a agricultura europeia».

Para a CNA, é «de interesse vital para a esmagadora maioria dos agricultores e para a manutenção e desenvolvimento das explorações agrícolas familiares, que a Comunidade não sacrifique a agricultura como moeda de troca em favor de certas indústrias e que não se deixe cair nessa espécie de «lei da selva» em matéria de trocas comerciais com os EUA, o Canadá e o Japão».

Semana da Juventude

«Ser Jovem, numa jovem cidade» é o lema que está a presidir às comemorações da Semana da Juventude no Barreiro, a decorrer desde o passado dia 23. Inserida no âmbito do Dia Internacional do Estudante (24 de Março) e do Dia Nacional da Juventude (28 de Março), esta iniciativa tem como objectivo proporcionar aos jovens barreirenses a sua integração social e dinamizar o seu papel enquanto agente motor do desenvolvimento.

Segundo a vereadora Carla Marina, responsável pelo Pelouro da Educação e Actividades Formativas da Câmara Municipal do Barreiro, que colaborou com as diversas Associações Juvenis do Concelho na elaboração do programa, «esta integração não pode passar à margem das actividades formativas-recreativas e do conhecimento de uma cultura local, repositório da nossa história, da nossa identidade», pelo que os responsáveis autárquicos consideram que lhes cabe «contribuir para integração consciente de que esta conduzirá a um crescimento harmonioso, responsável e autonomizador dos nossos jovens, indispensável no importante papel que lhes está necessariamente cometido».

Música, exposições, debates, actividades desportivas mobilizaram os jovens durante toda a semana, que amanhã culmina com um passeio pedagógico à serra da Arrábida logo pela alvorada e termina à noite com um concerto dos «Peace Makers» na S.D.U.B. «Os Franceses».

Projecto Eucomenex

As cidades participantes no Programa Europeu para o estudo das questões ligadas ao Ambiente Urbano (Eucomenex) estiveram reunidas em Lisboa de 21 a 23 do corrente, na

2ª Conferência do Programa dedicada ao tema «As Autarquias Locais e a Protecção do Ambiente». A Câmara de Lisboa esteve representada pelo vereador Rui Godinho e por técnicos da autarquia, tendo participado ainda nos trabalhos representantes de cidades alemãs, gregas, italianas, holandesas, espanholas, checoslovacas, dinamarquesas e francesas.

O Programa Eucomenex visa a troca de experiências entre cidades europeias no domínio da defesa do ambiente e tem a duração de dois anos, findos os quais será elaborado um Relatório final, a submeter à Comissão das Comunidades, com propostas de soluções aos níveis tecnológico, administrativo, financeiro e informativo sobre os grandes problemas das cidades europeias em matéria de ambiente urbano.

Linha de Sintra

A Comissão Organizadora do Tribunal de Opinião Pública sobre a Linha de Sintra esteve reunida para fazer o ponto da situação quanto aos trabalhos do Tribunal.

Embora ainda não tenha sido tomada uma decisão definitiva, prevê-se que o Tribunal de Opinião venha a realizar-se na segunda quinzena de Maio, na cidade da Amadora.

Continuam entretanto a aderir à iniciativa várias entidades e personalidades, de que se destaca: Conselho Directivo da Escola Secundária de Rio de Mouro; Delegação dos Sindicatos do Concelho de Sintra; Assembleia de Freguesia de Queluz; Jornal de Notícias da Amadora; Jornal de Sintra; TSF; Rádio Ocidente; António dos Santos (jornalista); Ana Maria Costa Santos, Leonidia Cunha, Manuela Neves, Teresa Dias Cardoso (professores do ensino secundário); Gabriela Amaro (jurista); Luís Maçarico (poeta); Rute Marques (estudante) e Silvino Teixeira (advogado).

Internacional

GOLEO

Perseguição no Kuwait revolta no Iraque

Caça ao homem no Kuwait, bombardeamento de populações civis no Iraque, deportação de palestinianos dos territórios ocupados por Israel — são algumas das componentes da realidade do pós-guerra, num quadro em processo de transformação.

Libertado o país da ocupação iraquiana, as notícias provenientes do Kuwait são entre tanto dramáticas, e múltiplos factos e testemunhos indicam que se está a proceder a uma implacável perseguição a estrangeiros (mais de dois terços da população do país antes da guerra).

Esta perseguição atinge em particular as populações palestinianas, actualmente compostas de cerca de 170 000 pessoas (contra 440 000 antes da invasão iraquiana). Segundo declarações do dirigente da OLP, Yasser Arafat, verificaram-se «centenas de prisões, efectuadas por grupos armados e as agressões multiplicam-se». Yasser Arafat teme mesmo que se venha a concretizar «um outro massacre, como o de Sabra e Chatila».

Também a Amnistia Internacional lançou o seu grito de alarme quanto à situação que se está a viver no Kuwait, e pediu que seja assegurada, em termos internacionais, a protecção de palestinianos, sudaneses, iraquianos e outros es-

trangeiros: «Recebemos informações que indicam que dezenas de palestinianos, mas também sudaneses e egípcios, foram presos estes dias em rusgas às casas feitas por grupos de civis kuweitanos armados que controlam bairros da capital. Outros foram raptados nas ruas».

Segundo depoimentos, as prisões, torturas e assassinatos sumários, têm sido cometidos quer por civis armados quer por membros das próprias Forças Armadas.

Estas acções repressivas — ou de pura vingança — são também dirigidas, de diferentes formas contra a oposição kuweitiana.

Segundo informações provenientes dos membros da oposição no exílio em Londres, as medidas de excepção promovidas pela família reinante, visariam de facto a oposição política. Trata-se de cortar à partida todas as hipóteses de contestação do poder — acusado de ter também a sua quota parte de responsabilidade no desencadear da guerra. Fala-se mesmo da criação de

esquadrões da morte, visando a liquidação física de elementos da oposição.

Bagdad poder incerto

Dois dias depois da formação de um novo governo no Iraque — a testemunhar das evidentes dificuldades políticas internas —, o governo que pela primeira vez desde 1979 não é presidido por Saddam Hussein, violentos combates deflagraram em Bagdad, segundo foi anunciado por rádio Teerão.

Entretanto, nas regiões curdas, onde lavra a revolta contra o regime de Hussein, prosseguem os bombardeamentos, dirigidos em particular contra Kirkuk, de que terão resultado grande número de mortos e feridos.

A revolta popular contra Hussein conta actualmente com uma significativa base política — uma **plataforma unida das diferentes forças da oposição**.

Terminou nestes dias, no Líbano, um encontro de todas as forças iraquianas de oposição, que adoptou por unanimidade uma declaração final.

A declaração apela à luta

pelo derrube do regime de Saddam Hussein e ao total apoio da insurreição popular que prossegue no Iraque e pede às Nações Unidas, aos países árabes e a todos os governos do mundo, para que apoiem o povo iraquiano na sua luta contra a ditadura.

A declaração relembra os crimes de Saddam Hussein contra o povo curdo, a morte inútil de centenas de milhar de pessoas na guerra contra o Irão, as desastrosas consequências da invasão do Kuwait.

«Ele lançou o povo iraquiano e o seu exército numa guerra perdida à partida, que teve como consequências a ocupação de uma parte do território iraquiano por forças estrangeiras, a destruição do país, o enfraquecimento da causa palestiniana. Esta política criou uma perigosa situação no Médio Oriente, onde a presença de forças estrangeiras vai influenciar o futuro da região e pesar em todas as decisões que lhe dizem respeito», sublinha o comunicado final.

Entre as recomendações adoptadas conta-se um apelo dirigido às forças armadas iraquianas e aos que até agora têm apoiado o regime, para se juntarem à insurreição popular.

Angola — Assembleia histórica

«O ciclo de 15 anos que é o da conquista e consolidação da independência e do monopartidarismo» em Angola, acaba de ser encerrado na sessão da Assembleia do Povo que decorre em Luanda — afirmou o presidente José Eduardo dos Santos na abertura dos trabalhos da Assembleia.

Segundo o presidente angolano, a revisão constitucional que agora se propõe é o corolário de um processo de reformas iniciado em 1985, pelo II Congresso do MPLA-PT e da própria revisão parcial da Constituição angolana, operada em 1980, com a extinção do Conselho da Revolução.

As reformas em causa abrangem, sublinhou o presidente, «o carácter do sistema político no sentido de instaurar o estado democrático e de direito e de promover a participação organizada de todos os angolanos na vida da nação».

É objectivo desta Assembleia do Povo ocupar-se do debate e aprovação dos projectos de lei de revisão da lei constitucional, lei sobre a nacionalidade, lei dos partidos políticos, lei das associações, lei sobre o direito de reunião e de manifestação, lei sobre o estado de sítio e de emergência, lei que institucionaliza o ensino particular e lei sobre a venda de imóveis.

São objectivos e prioridades imediatas — apontadas pelo presidente angolano: a «conquista da paz custe o que custar», as reformas do sistema económico e político e a resolução das necessidades básicas elementares dos angolanos, em particular no que se refere à alimentação e saúde.

Agricultores polacos em luta

As estradas da Polónia foram bloqueadas durante algumas horas pelos agricultores, como forma de protesto contra a política agrícola do governo.

O bloqueio, em que foram utilizados tractores e máquinas agrícolas, corresponde ao apelo de várias organizações camponesas, nomeadamente o sindicato Solidariedade Rural.

Os manifestantes exigem a fixação de um preço mínimo para os seus produtos, a criação de créditos agrícolas e a instauração de barreiras alfandegárias à importação dos produtos alimentares, reivindicações que o actual governo polaco considera serem «contrárias ao espírito da economia de mercado».

EUA — polícia violenta e racista

De acordo com o gabinete do procurador da Justiça, cinco polícias do bairro de Queens, em Nova Iorque, foram acusados de ter provocado a morte de um jovem negro de 21 anos, quando este se encontrava deitado no chão e algemado.

Um facto escandaloso mas que factos e números indicam estar longe de ser único. O ano passado, 41 pessoas foram mortas pela polícia de Nova Iorque, das quais 38 eram negros. Somente dois casos conduziram à inculpação dos agentes.

Entretanto, em França, o primeiro-ministro Rocard divulgou também um relatório sobre racismo, elaborado pela Comissão Nacional Consultiva dos Direitos do Homem.

O relatório aponta a comunidade magrebiana e, em particular, os seus jovens, como sendo a primeira vítima da violência racista.



Base americana no Bahrein

Os Estados Unidos estão em vias de assinar um acordo com o Bahrein para a instalação de uma base militar neste emirato, e desejam instalar, com carácter permanente, tropas na Arábia Saudita.

A notícia vem nas páginas de «The New York Times», e confirma a pretensão norte-americana de um reforço da sua presença militar no Médio Oriente.

Tribunal Internacional condena crimes de Pinochet

Um Tribunal Internacional, reunido em Bruxelas de 19 a 20 de Março, condenou o regime militar que vigorou no Chile desde o golpe de Estado de 1973, as Forças Armadas e as Forças da Ordem chilenas, os Serviços de Informação e de Segurança, por graves e sistemáticas violações dos Direitos do Homem. O Tribunal condenou igualmente as ingerências externas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a instalação e manutenção do regime militar chileno. Do Júri fez parte Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu e membro da delegação do PE com a América Latina.

A realização deste Tribunal Internacional poderá parecer estranha à primeira vista, dado que o Chile vive hoje em democracia parlamentar, afastado que foi Pinochet pelo voto popular. Acontece porém que não basta fazer eleições livres, afastar um ditador da presidência, para que a legalidade democrática se torne uma realidade.

Não há democracia onde o respeito pelos direitos humanos não existe.

Não há democracia onde os crimes ficam impunes.

Não há democracia quando os poderes instituídos lançam mão aos mecanismos constitucionais para impor a impunidade de delitos inamistiáveis, imprescritíveis e de jurisdição universal.

Os crimes do regime de Pinochet ainda não foram julgados. Por isso mesmo se tornou necessária a realização deste Tribunal Internacional.

Estado ou partido político, o Tribunal Internacional baseou o seu poder na autoridade moral dos juizes e do júri, no Direito Internacional e, sobretudo, na esperança de justiça do povo chileno.

A sentença

O Tribunal ouviu os depoimentos orais de treze testemunhas e analisou os numerosos documentos descrevendo as múltiplas violações dos Direitos do Homem registadas durante a ditadura militar, especificando os nomes dos responsáveis, os locais, e as datas em que ocorreram, incluindo os de assassinatos, torturas inumanas, execuções sumárias, prisões arbitrárias, desaparecimentos, exílios forçados e maus tratos aos prisioneiros. Tomou também conhecimento da situação de impunidade em que se encontram todos os que violaram de forma sistemática os Direitos Humanos, a pretexto de proteger a Segurança Nacional.

Como se afirma na declaração final do Tribunal, tornou-se claro para todos os membros do mesmo que há duas «legalidades» no Chile: uma reservada aos militares e outra aplicada aos civis. O que transformou o Tribunal na voz das vítimas, uma voz

A ideia nasceu há dois anos, na Costa Rica, numa conferência mundial de profissionais de saúde. A partir de então, numerosas personalidades e organizações das mais diversas sensibilidades políticas conjugaram os seus esforços para tornar possível a realização do Tribunal Internacional.

A semana passada, em Bruxelas, um Júri composto por individualidades provenientes do Chile, Espanha, França, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, África do Sul, Noruega, República Dominicana e Portugal analisou os testemunhos presentes ao Tribunal e proferiu a sentença: Culpado!

Os acusados - os principais responsáveis da ditadura - embora chamados a estar presentes no Tribunal para se defenderem das acusações que lhes eram feitas, primaram pela ausência.

Independente de qualquer

Internacional

A MANHÃ

Grandes manifestações contra o desemprego

O protesto contra a degradação das condições sociais, contra um desemprego crescente que, segundo as previsões, abarcará brevemente um terço da população activa — tem vindo a crescer por todo o território da ex-RDA. Protesto tanto mais significativo quanto se desenvolve num quadro de «caça às bruxas», que visa particularmente os comunistas.

Sábado passado, na Alexanderplatz, no centro de Berlim, muitas dezenas de milhares de pessoas exigiram medidas contra o desemprego e a degradação das condições de vida.

Na manifestação, promovida pelo Partido do Socialismo Democrático — e a maior realizada desde a unificação, em Outubro — o dirigente comunista Gregor Gysi pediu a demissão do governo e denunciou a falta de «sensibilidade social» revelada nas medidas de saneamento económico entretanto avançadas. «O governo parece tomar

decisões sobre os interesses dos alemães de Leste sem ter conhecimento da magnitude dos seus problemas», sublinhou Gregor Gysi.

A manifestação de Berlim não é um facto isolado. O protesto contra a deterioração do quadro social, que em muitos casos assume carácter dramático, tem vindo a desenvolver-se por todo o país.

Dias antes da grande concentração na Alexanderplatz, marchas de protesto desfilarão pelas ruas de Leipzig. Com uma palavra de ordem que no fundo resume bem a situação que hoje se vive: «Que

os revolucionários de 1989 não sejam os desempregados de 1991».

Ludwigsfelde um exemplo entre outros

Um exemplo, entre os muitos possíveis, da realidade difícil que hoje se vive por toda a ex-RDA — Ludwigsfelde, cidade média de Brandebourg.

A economia local baseia-se fundamentalmente em duas grandes empresas: o combinado IFA, primeiro produtor de camiões dos países de Leste, e uma fábrica de motores de aviões e armamentos. Na primeira havia 10 000 assalariados, na segunda um pouco mais de mil.

Actualmente a Mercedes tomou conta da IFA. Sucederam-se, de imediato, os primeiros despedimentos. Em Janeiro a empresa já só empregada 1 500 trabalhadores a tempo inteiro. Até Junho, devem ainda ser reduzidos a 450. Quanto à segunda fábrica, foi definitivamente encerrada em 31 de Dezembro de 1990.

Oficialmente, estão hoje registados em Ludwigsfelde 3000 desempregados e 5000 trabalhadores a tempo parcial.

A resposta da população a esta situação de desemprego foi a proliferação do pequeno comércio, que rapidamente deu lugar a falências.

Esta uma situação que se repete por todo o país e que já levou mesmo o presidente alemão, Richard von Weizsäcker, a afirmar que «o dia-a-dia, tal como está a ser vivido actualmente na ex-RDA, é realmente dramático e, segundo algumas perspectivas, alarmante».

Entretanto, face a este quadro, o governo de Bona optou por acelerar as privatizações e suprimir os obstáculos aos investimentos das empresas ocidentais.

«Caça às bruxas»

A generalidade dos serviços administrativos sofre neste momento de sensíveis dificuldades de funcionamento, mesmo ao nível regional. Razão de fundo — o sistemático afastamento de funcionários, porque estariam «comprometidos» com a política anteriormente desenvolvida pela RDA!

Trata-se pura e simplesmente de despedimentos políticos, de há muito uma realidade na RFA, onde sempre deram lugar a significativas acções de protesto contra esta flagrante violação dos direitos



Milhares de manifestantes, em Leipzig, exigiram o direito ao trabalho. Entretanto, em Berlim, o protesto contra o desemprego mobilizou dezenas de milhares de trabalhadores

humanos e dos princípios democráticos.

Actualmente, um dos mais flagrantes exemplos destes despedimentos políticos é o sector da Justiça, em que por força de tal prática se atingiu uma situação caótica.

Não é apenas no aparelho administrativo que a «caça às bruxas» se desenvolve. O mesmo ocorre em qualquer empresa, onde os assalariados são obrigados a responder a um longo questionário de cinco páginas, em que, de par de questões sobre, por exemplo, o seu estado civil, devem indicar se foram membros do SED (comunista) ou de qualquer outra organização ligada ao ex-partido dirigente do país. Questiona-se mesmo a sua filiação num sindicato ou numa organização de massas.

Protestos também na RFA

Enquanto decorriam as manifestações de Leipzig, Helmut Kohl renovava promessas não cumpridas. Nas suas palavras, a ex-RDA «estará florescente daqui a cinco anos». «Apesar de todos os problemas de transição, podemos e iremos al-

cançar — disse — um nível de vida idêntico para o conjunto de toda a Alemanha».

O que se passa entretanto é que também a oeste os trabalhadores não estão satisfeitos.

Nestes mesmos dias, os empregados dos serviços públicos da bacia industrial do Ruhr e do vale do Rhin — onde vivem 7 milhões de alemães — participaram massivamente numa greve convocada pelo Sindicato dos transportes e dos serviços públicos, para exigir um aumento salarial de 10%. O patronato quer cingir-se a um aumento da ordem dos 4,5%.

Insatisfação também com a confirmação de um aumento drástico de impostos — o maior da história da RFA — e que na prática irá atingir em particular as pessoas de mais fracos rendimentos.

A partir do próximo dia 1 de Julho (e até 30 de Junho de 1992), vão aumentar em 7,5% os impostos salariais, de rendimento e imposto corporativo.

Na prática, para uma família de quatro pessoas com um rendimento da ordem dos 3500 DM, os aumentos directos dos impostos representam um encargo de mais 85 DM por mês.

Namíbia independente

Primeiro aniversário

Mensagem do PCP

Por ocasião do primeiro aniversário da independência da Namíbia, Álvaro Cunhal enviou a Sam Nujoma, em nome do Comité Central do Partido Comunista Português, a mensagem que aqui transcrevemos.

Ao Presidente Sam Nujoma

Na passagem do primeiro aniversário da independência da Namíbia enviamos-lhe as mais calorosas felicitações e fazemos votos para que obtenha os maiores êxitos à frente dos destinos da Namíbia, cuja independência é um acontecimento maior na luta dos povos de África e no processo de libertação da humanidade.

Com sentimentos de activa solidariedade expressamos-lhe a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade e cooperação entre o PCP e a SWAPO, importante factor para desenvolvimento das relações entre os nossos dois povos e os nossos dois países.

ANO XXI, Nº 11, 28 de Março de 1991
 PUBLISHED BY: *Avante!*
 ORGANIZAÇÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«A coberto da impunidade, a PIDE segue pessoas, vigia as residências e os locais de trabalho, intima-as a comparecer a interrogatórios, assalta casas, passa buscas, prende e maltrata. Não se passa um único dia em Portugal sem que pessoas não sejam presas ou chamadas a interrogatórios para averiguações políticas.

Nas prisões, homens e mulheres sofrem torturas e restrições de toda a ordem. Após a fuga de Peniche, aos presos que ainda lá ficaram foi aplicado um mês de segredo e os drs. Humberto Lopes, Manuel de Andrade e o poeta Borges Coelho foram espancados. Na Cadeia Central do Norte, as visitas passaram a ser feitas com uma mesa bastante larga entre os presos e as famílias. Em todas as prisões, dadas as desumanas condições, a saúde dos presos políticos é precária.

A repressão estende-se às mais diversas camadas e aos mais diversos aspectos da vida social — desde o processo movido ao escritor Aquilino Ribeiro, passando pela sindicância e demissão do Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa dr. Urbano Tavares Rodrigues e pelo processo contra entidades católicas e advogados que desmascaram alguns crimes da PIDE e do governo e pediram um inquérito, até à expulsão para fora do país do Bispo do Porto.»

(«Assassinatos, violências e perseguições» - «Avante!», VI série, Nº 288, Março-Abril de 1960)

AVANTE!

«Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório eram, e são, o ponto de encontro e coordenação das aspirações e reivindicações dos professores. As suas reuniões à escala regional ou nacional, os colóquios e os documentos ou as iniciativas levadas a cabo foram importante factor de mobilização, contando-se por milhares os docentes que neles participam.

Justamente preocupados com a desqualificação da profissão, com os magros vencimentos incompatíveis com o aumento do custo de vida, foi recentemente lançado um abaixo-assinado nacional reivindicativo, ao mesmo tempo que dezenas de telegramas eram enviados de diferentes estabelecimentos de ensino reclamando aumentos.

Este abaixo-assinado nacional foi entregue em fins de Fevereiro com 8.300 assinaturas!

Marcelo Caetano fez um discurso ameaçador, seguido dos ecos de Veiga Simão. Depois, as circulares para os estabelecimentos ilegalizando a «associação secreta e subversiva» (todos os documentos dos GE eram assinados por centenas de professores!) e tornando os professores sujeitos a penas de expulsão e prisão nunca inferior a 8 meses. E, ao mesmo tempo, circulares confidenciais convidando reitores e directores à denúncia e ao papel de polícia.

Três semanas depois da circular pidesca do MEN, foi entregue um abaixo-assinado com 1500 assinaturas de professores, defendendo a legitimidade dos Grupos de Estudo e a sua acção em defesa do ensino e dos professores, numa clara recusa da medida repressiva que os veio atingir.»

(«A luta dos professores» - «Avante!», VI série, Nº 463, Março de 1960)

Coreia do Sul

Denúncia da repressão

Song Zong Ho, jovem estudante universitário de Seul, foi assassinado no passado dia 20 de Fevereiro, numa divisão do Exército. Um crime que se insere na realidade da repressão que continua a ser prática corrente na Coreia do Sul, visando em particular as manifestações pela reunificação e a democracia.

Numa recente denúncia desta situação, o Comité Internacional de Juristas pela Democracia e os Direitos do Homem na Coreia do Sul sublinha que neste país se regista uma média diária de 3 a 4 prisões por motivos políticos. Isto «enquanto os diversos escândalos político-financeiros ficam sem sanção judicial (como por exemplo o negócio dos dois deputados do Partido Democrata Liberal ligados aos grupos locais de gangsters)».

O Comité de Juristas destaca que «os interrogatórios se desenrolam nas piores condições: violências físicas, suspensão pelos membros, privação do sono, etc. O número de presos políticos é de cerca de 1300, como é o caso da estudante Rim Sou Kyeung, condenada a 5 anos de prisão por se ter deslocado ao Norte, e que continua presa».

O Comité de Juristas sublinha ainda que «apesar das negociações oficiais entre Seul e Pyong Yang, qualquer iniciativa de diálogo entre cidadãos ou organizações das duas partes da Coreia é reprimida: é o caso, por exemplo, dos participantes do Sul no Congresso de Berlim (19-21 de Novembro de 1990), da «Aliança pan-nacional pela reunificação da Coreia», que agrupa cidadãos do Norte e do Sul (...) dos estudantes e operários presos desde Setembro».

Os Juristas afirmam que «as condições de prisão dos presos políticos (particularmente na prisão de Mokbo e de Seul) constituem, em si, uma permanente violação dos Direitos do Homem».